

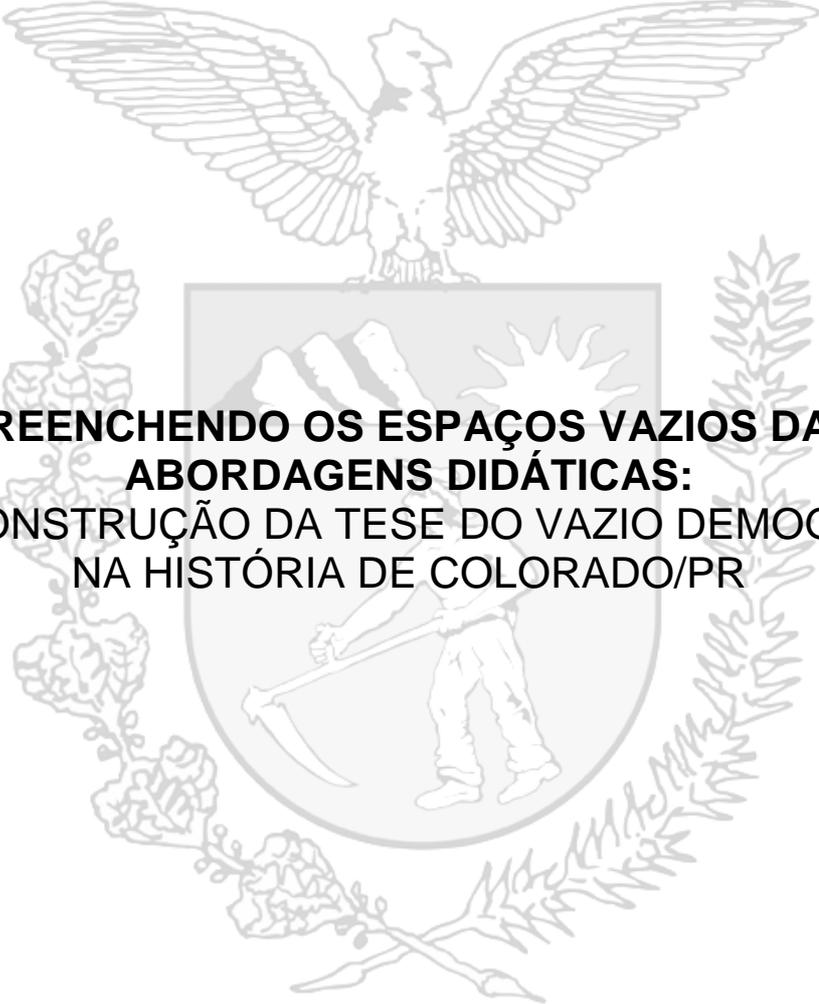


Universidade Estadual de Maringá  
Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF **HISTÓRIA**  
MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

**SUED SALATA SÉRVULO**



**PREENCHENDO OS ESPAÇOS VAZIOS DAS  
ABORDAGENS DIDÁTICAS:  
A DESCONSTRUÇÃO DA TESE DO VAZIO DEMOGRÁFICO  
NA HISTÓRIA DE COLORADO/PR**

MARINGÁ/PR  
2020



Universidade Estadual de Maringá  
Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF **HISTÓRIA**  
MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

**SUED SALATA SÉRVULO**



**PREENCHENDO OS ESPAÇOS VAZIOS DAS  
ABORDAGENS DIDÁTICAS:  
A DESCONSTRUÇÃO DA TESE DO VAZIO DEMOGRÁFICO  
NA HISTÓRIA DE COLORADO/PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ensino de História do Departamento de História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Isabel Cristina Rodrigues

MARINGÁ/PR  
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

S492p Sérvulo, Sued Salata  
Preenchendo os espaços vazios das abordagens didáticas : a desconstrução da tese do vazio demográfico na história de Colorado/PR / Sued Salata Sérvulo. -- Maringá, 2020.  
97, xiii f. : il. color., figs., tabs., mapas  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Isabel Cristina Rodrigues.  
Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de PósGraduação em Ensino de História (Rede Nacional - Polo PROFHISTÓRIA - UFRJ) - Mestrado Profissional, 2020.  
1. Ensino de história indígena. 2. Colorado (PR) - Colonização - História. 3. Povos indígenas - Colorado (PR) - História. 4. Vazio demográfico - Paraná. 5. Memória coletiva - História. I. Rodrigues, Isabel Cristina, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Programa de PósGraduação em Ensino de História (Rede Nacional - Polo PROFHISTÓRIA - UFRJ) - Mestrado Profissional. III. Título.

CDD 23.ed. 907

Sintique Raquel de C. Eleuterio - CRE 9/1641

**SUED SALATA SÉRVULO**

**PREENCHENDO OS ESPAÇOS VAZIOS DAS  
ABORDAGENS DIDÁTICAS:  
A DESCONSTRUÇÃO DA TESE DO VAZIO DEMOGRÁFICO  
NA HISTÓRIA DE COLORADO/PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ensino de História do Departamento de História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

MARINGÁ, 20 de junho de 2020.

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

Profª Drª Isabel Cristina Rodrigues  
Universidade Estadual de Maringá - UEM  
Orientadora

---

Prof. Dr. Arnaldo Martin Szlachta Junior  
Universidade Federal De Pernambuco - UFPE

---

Prof. Dr. José Henrique Rollo Gonçalves  
Universidade Estadual de Maringá - UEM

## AGRADECIMENTOS

Com sinceridade e afeto, agradeço a todos aqueles que de alguma forma contribuíram nessa minha jornada acadêmica. Amor e gratidão serão sempre a referência para me levar até vocês.

Agradeço a minha filha Helena, que, ao nascer no meio de tantas dificuldades, me mostrou, com um lindo e inocente sorriso de um bebê, que sempre há saídas em busca de paz e felicidade. Deu-me amor e razão para lutar, hoje e até o último suspiro. A você, minha filha, e toda sua família, sua mãe, sua tia, sua vó e sua bisavó, meu muito obrigado.

Ainda, agradeço a minha família. Minha vó (Orlanda Salata), minha mãe (Marly Salata), meu pai (Doutor Servão), meu irmão (Nil) e sua linda família, bem como a minha irmã (Mila) e seu filho, o meu sobrinho Mateus, a quem amo como um filho. Vocês serão sempre minha fonte de inspiração e meu chão.

Agradecimentos especiais a minha companheira de quase uma década, minha amiga, confidente, minha futura esposa, minha referência do que é certo ou errado. Sem você, Rafaela Andrade Lago, e seu incentivo, eu nunca teria iniciado esse mestrado. Obrigado por me amar em todos os momentos.

Agradeço, ainda, ao meu melhor amigo e irmão por opção, Professor Doutor Rafael Dias Da Silva Campos. Se não fosse por você acreditar em meu potencial, estar ao meu lado, me apoiar e me incentivar continuamente, eu teria desistido antes do fim. Só estou aqui por que tive o privilégio de conviver contigo, um ser humano incrível e exemplar. Tenho orgulho de ver onde você chegou e te chamar de amigo.

Quero agradecer aos meus colegas de sala de aula, a turma 2018 do ProfHistória UEM. Foram momentos incríveis. Poder compartilhar experiências com vocês foi uma oportunidade ímpar.

Gostaria, também, de agradecer a todos os meus professores e coordenadoras pelos conhecimentos divididos e pela competência com que nos ensinaram. Vocês, para além da docência, são um exemplo de profissionalismo e dedicação.

Agradeço, especialmente, a minha orientadora Isabel Cristina Rodrigues por ter me mostrado os caminhos por onde eu deveria trilhar. Não fosse sua compreensão, paciência, dedicação, incentivo, e conhecimentos, eu não teria chegado até aqui.

A todos vocês, meu muito obrigado e meu caloroso abraço.

SÉRVULO, Sued Salata. **Preenchendo os espaços vazios das abordagens didáticas:** A desconstrução da tese do vazio demográfico na história de Colorado/PR. 2020. 110 f. Dissertação (Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020.

## RESUMO

Utilizando a nomenclatura de ruas e monumentos públicos da pequena cidade de Colorado/PR, o presente trabalho discute o processo educativo de invisibilização da presença e da história dos povos indígenas que viveram na região, a partir da década de 40 do século XX, quando começou o processo de colonização e urbanização do referido município, anteriormente à chegada dos que ficaram conhecidos como “pioneiros”. Esta indiferença quanto aos indígenas que viveram na região, onde atualmente está a cidade de Colorado, vem da defesa de que esta localidade era, antes da chegada dos colonizadores, um “sertão” desabitado, o que ficou conhecido como tese do Vazio Demográfico. Assim, busca-se dissertar sobre como a tese do vazio demográfico na região ganhou força, inclusive na Academia, e foi ferramenta fundamental na construção de uma memória coletiva que negligenciou e silenciou a presença e atuação dos povos indígenas na construção da história da região e do município. Também apresenta o debate sobre o papel do historiador e sua relação com a construção de memórias coletivas bem como a apresentação da formatação dessa memória coletiva no município através da análise de sua toponímia, especificamente, a partir das homenagens com nomes de ruas aos chamados “pioneiros”. Busca-se, também, fazendo uma associação direta da expansão cafeeira no Norte do Paraná com a História do pequeno município de Colorado, fazer uma discussão teórica sobre a importância de uma História Regional. Ao final, este trabalho apresenta o resultado de uma oficina pedagógica, realizada no segundo semestre de 2019, sobre a temática indígena, desenvolvida com alunos do 3º ao 5º ano da escola Professor Lazaro Sagrado da rede municipal de ensino fundamental da cidade de Colorado.

**Palavras-Chave:** Colorado; Vazio demográfico; Memória Coletiva; ensino de história indígena

SÉRVULO, Sued Salata. **Filling the empty spaces of didactic approaches:** The deconstruction of the demographic emptiness at the Colorado/PR history. 2020. 110 f. f. Dissertation (Professional Master's Program in History Teaching - ProfHistória) - State University of Maringá, Maringá, 2020.

## **ABSTRACT**

Using the nomenclature of streets and public monuments of the little city of Colorado/PR, this dissertation aims to discuss the educational process of invisibility of the existence and history of indigenous peoples that lived in the area, from the 1940s, when started the colonization and urbanization process of the aforementioned municipality, previously the arrival of those nowadays known as "pioneers". This indifference related to the indigenous that lived in the area, where nowadays is the city of Colorado, comes from the idea that the location was, before the "pioneers" arrival, an uninhabited backwood, which became known as the theory of the Demographic Emptiness. Therefore, we seek to address the question of how the theory of the demographic emptiness strengthened, even at the Academia, and was a fundamental tool for the building of a collective memory that neglected and silenced the presence and participation of indigenous peoples at the building of the region and town's history. It also includes the debate about the historian's role and its relation with the building of collective memories, as well as the expression of the configuration of this memory in the municipality through the analysis of its toponym, namely from the street names tributed to those called "pioneers". We also seek to, making a direct association with the coffee expansion at the northern Paraná with the history of the small town of Colorado, discuss the importance of regional history. In the end, this work presents the result of a didactic workshop, carried out in the second semester of 2019, on the indigenous theme and developed with students of the third and fifth years of the school Prof. Lazaro Sagrado, an establishment connected to the municipality network of schools.

**Keywords:** Colorado, Demographic emptiness; collective memory; teaching of indigenous history.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Localização de Colorado no Estado do Paraná e do Brasil .....	47
<b>Figura 2:</b> Bairros de Colorado.....	59
<b>Figura 3:</b> As populações indígenas no Paraná .....	64
<b>Figura 4:</b> Distância entre Colorado e o rio Pirapó.....	66
<b>Figura 5:</b> Colorado e os rios em seu entorno hidrográfico.....	67
<b>Figura 6:</b> Raças que compuseram o Brasil e o Paraná, segundo Martins.....	69
<b>Figura 7:</b> Objetos das culturas indígena guarani e Kaingang.....	78
<b>Figura 8:</b> Alunos respondendo o questionário e desenhando.....	79
<b>Figura 9:</b> Folha em branco entregue para os alunos desenharem.....	80
<b>Figura 10:</b> Alunos observando os objetos indígenas.....	81
<b>Figura 11:</b> Alunos observando a utilização de um arco e flecha.....	81
<b>Figura 12:</b> Mostra 1 do resultado do desenho de um aluno da oficina.....	84
<b>Figura 13:</b> Mostra 2 do resultado do desenho de um aluno da oficina.....	84
<b>Figura 14:</b> Mostra 3 do resultado do desenho de um aluno da oficina.....	85
<b>Figura 15:</b> Mostra 4 do resultado do desenho de um aluno da oficina.....	85
<b>Figura 16:</b> Mostra 5 do resultado do desenho de um aluno da oficina.....	86
<b>Figura 17:</b> Mostra 6 do resultado do desenho de um aluno da oficina.....	86

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> População Rural e Urbana na História de Colorado.....	57
<b>Gráfico 2:</b> Menções da toponímia de Colorado/PR.....	61

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Percentual da população rural e urbana de Colorado, 1960-2010.....	56
<b>Tabela 2:</b> Planejamento da Oficina Pedagógica.....	76

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO I - A INVENÇÃO DE UM PARANÁ SOBRE O DISCURSO DO VAZIO DEMOGRÁFICO .....</b>	<b>19</b>
1.1 - OS LUGARES DA MEMÓRIA .....	19
1.2 - SOB O IMPÉRIO DO VAZIO.....	29
1.3 - MEU PARANÁ, HISTÓRIA REGIONAL .....	38
<b>CAPÍTULO II - COLORADO: O INTERIOR DO PARANÁ E A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA COLETIVA HEGEMÔNICA .....</b>	<b>47</b>
2.1 - COLORADO/PR: COLONIZAÇÃO E HISTÓRIA.....	48
2.2 - A TOPONÍMIA DE COLORADO: ELEMENTOS DO ESQUECIMENTO INDÍGENA NA REGIÃO .....	58
2.3 - POVOS INDÍGENAS NA REGIÃO DE COLORADO .....	61
<b>CAPÍTULO III - INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA COM A TEMÁTICA INDÍGENA...71</b>	<b>71</b>
3.1 - ATUAÇÃO DO PROFESSOR DE HISTÓRIA EM SALA DE AULA: MUITO MAIS QUE DATAS .....	71
3.2 - METODOLOGIA ATIVA NO ENSINO DE HISTÓRIA: UMA ALTERNATIVA PARA O DEBATE SOBRE MEMÓRIA .....	73
3.3 - OFICINA PEDAGÓGICA EM COLORADO: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA .....	75
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>88</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>90</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>I</b>
ANEXO A - MAPA 1.1: AMPLIAÇÃO DO MAPA 1, COM DIVISÕES .....	I
ANEXO B - MAPA 1.2: PARTE 01 DO MAPA 1.1 .....	II
ANEXO C - MAPA 1.3: PARTE 02 DO MAPA 1.1 .....	III
ANEXO D - TABELA 3: LEGENDA DO ANEXO C, COM A DATA DE FUNDAÇÃO DOS BAIRROS .....	IV
ANEXO E - TABELA 4: NOME DAS RUAS DE COLORADO, EM ORDEM ALFABÉTICA .....	VI
ANEXO F – CERTIFICADO DE APRESENTAÇÃO DA OFICINA PEDAGÓGICA .....	XII
ANEXO G – QUESTIONÁRIO APRESENTADO AOS ALUNOS NO COMEÇO DA OFICINA PEDAGÓGICA .....	XIII

*Quem controla o passado, controla o futuro; quem  
controla o presente, controla o passado.*

*George Orwell, 1984*

## Introdução

A ideia de “vazio demográfico” enraizou-se nas regiões norte e noroeste do Paraná. A partir de meados do século XX, a tese de que quando houve a chegada dos colonizadores estrangeiros havia um sertão desconhecido, repleto de mata virgem e despovoada à espera de ser desbravada pelos “primeiros exploradores”, ocupou uma historiografia que negava a anterior ocupação indígena na região e que idealizava o papel desempenhado pelos “pioneiros”. Cabe ressaltar aqui que o uso do termo “Pioneiro” não se refere necessariamente aos que primeiro habitaram a referida região, como sugere a palavra, mas sim aos imigrantes e migrantes que vieram para esta localidade do Paraná em busca de expandir a produção de café desde os anos 30 do século passado. Esse vazio demográfico teria sido ocupado pela “bravura” daqueles que foram chamados de Pioneiros; personagens idealizados como os primeiros a habitarem essas terras paranaenses.

O historiador Lúcio Tadeu Mota demonstra em seus trabalhos que houve um processo de construção desta tese de vazio demográfico na região ao longo da segunda metade do século XX:

Na década de 50, o Paraná passa por um período de desenvolvimento ancorado na cafeicultura de exportação praticada no norte do Estado. Enquanto os geógrafos de São Paulo e Rio excursionam pela região tentando compreender o seu rápido povoamento, os intelectuais paranaenses pensam o Paraná, refletem sobre o homem paranaense na busca de uma identidade para a sociedade local. [...] poderíamos continuar mostrando como a idéia do vazio demográfico é uma presença constante nos trabalhos acadêmicos sobre a sociedade paranaense, aparecendo ora como terras devolutas, ora como sertão desabitado, ou outras variadas formas de expressão (MOTA, 1994, p. 123; p. 132).

Esta tese do “vazio demográfico” na região norte e noroeste Paranaense, como apresentaremos ao longo desta dissertação, se reproduziu e se fortaleceu na memória coletiva das pessoas que foram ocupando-as, em todos os municípios, como é o caso da Cidade de Colorado, recorte espacial deste trabalho.

Colorado é um município paranaense, próximo às cidades de Maringá e Londrina, que conta com pouco mais de vinte e mil habitantes e que, oficialmente, surgiu no ano de 1954, apesar de desde a década de 1940 contar com a chegada de imigrantes, que, como já foi tratado no primeiro parágrafo, passaram a receber a alcunha de Pioneiros.

Tem-se aqui, dentre outros objetivos, a intenção de apresentar como se “envernizou” a ideia de vazio demográfico não apenas na historiografia acadêmica, mas também na memória coletiva dos habitantes do município de. E, para debater esta questão, utilizaremos a nomenclatura de monumentos públicos, especificamente, nome de ruas.

De forma sintética, discutimos a partir da toponímia do município: por que há muitos nomes das ruas que fazem homenagem aos ditos pioneiros? Por que quase não há (ou mesmo não há) homenagens aos povos indígenas que primeiro habitaram a região? A quem interessava considerar esses ocupantes chamados de pioneiros como os primeiros a desbravarem e colonizarem essas terras?

As respostas a essas perguntas, como este trabalho busca demonstrar, perpassam pela intenção de se construir no imaginário coletivo, não apenas da cidade, mas como se verá, em todo o Estado, um tipo ideal de colonizador, um *homem paranaense*, que, buscando se auto afirmar, negligenciou toda a história e existência de “outros” povos da mesma região. Assim, a questão da nomenclatura das ruas, evidencia que se buscou construir uma memória coletiva que se separa de um conhecimento histórico crítico.

O que se nota, através de análise de historiografia mais recente, é que há uma dissociação entre o resultado historiográfico crítico e uma memória coletiva sobre os antecedentes da referida região. Ou seja, embasada, também, em estudos antropológicos, a ciência histórica, mais comprometida com os dados, aponta para a existência de povos indígenas que habitaram a região norte e noroeste do Paraná antes mesmo que a chegada dos ocupantes estrangeiros e migrantes de várias regiões brasileiras. No entanto, a memória coletiva muito se respaldou em uma historiografia mais dedicada em exaltar um pretense tipo ideal de paranaense, o chamado Pioneiro, que teria imigrado e migrado para esta terra deserta e que do “seu próprio suor” desenvolveu economicamente uma desabitada região.

Buscando estudar a relação entre Memória e história, o historiador francês Jacques Le Goff aponta que “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (1990, p. 410). Para Pierre Nora (1971), citado por Le Goff (1990, p. 473) a memória coletiva é um instrumento de manipulação de determinados grupos sociais:

Pierre Nora nota que a memória coletiva, definida como "o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado", pode à primeira vista opor-se quase termo a termo à memória histórica como se opunha antes memória afetiva (LE GOFF, 1990, p. 473).

Ainda para Le Goff, uma das funções do profissional de História seria se dedicar ao estudo e desconstrução de uma memória hegemônica que não seja democrática: "Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica" (LE GOFF, 1990, p. 411).

Assim, trazendo essas discussões bibliográficas para este trabalho, discutimos se o "esquecimento" dos grupos indígenas, que primeiro viveram nestas terras paranaenses, se deu pela busca da formatação de uma memória coletiva com a intencionalidade de se criar uma identidade social sobre a exaltação de um determinado grupo social em detrimento de outros.

Em outras palavras, as referidas discussões conceituais são essenciais para percebermos que a ideia de vazio demográfico foi uma narrativa construída com base na memória coletiva e não na História crítica e fundamentada em fontes, posto que preenchida por "lembranças opacas" e simbólicas, e não por análises críticas.

Desenvolveu-se, assim, uma memória idólatra na região para com os chamados Pioneiros/colonizadores, reforçando o estereótipo de que estes homens que aqui chegaram, por meados do século XX, ergueram "do zero" uma civilização, ocupando uma terra atrasada e sem dono. Como bem observou Lúcio Tadeu Mota acerca da ocupação humana na região:

[...] 'essa construção é amparada no ato heróico de homens fortes, desbravadores, modernos bandeirantes. A ocupação da mata virgem cheia de perigos é uma epopéia que precisa ser contada e recontada até se tornar verdade'. Em relação ao vazio demográfico, 'O vazio não é apenas um espaço em algum lugar no mapa que está pronto para ser povoado. O vazio demográfico das obras apologéticas é um espaço cheio de perigos que precisa ser vencido para que se possa erguer das cinzas das matas as cidades, a civilização' (1994, p. 51).

Há de se ressaltar que este processo de memorialização não se deu pelo fracasso de uma análise historiográfica. Pelo contrário, houve sim a interferência de

uma historiografia, antes de tudo, comprometida em desenvolver uma identidade social na região: “[...] refletem sobre o homem paranaense na busca de uma identidade para a sociedade local” (MOTA, 1994, p. 30). Em outras palavras, este tipo ideal, o *Homem Paranaense*, foi, na verdade, construído para justificar uma ideia de Paraná preconcebida, heroica e branca, que negava aos povos indígenas a sua condição mais básica, a de existência. É uma ideia herdada de uma concepção historiográfica forjada a partir da década de 1920, conhecida como Paranismo, que, segundo Alessandro Batistella (2012, p. 1), foi a busca pela construção de uma identidade no Estado, e que influenciou a escrita da História produzida sobre o Paraná naquele contexto. Este movimento Paranista tinha o historiador Romário Martins um dos seus expoentes e o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico paranaense como a instituição de produção e difusão dessa história paranista.

E esta idealização, segundo demonstra Lúcio Tadeu Mota, contou com a participação de várias pessoas, instituições e grupos, tendo sido amplamente divulgada até mesmo em universidades, escolas e livros didáticos:

Os agentes dessa projeção são vários: a história oficial das companhias colonizadoras; as falas governamentais e sua incorporação nos escritos que fazem a apologia dessa colonização exaltando seu pioneirismo; os geógrafos que escreveram sobre a ocupação nas décadas de 30 a 50 do século XX; a historiografia sobre o Paraná produzida nas universidades. As formulações dessa produção passam a ser reproduzidas nas escolas, em livros didáticos ou trabalhos acadêmicos, sendo aceitas como um pressuposto que acaba por retirar da história social paranaense a presença indígena, presença que resistiu e continua resistindo, das mais diversas formas, à ocupação de suas terras e à sua destruição enquanto comunidade diferenciada da sociedade nacional (MOTA, 1994).

Para além do que foi discutido anteriormente, pontuamos a valorização da história, das culturas e do legado dos povos indígenas que habitavam a região, revitalizando a sua história social, as resistências e lutas empreendidas diante do processo de ocupação da região, a partir dos anos de 1930 do século XX. Assim, pretende-se contribuir para desconstruir esta idealização acerca da história paranaense, por meio de uma intervenção pedagógica junto a alunos do ensino fundamental.

Sobre a questão do trabalho da história indígena em sala de aula, é importante destacar que a lei de n.º 11.645, de 2008, estabeleceu as diretrizes e bases da

educação nacional, obrigando as escolas a incluir nos currículos o ensino de história e culturas indígenas, como se pode perceber textualmente:

[...] Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

A aplicação desta lei implica não apenas a valorização da História indígena nos currículos educacionais, mas, mais do que isso, um debate sobre a transformação de como a sociedade enxerga sua própria história, passando muito particularmente a notar a existência de grupos que foram e continuam a ser relegados ao esquecimento.

A problematização de uma memória coletiva que subjuga a existência e resistência de determinados grupos sociais é, antes de tudo, um dos deveres do historiador. Importa, também, lembrar que o município em questão (Colorado/PR) tem muito pouco escrito sobre seu passado e/ou sobre seus problemas do presente. Assim, essa proposta de investigação se justifica, também, na busca para um melhor entendimento crítico da formação desta pequena cidade, onde reside quem vos escreve. Além disso, o contato direto do autor desta dissertação com alunos de diferentes níveis da rede pública e privada, ao longo de 8 anos, demonstrou que há uma grande lacuna nos ensinamentos e aprendizagens sobre a história e cultura dos povos indígenas.

A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, discussão dos dados delas extraídos e análise das fontes documentais primária e secundária. As fontes propostas para análise são, em sua maioria, a base de dados com nomes das ruas do município de Colorado/PR, ou seja, sua toponímia. A pesquisa foi desenvolvida por fases pré-definidas, onde a primeira delas foi a análise e interpretação das fontes documentais e bibliográficas, por meio de leitura e produção de notas de pesquisa. Em seguida, realizou-se uma sistematização dos dados bibliográficos e das notas de leitura coletados. Através de tal abordagem, pretendemos dar condições para a

compreensão de como a ocupação humana na atual região do Paraná foi construída e transformada em memória coletiva institucionalizada em Colorado ao longo dos anos.

A proposta nesta dissertação teve, dentre outros objetivos, elaborar uma proposta de oficina temática sobre as culturas, legados e atuais demandas indígenas, voltada para alunos do ensino fundamental da cidade de Colorado/PR. Foi feita a discussão com os alunos sobre a ideia do vazio demográfico antes da ocupação dos “pioneiros”. Foram apresentados, ainda, os dados coletados sobre a nomenclatura das ruas e monumentos da cidade de Colorado e, a partir daí, feita uma problematização acerca da memória coletiva de uma cidade.

Este trabalho está dividido em 3 (três) capítulos. No primeiro aborda-se uma discussão teórica sobre a idealização do que é ser paranaense e como se formou esta memória coletiva que exalta os chamados pioneiros e negligencia, quando não apaga, a história, a resistência e as culturas dos povos que primeiro habitaram a região, os indígenas. Este primeiro passo foi feito com um debate sobre como se dá a construção da Memória de um povo e a importância de uma história crítica que reflita sobre isto. Na mesma trilha, demonstrou-se que a tese do “vazio demográfico” não se sustenta diante de uma análise histórica e arqueológica mais comprometida com os dados e as fontes. Ainda, no mesmo primeiro capítulo, discute-se a importância de uma história regional que não seja, unicamente, presa a objetivos macros, mas que também responda às demandas locais.

No segundo capítulo desta dissertação apresentam-se os dados, fontes e métodos de análises sobre a toponímia do município, pela qual foi possível questionar se houve a tentativa de idealizar o imigrante colonizador e, ao mesmo tempo, apagar da memória os povos indígenas que aqui habitavam. Para tal feito, foi importante levar o leitor ao conhecimento da história política, econômica e social do município de Colorado/PR e das características regionais, além de apresentar o debate sobre como a definição de fronteira geopolítica da atualidade não, necessariamente, corresponde às demandas de outras civilizações que na mesma região viveram.

Ainda no capítulo segundo, apontou-se quais povos indígenas que viveram na região de Colorado, utilizando estudos arqueológicos sobre o tema, demonstrando que a tese do vazio demográfico não se sustenta na região trabalhada.

No terceiro, e último capítulo, está apresentada uma proposta de intervenção pedagógica, em formato de oficina de estudo, junto aos alunos do ensino fundamental do município de Colorado, buscando contribuir com o ensino e aprendizagem da História e culturas dos povos indígenas. Esta oficina constitui-se no produto final deste trabalho de mestrado.

## Capítulo I - A invenção de um Paraná sobre o discurso do vazio demográfico

### 1.1 - Os lugares da memória

Este capítulo demonstrará que, tal como já se verificou para diferentes localidades do Paraná, ocorre em Colorado, cidade localizada na região Norte do Estado, uma significativa ausência de menções e estudos de grupos indígenas que habitaram a região antes da fundação oficial do município em meados do século XX (1954). Daí a necessidade de estudar previamente a memória e seus processos de construção, pelo que, neste momento, discutiremos os referenciais teóricos que balizam o nosso trabalho, bem como os problemas postulados a respeito desta questão, de forma a fundamentar as análises que seguem.

Partimos do pressuposto que o esquecimento destes povos, além de eliminar a História deles (WOLF, 1993), apresenta consequências ainda mais prejudiciais, especialmente porque se constrói a ideia, passada de geração em geração, de que a História paranaense teria se dado, única e exclusivamente, pelo esforço dos “colonizadores” da região: os pioneiros, como ficaram conhecidos.

Uma clara diferença de tratamento e de historicidade, que nos remete a uma constatação: “algumas representações conseguem posições centrais, [enquanto que] outras são marginalizadas, excluídas ou retrabalhadas”. No entanto, sabemos que os seus critérios “não são os da verdade” (SCHWARZSTEIN, 2002, p. 474). Antes, pelo contrário, como discutimos, “as representações dominantes podem ser as mais ideológicas, aquelas que mais obviamente se encaixam aos estereótipos míticos” (SCHWARZSTEIN, 2002, p. 474).

De todas as formas, se Colorado/PR, em particular, e o Paraná, de forma geral, apresentam um histórico marcadamente ausente de referências indígenas na sua História, importa reconhecer que é normal e até salutar que eventos ou figuras tidas como de relevo sejam escolhidas para serem homenageadas e reverenciadas publicamente, ou seja, lembradas. É que, como observou Dora Schwarzstein, “a memória é um elemento essencial da identidade” (SCHWARZSTEIN, 2002, p. 478), sendo justamente por meio dela que instituímos laços para identificarmo-nos com as outras pessoas e, desta forma, estabelecer elos de pertencimento a um determinado grupo.

Estas escolhas de memória não se dão de forma aleatória, são mecanismos definidos justamente para ressaltar e fazer lembrar quem prestou serviços considerados relevantes pelo grupo, seja este uma cidade, um estado, um país ou mesmo uma organização multinacional. Esta estratégia de criar lembranças acerca de questões específicas, é uma manifestação bastante clara desta construção da identidade. São escolhas deliberadas, tomadas com o objetivo de procurar esquecer o que desagrada e de recordar aquilo de que se orgulha. Por isso a investigadora Dora Schwarzstein destacou que “as memórias do passado são laboriosas construções” (SCHWARZSTEIN, 2002, p. 477) e também por isso que Mário Chagas lembra que “a memória é sempre seletiva” (CHAGAS, 2002, p. 36), pois são cuidadosamente escolhidas, “eleitas a dedo”. Como afirmou Alessandro Portelli, as memórias não são “simples repositório de informação”. São, na verdade, “um ativo processo de criação de significados” (Apud SCHWARZSTEIN, 2002, p. 476). Como se perceberá logo a seguir, muitas disputas se dão no campo da memória, justamente para determinar quem detém o controle desta seleção, desta construção da identidade.

Como parte deste processo de escolhas, a sociedade procura vivificar as memórias selecionadas e construídas, tentando dar-lhes a condição necessária para que uma identidade coletiva seja efetivamente estabelecida e mantida. Assim, erige ambientes especialmente dedicados à constituição e conservação destas ideias e suas imagens. Estes espaços, responsáveis por expressar e custodiar a memória coletiva, conhecidos por “lugares de memória”, podem ser tanto materiais, como também simbólicos ou funcionais (NORA, 1993, p. 21). São exemplos materiais os ambientes físicos, como museus, escolas, arquivos, bibliotecas e monumentos, enquanto que as fotografias, obras de arte, músicas e filmes se enquadram no conjunto dos lugares simbólicos, sendo os manuais escolares, por excelência, lugares funcionais da memória (SIMSON, 2003). Para Mario Carreto, Alberto Rosa e María Fernanda González, estes lugares da memória, atuam, respectivamente, “como material, como argumento, e como roteiro [...]” (CARRETO; ROSA; GONZÁLEZ, 2007, p. 19).

No entanto, ressaltamos que estes espaços podem se intercalar. Um arquivo, compõe o universo material, posto que físico, mas pode igualmente representar ou fazer parte da construção simbólica de algum objeto ou até mesmo do próprio prédio.

São exemplos que fazem parte deste processo de lembrança-esquecimento, a estátua do Cristo Redentor (Rio de Janeiro), ou o Edifício Copan (São Paulo) de Oscar Niemeyer, museus históricos como o da Inconfidência (Ouro Preto/MG), ou o da Bacia do Paraná (UEM/Maringá), institutos de história natural como o Museu Nacional (Rio de Janeiro) ou Igrejas, como a Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora (Colorado/PR).

A função essencial destes *lugares* não é apenas a de fazer lembrar, mas a de congregar, de unificar as lembranças coletivas, tonando-as memórias institucionalizadas (Le GOFF, 1990). É uma forma que tem sido aplicada de maneira bastante bem sucedida na tarefa de apaziguar as mais diferentes visões acerca de um determinado processo histórico, fato ou personagem. Como bem salientou Schwarzstein:

Símbolos como livros escolares, monumentos, [...] personagens, são identificados como lugares de memória que compartilham uma função comum: todos eles evocam um conjunto de valores cívicos que levam seus adeptos a uma comunidade civil (2002, p. 474).

Desta forma, podemos mesmo dizer que estes espaços, físicos, mentais, ou funcionais, são condições essenciais para a construção da coletividade, na medida em que é necessariamente por meio deles que arquitetamos nossa (ideia de) identidade. Em outras palavras: “A renegociação do passado no discurso da memória determina as formas pelas quais entendemos a vida contemporânea [o que trará] consequências inquestionáveis para o futuro” (SCHWARZSTEIN, 2002, p. 473).

Neste sentido, se sabemos que o ato por si de registrar o passado e procurar torná-lo vivo, por meio da sua memorialização, seja comum às sociedades, importa notar, todavia, que a escolha do que será narrado, a capacidade de poder contar e recontar uma determinada história, de selecionar o que figurará na memória coletiva e o que deverá ser esquecido, ou seja, a possibilidade de controlar o “que”, “quem”, “como” e “porquê” da memória, ocupa uma função essencial nos mecanismos de domínio sobre grupos e povos sob controle. Portanto, a formação e transmissão da memória são estratégias que “[...] resultam de um processo de construção que também envolve [...] o poder” (CHAGAS, 2002, p. 36).

Exemplificando a disputa de poder pela memória construída, podemos citar que diferentes ruas, pontes e praças que homenageiam as autoridades da ditadura civil-militar de 1964 têm sido alvo, atualmente, de diversas tentativas de extirpação de seus

nomes, posto que as ações e ideias destes homenageados não condizem mais com as aspirações de parcela da população (ABATI, 2018; GALINDO, 2017; SANTIAGO, 2015; FOLHA DE LONDRINA, 2014; QUADROS, 2014; ZANCHETTA, 2011). No ambiente escolar, lutas semelhantes ocorrem com alguma frequência, em diferentes países e em contextos históricos os mais variados. Mario Carreto, Alberto Rosa e María Fernanda González lembram que o fim da União Soviética levou à repentina reestruturação dos livros didáticos, que a recente vitória de Donald Trump, representando também a ascensão da elite neoconservadora nos Estados Unidos, trouxe consigo uma onda revisionista aos livros didáticos de História produzidos em anos anteriores, que as práticas escolares referentes às comemorações da chegada de Colombo à América foram alvo de revisões em diferentes países ibero-americanos e que a China pressionou para que o Japão reconhecesse, nos manuais escolares, as atrocidades por este cometidas durante a II Guerra Mundial (CARRETO; ROSA; GONZÁLEZ, 2007, p. 15–16).

No Brasil, reflexos recentes destas lutas podem ser vistos nas ações e falas do presidente da República, Jair Bolsonaro, e de seus apoiadores, que têm procurado de diferentes formas reconstruir a ideia que se tem acerca do que foi a ditadura civil-militar de 1964 (SALDAÑA, 2019; PIRES, 2018; MAGNOLI, 2019; FOLHA DE SÃO PAULO, 2018), bem como nas tentativas do movimento denominado “escola sem partido” de, dentre outras coisas, impedir a reflexão sobre memórias estabelecidas, como, por exemplo, o ensino da Ditadura Militar nas escolas<sup>1</sup>.

Inseridas neste processo, importa aqui não deixarmos de ressaltar aspectos geográficos e de planejamento regional na construção da memória, “tendo como pressuposto que [...] a memória acerca da cidade também é um campo de disputas por reconhecimento e afirmação de identidades [...]” (CESÁRIO; OLIVEIRA; YOSHIMOTO, 2014, p. 84). Não por acaso, essa *luta de memórias* (com as suas indissociáveis relações de poder e disputas de força que procuram dominar a formação da memória coletiva e torná-la seu instrumento de controle do passado) se reflete na toponímia urbana, procurando, como iremos discutir adiante, fazer valer seus ideários e construir hegemônicos processos de memorialização de ambientes

---

<sup>1</sup> Em 28 de Novembro de 2013, foi organizado um seminário denominado “Ensino da ditadura militar nas escolas”. Sobre ele, o coronel reformado Jorge Alberto Forrer Garcia realizou uma série de anotações, publicadas no website do movimento “escola sem partido”. Nelas, ele rotula a ditadura civil-militar de 1964 como uma “contrarrevolução democrática” e critica as propostas, feitas no referido seminário, de repensar as memórias à respeito do período ditatorial (GARCIA, [s.d.]; VENERA, 2018).

urbanos. Com isso, “[...] a cidade se torna um objeto não só material, mas também, sociocultural, ou seja, suas relações e dinâmicas no cotidiano fazem com que a cidade se torne um espaço vivo de memórias, identidades e representações” (SILVA; MORAES; MEDEIROS, 2014, p. 18).

Desta feita, o ato de (re)nomear as ruas é mais que uma ação aleatória, sendo, na verdade, a produção de um dimensionamento da memória, uma forma bastante efetiva de dominar as concepções sobre o passado. Sobre esta questão, Sonia Maria Sperandio Lopes Adum afirma que:

[...] o espaço não se apresenta [apenas] como um elemento natural ou físico, mas, sobretudo, como um produto social, resultado histórico das disputas em torno da significação do território; disputa simbólica que é uma outra feição das disputas de poder na sociedade” (ADUM Apud SILVA; MORAES; MEDEIROS, 2014, p. 18).

Não por acaso, as pessoas dão significação ao que lhes é próximo e, creem elas, identitário: quando perguntadas quem foi o indivíduo que deu nome, na cidade de Londrina, à Av. Saul Elkind, as pessoas que frequentavam a região, dentre outras respostas fantasiosas, faziam referência à memória que tantas vezes lhes tinha sido repassada, ou seja, que ele teria sido um pioneiro. Um pioneiro que nunca existiu<sup>2</sup>.

Considerando situações deste sentido, Dora Schwarzstein afirma que “verdadeiras batalhas para resgatar o passado [reconstruí-lo, diríamos nós] têm sido produzidas para a renegociação do presente” (SCHWARZSTEIN, 2002, p. 471). Nestas batalhas, quem subjuga as demais narrativas, termina por monopolizar os elementos capazes de (re)construir a identidade coletiva. Portanto, a memória dominante, que é, na verdade, “[...] o resultado dessas lutas”, é uma memória aniquiladora, que, no entanto, como se pode perceber pelos exemplos acima, está “sempre aberta a ser desafiada” (SCHWARZSTEIN, 2002, p. 473–474).

Assim, essa demanda pelo que deve ser lembrado ou esquecido reflete uma clara disputa, onde a capacidade de memorializar cria condições para o exercício do poder, ao mesmo tempo em que é por ele alimentado; uma relação de força cíclica, muito semelhante àquela retratada por George Orwell na epígrafe deste trabalho,

---

<sup>2</sup> Daniela Moraes informou que Saul Elkind foi homenageado devido a uma obra no entorno da rodoviária de Londrina. Seu filho, David Elkind, foi quem coordenou esta intervenção, razão pela qual o então prefeito Antônio Belinati resolveu homenageá-lo, mas este preferiu indicar seu pai para receber a nomeação (MORAES, 2014, p. 28).

onde quem detém o poder constrói a memória e quem domina a memória constrói o poder.

Esse processo de disputa é, segundo Paul Ricoeur, uma forma de manipular a memória. Ao discutir o que chama de “abusos da memória”, o autor realizou uma análise dos excessos e fragilidades da (construção da) memória coletiva. Tais abusos, em suas palavras, “no sentido forte do termo, [...] resultam de uma manipulação concertada [orquestrada] da memória e do esquecimento por detentores do poder” (RICOEUR, 2007, p. 93).

Ricoeur salienta algumas fragilidades no estabelecimento dos critérios de construção da identidade, ou seja, da memória. Ele evidenciou que um excesso de memória em uma certa região do mundo geraria um abuso da memória, mas que sua insuficiência em outra poderia provocar uma outra forma de abuso, a do esquecimento (RICOEUR, 2007, p. 94). Assim, para o caso específico da História paranaense, não podemos deixar de notar que este abuso por carência, orquestrado pelos detentores do poder, como assinalou Ricoeur, foi precisamente aplicado nos relatos que procuraram fazer com que a presença indígena na região fosse esquecida.

Ocorre, porém, que a produção de uma narrativa linear, sem contradições, não é uma tarefa fácil, especialmente em relação à memória coletiva. Estes lugares de memória, tanto os físicos, quanto os simbólicos ou funcionais, nem sempre conseguem estabelecer relatos efetivamente convincentes; uma constatação feita por Dora Schwarzstein, ao lembrar que “os vários lugares e instituições de onde se produz o teatro público da história, nem sempre atuam harmonicamente” (SCHWARZSTEIN, 2002, p. 474). Daí a necessidade de se minimizar ou mesmo eliminar as arestas que impedem uma narração “perfeita”, ou seja, com um caráter linear, sem conflitos e ausente de contradições. Tal supressão do “imperfeito” pode se dar de duas maneiras, atuem elas de forma conjunta ou separada: ou pela eliminação física e visceral, aniquilação mesmo, dos *lugares* que a tornam memoráveis, como a inundação da cidade de Canudos/BA, por exemplo.

Convém que se faça uma reflexão mais pormenorizada sobre este segundo ponto, posto que menos óbvio. Segundo Federico Guillermo Lorenz, a “teoria dos demônios” é aquela explicação, comumente percebida em contextos de pós-guerra ou redemocratizações, que aponta as extremas direita e esquerda como igualmente responsáveis pela guerra/ditadura, ou seja, pelo regime terminado que então se

pretende negar. Este autor salienta que no caso da ditadura militar argentina de 1966 (mas não só, vide a Lei de Anistia brasileira de 1979), esta teoria serviu para apaziguar os ânimos, dando a ideia de que a República que se formava era alheia a ambos extremismos, que era, portanto, democrática e sem violências de qualquer parte (LORENZ, 2007). Lorenz afirma que ela foi eficaz em seu objetivo, porque:

[...] ofereceu uma explicação para um passado apresentado como uma aberração e como um desvio de um padrão histórico mais 'civilizado', pois identificava responsáveis (distantes da maioria da sociedade) e, assim, abria caminho para a etapa democrática, para os indivíduos incluídos na categoria 'inocentes' e 'alheios' (LORENZ, 2007).

Como se pode perceber, a construção de uma imagem sobremodo tranquilizadora de um período de exceção, não somente elimina possíveis ruídos relacionados a esta memória, como igualmente a possibilidade de formação de memórias dissonantes, uma vez que os eventos do período se explicariam pela ação de extremistas.

De outra parte, precisamos reconhecer também que, no caso do Paraná, a construção da memória oficial acerca da ocupação do Estado não foi marcada apenas pelo abuso de esquecimento, pela negação da presença indígena. Há também nesta narração, uma percepção de que esses povos locais não condiziam com os padrões civilizacionais idealizados para representarem o que seria o *Homem paranaense* (MOTA, 1994). Também contribuiu para esta discussão o trabalho de Paul Ricoeur, uma vez que o autor salientou o fato do *outro* ser costumeiramente percebido como uma ameaça: “[...] o outro, por ser outro, passa a ser percebido como um perigo para a identidade própria” (RICOEUR, 2007, p. 94).

Construir meios para eliminar, física e simbolicamente, este *outro* ameaçador era condição mais que necessária para a consolidação desta identidade idealizada. No caso da História paranaense, a identificação do *outro* como foco de perigo pode ser claramente percebida nas relações conflituosas com os indígenas e principalmente nas *guerras de conquista* (MOTA, 2011, p. 11–12), bem como na idealização da identidade regional, que apresentou diferentes povos oriundos da Europa, mas que procurou anular a presença indígena da região.

De outra parte, não podemos esquecer também que esta estratégia de eliminar o *outro* da memória coletiva, remete ainda a diferentes elementos de sua construção, nomeadamente a formulação de uma narrativa heroica. Kalina Vanderlei Silva e

Maciel Henrique Silva, ressaltaram que a memória coletiva “confunde História e mito” (SILVA; SILVA, 2009, p. 275–279), tendo sido justamente a carência desta distinção que permitiu a construção da ideia de vazio demográfico, malgrado as evidências, inclusive arqueológicas, da ocupação indígena na região. Essa memória idólatra negou aos primeiros habitantes da região a História de suas culturas e reforçou estereótipos no seio da população do Estado, que ainda hoje se fazem difundidos.

A construção desta imagem da comunidade foi estudada por Benedict Anderson, tendo ele atentado em seu estudo para o caso nacional. Calibrando essa esfera para o universo local, podemos notar que, analogamente, a imagem da comunidade era fruto da “magia do nacionalismo que converte o acaso em destino” (ANDERSON, 2013, p. 39). Da mesma forma, podemos dizê-lo, o regionalismo: a construção idealizada da História paranaense converteu um processo histórico complexo, repleto de conflitos sociopolíticos, de pressões econômicas e de migrações que tinham por objetivo fugir da pobreza e miséria em suas regiões natais (SCARPIM, 2018, p. 21–22; OLIVEIRA, 2015, p. 803), em uma narrativa heroica e linear, onde apenas uns poucos grupos comporiam o ideal de *Homem paranaense*. Em outras palavras, converteu “o acaso em destino”.

É neste sentido que devemos observar como as narrativas sobre uma nação ou uma cidade são produzidas. A memória, mesmo a coletiva, já o sabemos, é seletiva. Com um processo de memorialização inserido diretamente em seu universo específico, esta valorização seletiva ocorre de diferentes maneiras, mas pode ser especialmente perceptível em municipalidades de pequena escala populacional, como Colorado/PR. Esta cidade pertence a uma região que é particularmente descrita como se fosse de ocupação recente e estrangeira (MOTA, 2011). Como procuraremos discutir adiante, o município em questão segue esta recorrente estratégia aniquiladora da memória, que homenageia os assim chamados “Pioneiros” com nomes das ruas, mas sem fazer menção aos povos que antes ocupavam essas terras.

Desta feita, analisar a História de Colorado e sua região, implica necessariamente em procurar perceber previamente as distâncias entre uma investigação histórica, por excelência, e a invenção de uma memória coletiva. Tal diferença motivou Pierre Nora a exacerbar a oposição entre ambas, afirmando que memória e História, “longe de serem sinônimo, [se opõem] uma à outra” (NORA, 1993, p. 9). Sua atenção estava principalmente voltada para os usos da memória na

construção (de imagens para) do Estado-Nação, daí sua coletânea *Les Lieux de Mémoire* (Os Lugares de Memória), ainda que assente em contribuições singulares, focar-se na análise dos símbolos, monumentos, comemorações e mesmo do *Collège de France* ou dos grandes dicionários franceses, posto que compunham elementos significativos na formação da memória do que era a França (ENDERS, 1993). Para Nora, a ausência de debates, ou seja, a perda de sentido da Nação, fez com que ela se tornasse algo a-histórico. Deixando então de ser uma “causa”, algo por que combater, “a nação se tornou um dado”, de modo que “a nação-memória foi, portanto, a última encarnação da história-memória [da unificação da memória e da História]” (NORA, 1993, p. 12; SCHWARZSTEIN, 2002, p. 475). Diferente de Nora, no entanto, François Dosse ressalva que essa diferenciação entre uma e outra não é absoluta (2003, p. 284). Ele nota que é possível, por exemplo, o estudo da “história da memória”, como no caso das memórias coletivas, ou mesmo por meio da análise da construção de historiografias memorialistas, fortemente dedicadas a apresentar visões edênicas acerca de determinados grupos.

Neste sentido, seria importante retomar aqui algumas das discussões a respeito da dissociação entre ambas. Como bem lembrado por Dosse (2003, p. 280), foi Maurice Halbwachs quem primeiro procurou delimitar a História enquanto disciplina ligada à crítica e à problemática, necessariamente associando a memória ao vivido, ao mágico e ideal. Para ele, havia sim uma diferença entre História e memória, mas não seria uma divisão tão marcada como aquela posteriormente proposta por Nora. Em seu livro *A Memória Coletiva*, Halbwachs parte do suposto que a memória coletiva é uma manifestação social plural (HALBWACHS, 1990, p. 85; SCHWARZSTEIN, 2002, p. 477). A separação entre ambas se daria de várias formas. Poderia ser pela referida ação reflexiva e crítica da História, em contraposição à memória, mas ela também se daria pela diferença de temporalidades, pois, enquanto a História é temporal, datável, a memória é atemporal, imutável. Ou, nas palavras do autor:

A história é um quadro de mudanças, e é natural que ela se convença de que as sociedades mudam sem cessar, porque ela fixa seu olhar sobre o conjunto, e não passam muitos anos sem que dentro de uma região desse conjunto, alguma transformação se produza. [...] A memória coletiva, ao contrário, é o grupo visto de dentro, e durante um período que não ultrapassa a duração média da vida humana (HALBWACHS, 1990, p. 88).

Além disso, a constituição da memória também se daria de forma bastante diferente da História, fato que obrigaria a perceber ambas como dissociadas: “Não é na história aprendida, é na história vivida que se apoia nossa memória” (HALBWACHS, 1990, p. 60). O autor remata essas diferenças concluindo que “[...] a memória coletiva não se confunde com a história”, pois “[...] a história começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social” (HALBWACHS, 1990, p. 80).

Assim, o pensamento inaugural de Halbwachs acerca da memória coletiva terminou por apresentar uma diferença no processo, até então pouco ou nada percebido, de constituição de identidades, o que fez com que a sua obra influenciasse uma ampla gama de análises sobre o tema. Seguindo justamente a sua linha de pensamento, François Dosse afirma que: “[...] Por ser efetiva e mágica, a memória só se contenta com detalhes que a confortam” (DOSSE, 2003, p. 280). Diferente, portanto, do papel investigador da História, a memória acabaria sendo construída enquanto instrumento justificador e apaziguador do passado. O que, nas palavras de Dora Schwarzstein, implica dizer que “construímos nossas memórias para sentirmo-nos relativamente confortáveis com nossas vidas” (SCHWARZSTEIN, 2002, p. 477).

Por fim, não podemos deixar de apontar que esse processo de construção da memória foi também analisado por Jacques Le Goff em seu influente estudo sobre a relação entre esta e a História. Para este autor, as diferenças entre os conceitos de documento, “escolha do historiador”, e o de monumento, “herança do passado”, podem ser especialmente verificadas devido ao fato do segundo estar ligado “ao poder de perpetuação”, enquanto que o primeiro atrelar-se-ia à noção de prova, de fundamentação crítica (LE GOFF, 1990, p. 458–470).

Em outras palavras, quando o historiador francês assinala que a transformação do documento em monumento ocorre através da “sua utilização pelo poder” (LE GOFF, 1990, p. 464), ele nos permite indicar que essa repetida versão da história paranaense, completamente ausente de povos indígenas, deu-se por meio de um processo intencional e orquestrado, pensado precisamente para enaltecer os antepassados daqueles que estavam a escrever estas histórias.

Como foi possível perceber por meio das discussões trazidas aqui, a narrativa sobre a ocupação do Paraná, ausente de povos indígenas, foi uma construção muito mais associada ao campo da memória do que ao da História, posto que preenchida

por aventuras e desbravamentos, por histórias míticas, imemorais e heroicas, e não por análises críticas. A supracitada distinção entre História e memória, permite-nos perceber, desta feita, que a historiografia tradicional paranaense produziu mais uma *memorialização* da História da região, do que a construção de uma análise crítica que permitisse compreender o papel desempenhado pelos povos que habitaram a região antes da chegada dos grupos colonizadores não indígenas.

Eric Hobsbawm afirma que o historiador é um matador de mitos (HOBBSAWM, 2016). É o que este trabalho pretende ser ao discutir a construção de uma memória coletiva que tem eliminado a História e a historicidade de diferentes povos e grupos que não compuseram os ideais de civilização daqueles que produziram estas memórias. Ou seja, cabe também aos cientistas sociais a tarefa de analisar criticamente estes processos de memorialização, permitindo que a sociedade não se prenda à verdades universais. Portanto, podemos mesmo afirmar que a História do Paraná é a narrativa dos vencedores sobre os povos indígenas que habitaram a região. Esta “História”, por ser uma construção idealizada do passado da região e de sua gente, é mais uma narração memorialista do que histórica, posto que acrítica e carente de historicidade.

## **1.2 - Sob o império do vazio**

Na seção anterior, procuramos refletir os processos de construção da memória coletiva e as diferenças fundamentais entre esta e a História, não deixando de observar a relação destas questões com o recorte de análise, isto é, Colorado/PR. Importa agora discutir o elemento que tem justamente criado as bases para que as abordagens sobre a História paranaense fosse memorializada ao invés de construída de forma crítica, ou seja, a tese do vazio demográfico.

Como notou Alessandro Batistella (2012, p. 1), foi após a emancipação política do Paraná (1853), mas principalmente a partir da década de 1920, que o chamado *Paranismo*, ou seja, a tentativa de se conceber uma identidade no Estado, se difundiu no seio da sociedade paranaense e influenciou ativamente a escrita da História produzida sobre o Estado. José Erondy Iurkiv analisou o contexto em que estas ideias foram produzidas e salientou que uma das maiores motivações para este movimento foi a questão das fronteiras do Estado com Santa Catarina e, principalmente, a criação

do Território Federal do Iguazu (1943-1946)<sup>3</sup>. A identidade paranista seria então, segundo este autor, o elemento fundamental para estabelecer uma unidade regional, evitando-se assim a segregação do Paraná (IURKIV, 2002, p. 127).

Sobre esta questão, importa distanciarmo-nos para refletir sob um aspecto mais amplo. Max Weber defende que nação seria “a posição por certos grupos de um sentimento específico de solidariedade frente a outros” (WEBER, 1996, p. 679). Benedict Anderson, por sua vez, ao analisar a formação e difusão do nacionalismo, criou bases para a investigação acerca das mais diversas comunidades, tanto locais quanto nacionais, de forma que o Paraná seria uma comunidade imaginada. Ele salientou que a nação era uma comunidade política *imaginada*, pois seus membros não se conhecerão, “embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles” (ANDERSON, 2013, p. 32). Para Anderson, era preciso perceber que as nações, estas vastas comunidades imaginadas, constroem uma ideia em que elas “surgem sempre como emanações de um passado imemorial” (ANDERSON, 2013, p. 38), uma compreensão que se reveste de significativa importância para nosso caso, justamente por nos permitir perceber que a construção da ideia de Paraná se deu precisamente negando sua relação com a América, para se associar a um passado europeu também idealizado. Esta negação do passado americano, todavia, somente seria possível por meio da tese do vazio demográfico, que anulou os laços que uniriam os “pioneiros” a seu continente, ou seja, aos povos que anteriormente ocuparam a região.

Um exemplo nítido deste movimento paranista, a retomar nossa questão de fundo, foi a obra *História do Paraná* (1899), de Alfredo Romário Martins, considerado como um dos principais fundadores e disseminadores do movimento paranista<sup>4</sup>. Este livro foi, inclusive, adotado como oficial nas escolas do Estado a partir dos anos 1950 (BATISTELLA, 2012, p. 126). Nele, Martins apresenta uma visão positivista e teleológica, onde a História do Paraná acabaria por chegar a um auge, ou seja, o desenvolvimento completo de um Estado que, desde seu nascimento, ainda enquanto província, seria diferente dos demais; uma concepção que pode ser resumida nas

---

<sup>3</sup> Durante o Estado Novo, o Decreto-lei n.º 5.812, de 13 de setembro de 1946, criou o Território Federal do Iguazu, passando terras, antes paranaenses, para o controle da União. Este decreto ficou em vigor até a redemocratização em 1946, quando o território voltou a ser reincorporado pelo Paraná e Santa Catarina.

<sup>4</sup> Sobre o papel desempenhado por Romário Martins no processo de construção da identidade local, tendo especial atenção sua atuação no Museu Paranaense, cf. (CARNEIRO, 2013).

ideias defendidas nos anos 1930 pelo paranaense Milton Munhoz, professor de Higiene da Faculdade de Medicina do Paraná. “O conjunto de medidas apresentadas pelos higienistas possibilitariam, então, o aperfeiçoamento contínuo da sociedade que se formulava, [...] em uma só palavra: progresso (Apud LAROCCA; MARQUES, 2010, p. 761)”.

Considerando estas questões, Alessandro Batistella percebeu a importância do fator racial, tal como compreendido na época, para a construção deste ideal de Paraná. Ele notou que a “raça” figurava como preponderante para definir o nível civilizacional que o Estado se encontrava e, principalmente, aquele que poderia vir a alcançar (BATISTELLA, 2012). Estas primeiras análises sobre a população que teria formado o Estado, nomeadamente aquelas saídas da escrita de Romário Martins, não eram totalmente negativas em relação aos indígenas, apesar de apresentarem uma visão condescendente, fortemente influenciada pelos ideais do romantismo indigenista ainda em voga e de carregarem consigo ideias eugenistas<sup>5</sup>.

Precisamos notar, todavia, que o eugenismo era complexo, uma vez que o formato da eugenia no Brasil, “torna impossível qualquer conclusão simples sobre as relações entre ciência e vida social”. Não por acaso, acrescenta Nancy Stepan, foi “ironicamente a fé no branqueamento, ela própria baseada na premissa racista da superioridade da raça europeia, [que] tornou desnecessária uma eugenia extremada no Brasil” (STEPAN, 2004, p. 380); sendo Romário Martins exemplo claro, no Paraná, desta vertente eugenista mais branda. Em outras palavras, apesar de não negar a história de negros e indígenas para a constituição do Estado, Romário Martins, baseado numa confluência de ideias eugênicas e românticas, acreditava que o caminho ideal para o desenvolvimento do Paraná seria o branqueamento das “raças” (IURKIV, 2002, p. 130).

Se, num primeiro, momento a construção de uma identidade regional passou por esta idealização do indígena, uma outra percepção ganhou espaço em meados do século XX, com a publicação em 1955 de *Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná*, de autoria de Wilson Martins. Nesta obra, os povos que primeiro ocuparam as terras do Estado, passaram a ser excluídos dos relatos históricos sobre o Paraná. Sendo que seria, na concepção deste autor, justamente a ausência destes povos que constituiria o seu caráter excepcional em

---

<sup>5</sup> Sobre a eugenia, cf. especialmente (STEPAN, 2004; GOULD, 1991).

relação ao restante do Brasil. Por isso, Batistella afirma que “o trabalho de Wilson Martins foi fundamental para consolidar uma autoimagem do Paraná [...] como um local europeizado e, sobretudo, branco” (BATISTELLA, 2012, p. 10). Wilson Martins chegou a afirmar textualmente a sua concepção acerca da excepcional condição do paranaense, isto é, seu caráter europeizado. Ele diz:

Assim é o Paraná. Território que, do ponto de vista sociológico acrescentou ao Brasil uma nova dimensão, a de uma civilização original construída com pedaços de todas as outras. Sem escravidão, sem negro, sem português e sem índio, dir-se-ia que a sua definição humana não é brasileira (Apud MOTA, 1994, p. 3).

Por isso o Paraná era um *Brasil diferente*, já que não seria composto pelas mesmas matizes raciais que o restante do país. Ao negar a presença de indígenas e negros no Estado, Wilson Martins deu início à ideia que, justamente, se consolidaria nos anos seguintes, de que havia um vazio demográfico na região. Sua recusa em contar a História destes povos, deliberadamente apagava as guerras de conquista, as invasões e os conflitos entre indígenas e euro-brasileiros. Somada à exemplos que heroizavam a História do Estado como a região mais próxima da Europa, a tese de Wilson Martins acerca do caráter excepcional do Paraná foi se materializando tanto no imaginário popular, quanto na academia.

Foi uma tese bem sucedida, se considerarmos sua expansão e adesão ao longo dos anos. Algo que se explica necessariamente pela vontade coletiva de se identificar com os mitos eurocêntricos, importa referir, criados por Wilson Martins, ao invés de considerar a real presença indígena na região. Todavia, essa visão eurocêntrica e acrítica que se consolidou acerca da História paranaense e, sobretudo, do papel desempenhado pelos povos que ocuparam o Estado, foi questionada por Lúcio Tadeu Mota, quando este investigou a presença indígena no Paraná e as diferentes formas de resistência de uma população ainda hoje presente no Estado, os Kaingang, os Guarani e os Xetá (MOTA, 2009).

Neste trabalho, originalmente fruto de uma dissertação de mestrado defendida em 1992, Mota apresenta as evidências que recolheu acerca da tese do vazio demográfico e discute a construção da ideia, sua difusão em diferentes áreas do saber e sua perpetuação através de livros didáticos e obras sobre a “colonização” do Paraná. Mota explicitou como se deu a construção deste mito do vazio demográfico. Ou, em suas palavras: “Ao discutir a questão da imigração moderna no Paraná, alguns

historiadores utilizam a expressão ‘imigração para povoar vazios demográficos’ para explicar o surgimento dos primeiros núcleos coloniais [...]” (MOTA, 2005, p. 52).

Ele desconstruiu a tese de que anteriormente à chegada dos colonizadores brancos havia um sertão desconhecido, repleto de matas virgens e despovoadas à espera de serem desbravadas pelos colonos euro-brasileiros: “A ocupação da região é tida como pacífica, sem lutas ou resistências, uma vez que, segundo a versão oficial, os povos indígenas simplesmente não existiam” (MOTA, 2009, p. 14).

Este mito ocupou ao longo dos anos o imaginário popular do paranaense, ao ponto de permitir inclusive a existência de historiadores, de diferentes gerações, que negavam a ocupação indígena na região e que idealizavam o papel desempenhado pelos assim chamados pioneiros. Mota nos remete a esta questão ao apontar para a desconsideração para com os povos indígenas que, desde há muito, ocupavam as terras do agora Paraná:

A evidente presença do indígena no Paraná não é, entretanto, registrada pela história da região. [...] Pois, na maioria dos discursos oficiais, em livros didáticos, nas obras sobre o pioneirismo no norte do Estado, nos trabalhos acadêmicos que tratam da ocupação da região a partir da década de trinta deste século, é comum encontrar-se a afirmação de que essas terras eram ‘devolutas’, ‘selvagens’, ‘desabitadas’, ‘estavam abandonadas’, ‘virgens’, ‘selváticas’, ‘sertão bravo’. [...] Ao lado dessa falácia, a classe dominante apaga um dos sujeitos da história: os povos indígenas (MOTA, 1994, p. 4).

Somente com um tal serviço histórico de limpeza étnica é que seria possível afirmar que os pioneiros do Estado eram aqueles colonos vindos do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo ou de países europeus. O conceito básico de pioneiro refere-se àquele que “primeiro desbrava regiões incultas” (PRIBERAM, 2013), ou seja, um sinônimo de desbravador. Ocorre, porém, que os habitantes iniciais destas terras não foram estes denominados pioneiros, mas sim os povos indígenas; gente que fez destas terras seu meio de sobrevivência, ainda que este fosse, e ainda seja, diferente dos conceitos ocidentais de civilização.

Protasio Langer, tal como Lúcio Tadeu Mota, notou o descompasso diante das concepções de mundo não capitalistas, isto é, que a ausência de alteridade serviria de instrumento para justificar a tese de que a região não era habitada e que, portanto, os colonos euro-brasileiros seriam os pioneiros. Langer ressaltou que “a desqualificação dessas etnias ocorre em dois sentidos: primeiro, pela depreciação do seu sistema socioeconômico; segundo, pela exaltação e glorificação dos colonos

sulistas” (LANGER, 2007, p. 85). Uma dupla consideração que somente foi possível porque as diferenças de concepções de mundo foram desconsideradas. Langer especifica esta ausência de alteridade quando diz: “a explicação para a peculiaridade da colonização cabocla é que esse grupo não é afeito a trabalhos pesados como os colonos sulistas. É o mesmo argumento que justifica a apropriação de territórios indígenas [...]” (LANGER, 2007, p. 84).

Mota, por sua parte, notou que a ideia de que o Paraná “era um ‘vazio demográfico’ a ser ocupado pela colonização pioneira” estava inserida num processo de transformação capitalista (MOTA, 2012, p. 97). Acerca deste símbolo essencial da idealização da ocupação humana na região, ele observou que:

[...] essa construção é amparada no ato heroico de homens fortes, desbravadores, modernos bandeirantes. A ocupação da mata virgem cheia de perigos é uma epopeia que precisa ser contada e recontada até se tornar verdade [...] (MOTA, 1994, p. 51).

A obra da colonização, neste sentido, seria fruto do árduo trabalho dos pioneiros: “É preciso, sobretudo, estoicismo na tarefa da colonização”, disse um relato enaltecido (MOTA, 2012, p. 103). Assim, além da construção de uma narrativa heroica, foi utilizado, tal como percebeu Langer, um discurso de moral do trabalho que caracterizava negativamente os povos indígenas justamente por não compartilharem das mesmas lógicas capitalistas de trabalho, propriedade e riqueza. Este discurso é justamente aquele analisado por Max Weber em sua discussão sobre o “espírito” do Capitalismo: “[...] salta à vista como traço próprio dessa ‘filosofia da avareza’ o ideal do homem honrado [...], a ideia do *dever* que tem o indivíduo [...] pelo aumento de suas posses como um fim em si mesmo” (WEBER, 2004, p. 45). Portanto, essa narrativa do pioneirismo, heróica e unida com a ideia de trabalho e de ocupação efetiva da terra, baseou-se numa perspectiva socioeconômica muito distante das visões de mundo das populações que ocuparam a região anteriormente, a saber, os Kaingang, os Guarani Kaiowá e Guarani Nandeva e os Xetá<sup>6</sup>. De outra parte, foi justamente imbuído deste espírito capitalista e suas conseqüentes noções de trabalho

---

<sup>6</sup> Para uma visão inicial sobre estes povos, cf. verbetes na plataforma *Povos Indígenas no Brasil*, do Instituto Socioambiental (ISA) (TOMMASINO; FERNANDES, 2001; SILVA, 1999; ALMEIDA; MURA, 2003a, 2003b): [www.socioambiental.org.br/povosindigenas/...](http://www.socioambiental.org.br/povosindigenas/...)

que o Estado avançou com a massiva promoção da concessão de terras do interior do Paraná<sup>7</sup>.

Com o advento da República, o Estado passou a ter o domínio sobre o que considerava terras devolutas. No caso paranaense, o norte, oeste e o sudoeste do Estado foram considerados terras devolutas pertencentes ao Estado, que as cedeu, através de concessões, para as grandes companhias colonizadoras. Essas companhias promoveram a ocupação da região em ritmo acelerado jamais visto em sua história; em menos de trinta anos tudo estava desmatado e ocupado com vilas, cidades e grandes plantações de café (MOTA, 2005, p. 69 et seq.).

Neste sentido, é importante notarmos que estes relatos não foram produzidos em função de uma tentativa de análise historiográfica malsucedida. Pelo contrário, foi criada uma identidade social com a específica função de definir quem seriam os efetivos povoadores da região, ou seja, os pioneiros.

Especificamente em relação à região Norte do Estado, importa não perdermos de vista que “nas obras que apregoam a apologia da colonização do norte do Paraná, essa construção é amparada no ato heróico de homens fortes, desbravadores, modernos bandeirantes” (MOTA, 2005, p. 78), ou seja, na idealização de um pioneiro. É, pois, neste sentido, que ressaltamos que a ideia de vazio demográfico também se enraizou na região Norte do Paraná. Um vazio que teria sido preenchido pelo pioneirismo e bravura do assim chamado *Homem Paranaense*; um tipo sociológico idealizado como sendo o antepassado por excelência dos atuais habitantes destas terras.

Ainda segundo Mota, a ocupação euro-brasileira na região Norte do Estado começou a se dar em princípios do século XX: “A partir de 1925, tem início a ocupação definitiva do grande território do norte paraense [...]” (MOTA, 2005, p. 69). Esse processo de expansão do capitalismo para o interior do Paraná teria consequências igualmente nefastas para as populações que ali viviam: “A situação dos Kaingang, dos Guarani Kaiowá e Xetá que ainda viviam por ali se torna cada vez pior, até serem confinados nas reservas do Serviço de Proteção do Índio” (MOTA, 2005, p. 69).

Assim, as narrativas acerca da História do Paraná, ao invés de salientarem um passado imemorial que, necessariamente englobaria os povos indígenas que

---

<sup>7</sup> Dentre as diversas concessões na região, a maior “[...] seria feita em 1927, para a companhia *Parana Plantion Limited*, sediada em Londres. Foram 515 mil hectares de terras entre os rios Tibagi e Paraná, onde hoje se localizam Londrina, Maringá, Cianorte, Umuarama e numerosas cidades de menor porte” (MOTA, 2005, p. 70).

povoaram a região, como normalmente acontece na “invenção de tradições” desta natureza<sup>8</sup>, expôs apenas a presença de mineiros, paulistas e migrantes estrangeiros, essencialmente europeus e japoneses (ANTONELLI, 2019; WILLE, 2018; SCHWARTZ, 2011). Obras institucionais, como a celebração de aniversário do extinto banco Banestado, são exemplos característicos deste “extermínio histórico”. Já na abertura do folheto comemorativo afirma-se: “É apenas quando [...] paulistas [...] se ajuntam [a] fazendeiros mineiros, que o Norte do Paraná começa a ser de fato colonizado” (BANESTADO, [s.d.], p. 1).

Como já havia notado Lúcio Mota para contextos de princípios do século XX, cientistas sociais também foram partícipes da construção desta narrativa histórica. Janete Tanno, por exemplo, em recente congresso de história continua a repetir o destaque dado apenas à migração de mineiros e paulistas para o Paraná. Embora tenha tido contato com obras críticas à tese do vazio demográfico, como a tese de Nelson Tomazi (1999), por exemplo, a autora afirma em seu trabalho de preservação documental que a ocupação efetiva da região teria se dado por meio destes dois grupos populacionais. Ela é textual:

Entre o final do século XIX e primeiras décadas do XX, grandes fazendeiros paulistas estabeleceram-se na região nordeste do estado, o chamado “Norte Pioneiro”, assim como pequenos e médios sitiantes iniciando a formação de núcleos urbanos, *povoando a região* [...] (TANNO, 2015, p. 8, grifos nossos).

Essa forma de contar a História do Estado nega este passado aos povos indígenas e a outros grupos que foram/vieram para/na região, como é o caso dos nordestinos, precisamente porque se queria eliminar destas narrativas quaisquer grupos que não cumprissem com as intenções desta idealizada História paranaense; plena de “grandes homens” e “modernos bandeirantes”. Ainda sobre esta questão, importa destacar que pesquisas recentes tem procurando suprir esta carência historiográfica. Letícia Fernandes apresentou uma análise crítica sobre estas versões, especialmente para a região de Maringá/PR, onde ela notou não apenas a ausência de menções a estes grupos em trabalhos fundamentais sobre a História da região, como também percebeu a existência de relatos preconceituosos que, quando se referiam a eles, caracterizavam-nos como “imigração da miséria” (FERNANDES,

---

<sup>8</sup> Seguimos aqui a conceituação preconizada por Eric Hobsbawm e Terence Ranger em *A invenção das tradições* (HOBSBAWM; RANGER, 1997).

2014, p. 34–61). Adriana Medeiros, por sua vez, além de também debater estas questões e de notar a presença de migrantes também da região do Norte de Minas, procurou analisar como se deram as relações sociais quando eles chegaram ao Estado, considerando nomeadamente os conflitos e acomodações entre os fazendeiros e “gatos”, as companhias de terras, o Estado e, obviamente, os próprios migrantes (MEDEIROS, 2017). Do trabalho destas duas investigadoras, podemos concluir que, tal como para os povos indígenas, houve uma clara tentativa de eliminar esses grupos das narrativas sobre a História do Paraná.

Mas se após tantos estudos sobre o mito do vazio demográfico e a invenção de uma História branca para o Paraná, que nega a participação de outros grupos sociais, poderia ser correto imaginar que esta tese tivesse perdido espaço, devemos ressaltar que tais suposições não se verificam plenamente. Assim, se os indígenas passaram a ser incorporados em boa parte dos relatos sobre o Estado, não podemos deixar de notar que as resistências em aceitar que estes povos passaram a ocupar uma posição de destaque na História do Paraná, deixando aos indígenas os postos de coadjuvantes, ainda não significativos.

Versões do vazio demográfico persistem ainda hoje, como bem demonstrou Protasio Langer, em análise sobre a História do Estado e de sua gente, ao identificar “na produção acadêmica [...] a persistência de postulados e preconceitos que diminuem ou encobrem o drama da negação da ancestralidade da ocupação indígena em face do avanço da ocupação eurobrasileira” (LANGER, 2007, p. 73–74).

Para ele, e para nós, “parte significativa da produção literária sobre a história do Paraná – trabalhos acadêmicos, didáticos e paradidáticos – continua sendo urdida sobre essa trama ideológica” (LANGER, 2007, p. 74); uma adoção pouco crítica e ainda fortemente baseada em ideias há muito criticadas por suas implicações étnicas e sociais. Langer nos permite confirmar, ainda que tenha maior atenção à região do Sudoeste paranaense, que “os indígenas apenas são mencionados, mas não abordados [nestas análises], porque, no fundo, nunca lhes é conferido o status de povoadores” (LANGER, 2007, p. 81). Por isso ele define a historiografia paranaense, da primeira metade do século XX, como de “caráter eurocêntrico e autoritário [...] que

fala, define e classifica os índios e caboclos a partir de uma escala de valores estranha a eles” (LANGER, 2007, p. 91)<sup>9</sup>.

Em recente artigo publicado em um dos principais periódicos do Estado, podemos notar a persistência da ideia: “O norte, oeste e sudoeste do estado eram verdadeiros *vazios urbanos*, isto é, sem formação de municípios, mas ocupada por povoados de indígenas e da população cabocla” (ANTONELLI, 2019; grifos nossos). Sai a tese de vazio demográfico, de ausência dos povos locais, agora reconhecidos como os primeiros povoadores daquelas terras, e entra a ideia de vazio urbano. Ou seja, reconhece-se a presença destes habitantes, mas continua a ser negada a História e cultura dos povos que anteriormente povoaram as terras do atual Paraná.

Portanto, podemos salientar a inserção da região do município de Colorado/PR neste processo de construção histórica memorialista, onde se continua a afirmar que as terras do Norte do Paraná eram vazias antes da chegada dos “pioneiros e colonizadores”. Neste sentido, reconhecer estas construções ideológicas é essencial para reverter preconceitos e mitos e, desta forma, ser possível valorizar as culturas e os legados dos povos indígenas que habitavam a região, resgatando a sua história e a sua resistência diante do processo de colonização do século XX. Em outras palavras, esperamos que o estudo acerca deste processo de reocupação do Estado e de construção de memórias heroicas possa contribuir para desconstruir esta idealização acerca da História paranaense, nomeadamente por meio de uma intervenção didática voltada para alunos do ensino fundamental.

### **1.3 - Meu Paraná, História regional**

Após analisarmos os dois princípios que permitiram a construção da História do Paraná, tal como a conhecemos, isto é, a narrativa memorialista e a acrítica acerca do passado do Estado e seu exemplo mais claro, a ideia de vazio demográfico, cabe procurar perceber a inserção deste trabalho em seu domínio historiográfico, a História regional. Antes, convém que se perceba que o conceito de região não é, como bem assinalou Paul Veyne, objetivo (Apud PRIORI, 1994, p. 183). Esta subjetividade se dá

---

<sup>9</sup> Investigações semelhantes, conduzidas tendo a capital do Paraná como foco de análise, também notaram a sobrevivência de concepções heroizantes da História do Paraná, especialmente na “Coleção Lições Curitibanas” (ALBUQUERQUE, 2003).

em decorrência do processo de identificação e delimitação do que configura uma dada região. O investigador pode modificar os critérios que a balizariam, de acordo com pressupostos teórico-metodológicos seus, daí concordarmos com Angelo Priori (1994) em sua percepção de que a região é socialmente construída e desta forma precisa ser analisada, não como algo dado por si, concreto e imutável.

A região, como salientou este investigador, não é uma caracterização apenas geopolítica e administrativa. Ela pode representar diferentes aspectos, como uma determinada fronteira agrícola, por exemplo. Em outras palavras, ela própria é parte de um processo de construção histórica e, como tal, precisa ser problematizada. A leitura de José D'Assunção Barros é igualmente reveladora desta distinção:

A região não existe obviamente como espaço pré-estabelecido, ela é construída dentro das coordenadas de uma determinada pesquisa ou de certa análise sociológica ou historiográfica. Por isto, aliás, é preciso que o pesquisador – ao delimitar o seu espaço de investigação e defini-lo como uma 'região' – esclareça os critérios que o conduziram a esta delimitação (BARROS, 2007, p. 168).

A este respeito, importa ressaltar que seguiremos a classificação definida pelo IBGE. Desta forma, o “Norte do Paraná” é caracterizado, em nosso trabalho, pela junção de três mesorregiões, a saber: a Noroeste, a Norte Central e a Norte Pioneiro, ainda que parte significativa da povoação ocorrida nestas zonas tenha se dado em período anterior à definição da região como entendemo-na atualmente (IBGE; ITCG, 2010). Em outras palavras, utilizaremos uma definição parcialmente posterior a dos diferentes povos que habita(ra)m a região, tendo o cuidado de perceber contextualmente essa diferença e de pensar conjuntamente sua “espacialidade” e “temporalidade” (PRIORI, 1994, p. 184), de forma a entender a construção social deste espaço em sua temporalidade e, assim, ser capaz de analisar criticamente a toponímia da cidade de Colorado em direta correlação com o desenvolvimento histórico da região.

Seguir tais cuidados, permite-nos – ainda que a utilizar um mapa que sequer existia quando a região foi primeiramente ocupada – evitar discursos onde representações cartográficas imutáveis servem como elemento de prova de uma visão teleológica da História onde a definição fronteiriça do Paraná seria algo dado, uma mera questão de tempo para se concretizar (GONÇALVES, 1998, p. 58). O objetivo é evitar que se continue a repetir a produção e reprodução de uma História regional que

segue um modelo central, a história nacional. Dito de outra forma, pretendemos evitar o que Laura Maciel ressalta como sendo uma das grandes dificuldades da História regional, verificada, em seu estudo, nos livros didáticos:

Em geral, essas obras didáticas abordam a constituição histórica de uma porção do território nacional, e apresentam uma narrativa sobre o local ou região conduzida pelas etapas de ‘formação’ do território da nação [...], silenciando ou minimizando a violência, os conflitos e diferentes temporalidades que marcaram o processo de ‘integração nacional’. [...] ou seja, é a história institucional e política do país que orienta e pauta a seleção de momentos e experiências locais considerados historicamente relevantes para os diversos autores. Logo, nem sempre as obras didáticas regionais – se constituem como instrumentos para a reflexão crítica sobre especificidades socioculturais [...] (Apud PINTO, 2014, p. 344–345).

Acerca da utilização do conceito de região, Manuel Miño Grijalva ressaltou a existência de uma ambiguidade marcante, notando que ele é normalmente confundido com a História local e, por vezes, também com a micro-história (GRIJALVA, 2002, p. 868). Assim, como parte do reconhecimento das dificuldades da História regional, Grijalva negou-lhe seu carácter de disciplina histórica, passível de programas de investigação específicos. Sua sentença baseou-se no fato de os critérios teórico-metodológicos serem pouco definidos (GRIJALVA, 2002, p. 893–894). Mas “a noção de espaço”, como salienta Erivaldo Fagundes Neves, “leva à compreensão das relações sociais, tanto conflituosas, quanto consensuais [...] e permite entender os modos de vida com as suas tensões, interações e as interpretações que deles fazem” (NEVES, 2008, p. 26). Desta forma, diferente do que afirma Grijalva, a adoção desta abordagem não dilui os conhecimentos e especificidades históricas, até porque a história regional não se dá sozinha, fazendo-se continuamente acompanhada por outras abordagens e domínios históricos; ou, como observou José D’Assunção Barros, “nenhum objeto historiográfico de estudos se enquadra no interior de um único campo histórico” (2009, p. 3).

Diversas investigações estabeleceram, intencionalmente ou por exemplaridade, modelos metodológicos para analisar a História regional. Estas análises permitiram refutar as limitações sugeridas por Grijalva. A História do Mediterrâneo de Fernand Braudel (1953) ou da construção do Nordeste de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2009) são exemplos de abordagens regionais que nos permitem perceber as várias possibilidades que trazem à análise histórica e, tal como estas discussões, a construção da ideia de vazio demográfico e os usos desta

memória inventada no Norte do Paraná, onde se inter-relacionam elementos que se verificam tanto em Colorado como em diferentes localidades da região.

A visão de Grijalva soa pouco crítica, especialmente se observarmos quais importantes são as questões regionais em sua relação com a História nacional. Como observou André Roberto de Arruda Machado, conhecer e problematizar aspectos circunscritos às fronteiras outrora provinciais em comparação com a História nacional até é “uma forma de entender a sua própria identidade” (MACHADO, 2017, p. 300). No entanto, a História regional extrapola esta atribuição, na medida em que permite selecionar precisamente aqueles “episódios ocorridos fora do centro de poder, não para preencher uma lacuna, (em relação à História nacional), mas para contemplar problemas em toda a sua complexidade” (MACHADO, 2017, p. 300). Ou seja, embora seja historicamente produto de versões memorialistas das histórias dos Estados da federação e de suas elites, a História regional, por permitir investigações que enfatizam com mais propriedade espaços e contextos esquecidos. Como notou Aldieris Caprini (Apud CRESTANI, 2016, p. 17), revelou-se especialmente importante para a pesquisa e o ensino de histórias críticas e distantes das versões oficiais. Para nós, esta característica se deve justamente ao fato dela historicamente ter estado associada à preservação da História oficial, pois, desta forma, a produção crítica a seu respeito altera de modo ainda mais profundo as compreensões que os paranaenses possuem de si. O que, nas palavras de Leandro Crestani, pode ser resumido pelo que segue:

[...] a prática de problematizar a História Regional [...] contribuirá para que o aluno compreenda o desenvolvimento histórico de sua Cidade e desconstrua a versão oficial, intrinsecamente ligada à versão do ‘pioneirismo’ que considera os pioneiros como ‘heróis’ (CRESTANI, 2016, p. 17–18).

Não por acaso, André Roberto de Arruda Machado (2017) aponta para uma percepção autônoma da História regional, onde ela deixa de ser um mero reflexo mais ou menos turvo de eventos nacionais, para se instituir enquanto um campo capaz de auxiliar a investigação crítica do passado. Especificamente para nosso caso, importa ressaltar que o conceito de região não pode se prender às fronteiras administrativas, especialmente porque deixaria de observar questões que as extrapolam, como em períodos do século XIX, em que estas não estavam completamente definidas. Além disso, essa forma de perceber a região é absolutamente etnocêntrica, pois

desconsidera formas de ocupação humana que não atentam para a titularidade da terra, como é o caso dos povos que habitaram/habitam as fronteiras do território que hoje compreende o Estado do Paraná.

Assim, tendo em consideração que o presente trabalho se ampara por meio de uma abordagem regional, além de se considerar o que acabou de ser discutido acima, convêm que se refute a ideia de que a pesquisa histórica com uma tal delimitação espacial, isto é, que tem a região ao invés da nação como foco de análise, seja um mero reflexo dos acontecimentos ocorridos em escala nacional e um tipo de discussão histórica menos controversa e menos complexa. Como se perceberá a seguir, uma tal simplificação não condiz com a realidade da pesquisa regional, até porque a conversão do regional para o nacional é um processo de escolhas políticas, como demonstrou André Roberto de Arruda Machado (2017).

Assim, se o enfoque regional, por um lado, não é um mero reflexo da História nacional, por outro, importa notar que estudar a História que tem o aspecto regional por delimitador não significa anular a percepção de que esta dada região possa se inserir em um contexto mais amplo, como o nacional, por exemplo. Analisar a construção da tese do vazio demográfico e da migração de estrangeiros para o Paraná, ou da produção cafeeira no Estado, não implicaria em deixar de verificar que estas histórias estavam interconectadas com a expansão da fronteira agrícola desde há muito tempo, e que elas acompanharam as tentativas de destruição dos povos indígenas, como bem observou Maria Yedda Linhares (1997).

Em outras palavras, o enfoque regional não é uma oposição, nem mesmo uma negação, a aspectos gerais e/ou nacionais. Pelo contrário, é uma escolha de abordagem que faz sentido essencialmente na medida em que análises produzidas, tendo em consideração somente uma conjuntura mais ampla, deixam de perceber especificidades, variações e contradições em relação a este mesmo contexto, quando não desperdiçam oportunidades para confirmar semelhanças e permanências. Esta opção metodológica não implica em uma negação de outras formas de abordagem histórica. Em resumo, a História Regional:

[...] é aquela que toma o espaço como terreno de estudo, que enxerga as dinâmicas no espaço e através do espaço, obrigando o historiador a lidar com processos de diferenciação de áreas. A História regional é a que vê o lugar, a região e o território como a natureza da sociedade e da história, e não apenas como o palco imóvel onde a vida acontece. Ela é História Econômica,

Social, Demográfica, Cultural, Política etc., referida ao conceito chave de região (MARTINS, 2009, p. 143).

A História regional, portanto, não se caracteriza pela carência de questões verificadas em contexto nacional, ou de aspecto geral, mas pela delimitação de um objeto que pode até mesmo extrapolar fronteiras geopolíticas, como História das ilhas do Caribe, ou dos mundos Atlânticos, o que, nas palavras Eivaldo Neves, pode ser definido pelo fato de ela “vislumbra[r] o pequeno mundo de uma comunidade na sua relação com outros grupos sociais semelhantes e com a totalidade histórica” (NEVES, 2008, p. 34).

Em seu editorial de abertura para a *Revista de História Regional*, Marco Aurélio Monteiro Pereira afirmava que: “o campo da História Regional [...] não pretende conter uma dimensão regionalista, mas delimita espaços e dimensões epistemológicas” (PEREIRA, 1996). Para Pereira, era necessário fazer notar com clareza que estudar o Paraná, em nosso caso, não implicava na necessidade de atribuir grandiosidade ao Estado; que analisar a imigração europeia para a região, não poderia ser uma desculpa para supervalorizar este processo, construindo-se uma memória parcial, que negava a participação de outros povos. Este enfoque do autor em recusar arroubos regionalistas da História Regional fazia sentido justamente porque este campo historiográfico foi sucessivamente confundido com a produção memorialista e pouco crítica dos relatos feitos por cronistas e eruditos locais (NEVES, 2008; CORRÊA, 1992). Não por acaso a História regional ganhou esta pecha, já que crônicas e relatos acrílicos, contados e recontados por membros das elites locais, impunham-se como forma de consolidar uma identidade paranaense específica, aqui discutida anteriormente (STECA, 2004, p. 34–35).

Hoje, anos após as ressalvas de Pereira, a abordagem regional distanciou-se destes cânticos, mas ainda enfrenta dificuldades relacionadas com produções heroizantes, nomeadamente quando produzidas por cronistas não especializados, ainda que estes não sejam os únicos. Esta funesta tendência, que reverbera apenas as ações dos grandes nomes e elimina os feitos de outros grupos e as interações entre eles, somente pode ser “despoluída” se tivermos consciência do tipo de História que se está a produzir, especialmente neste universo de pesquisa, uma vez que a carência de fontes é utilizada de forma recorrente para justificar a ausência de outros

atores históricos nestes relatos. Neste sentido, importa ter em mente a essência da pesquisa regional:

[...] o interesse central do historiador regional é estudar especificamente este espaço, ou as relações sociais que se estabelecem dentro deste espaço, mesmo que eventualmente pretenda compará-lo com outros espaços similares ou examinar em algum momento de sua pesquisa a inserção do espaço regional em um universo maior [...] (BARROS, 2007, p. 168).

Em outras palavras, a História regional caracteriza-se pelo enfoque, isto é, pela delimitação espacial do objeto de análise. Sobre a definição do termo, Arístides Medina Rubio lembra-nos que a história regional “aspira a superar os limites [...] de uma comarca, chegando inclusive às vezes a exceder os próprios limites de um país” (RUBIO, 1983, p. 89). O que, para José D’Assunção Barros, implica considerar que a História regional “[...] foi se constituindo em torno da ideia [...] sobre o qual se torna possível perceber determinadas articulações e homogeneidades sociais” (BARROS, 2007, p. 168–169).

Todavia, importa reconhecer a existência de uma recorrente preferência na abordagem da História regional, por temas que envolvam questões políticas e socioeconômicas (ARRIÓLA, 1999), deixando de lado aspectos como as relações antropológicas ou as ambientais, por exemplo. Ainda assim, não é suposto que ela se limite a estas discussões, pois, aceitando as considerações de Erivaldo Fagundes Neves, devemos notar que:

A história regional e local constitui-se, portanto, numa proposta de investigação das atividades cotidianas de comunidades conectadas historicamente num território, conscientes do pertencimento a ele, integradas, portanto, em afinidades territoriais, consanguíneas, políticas, culturais e econômicas, com a identificação das suas interações internas e articulações exteriores, na perspectiva da totalidade histórica (NEVES, 2008, p. 31).

Tendo percebido o que é e o que caracteriza a História regional, importa reconhecer, de outra parte, que ainda que tenhamos salientado que este trabalho adota métodos e questões caros à História regional, a análise dos nomes de ruas do município leva-nos a uma abordagem local, ou seja, a toponímia empregada na cidade de Colorado/PR integra esta investigação também à História local. Desta forma, seria próprio salientar que o estudo das Histórias local e regional se dá de maneira diferente. Como em outro momento afirmou José D’Assunção Barros, “o ‘Local’

poderia se relacionar àquele lugar que é recortado por um problema transversal (cultural, político, por exemplo)” (2009, p. 11).

Embora muitas vezes referida como sinônimo de História regional, esta variante possui uma especificidade analítica própria, tanto que Raphael Samuel afirma ser ela capaz de dar ao investigador uma “ideia muito mais imediata do passado”: “Ele [historiador] afeita encontra dobrando a esquina e descendo a rua”, defendeu o autor (SAMUEL, 1989, p. 220). A História local permitiria também uma noção mais imediata, mais particular do objeto, principalmente porque seus “adeptos” deixaram de seguir análises pouco criteriosas e que privilegiavam o pitoresco ao invés do analítico (SAMUEL, 1989, p. 224–227), ou seja, passou-se a pensar o universo local criticamente abandonando as efemérides municipais.

Em nosso trabalho, a articulação entre uma questão mais restrita, como a toponímia de Colorado, com um contexto mais amplo de memorialização e de implementação da tese do vazio demográfico no Norte do Paraná, implica numa abordagem regional, que termina por interagir também com o universo local. Desta feita, entender as interações entre as Histórias regional e local e suas inserções teórico-metodológicas, é essencial para analisar o caso específico de Colorado/PR e sua região neste processo de construção de uma memória fortemente amparada na tese do vazio demográfico e de sugerir uma solução, ou seja, uma intervenção pedagógica, educacional que auxilie os alunos do ensino fundamental a perceber de forma clara os processos bem-sucedidos de memorialização no Estado que negam o fato de que diferentes povos ocuparam a região antes dos assim chamados pioneiros.

Neste sentido, nosso objeto, embora enfoque nomes de ruas em Colorado, extrapola aspectos de uma História local para se configurar com o fazer regional, seja tanto pela abordagem, quanto pela perspectiva de trabalho proposta. Para justificar a escolha, ressaltamos o fato de que a tese do vazio demográfico não se prendeu a esta pequena localidade do Estado. Como vimos anteriormente, esta ideia foi uma estratégia política deliberada de controlar a narrativa acerca do processo de ocupação humana em diversas regiões do Paraná.

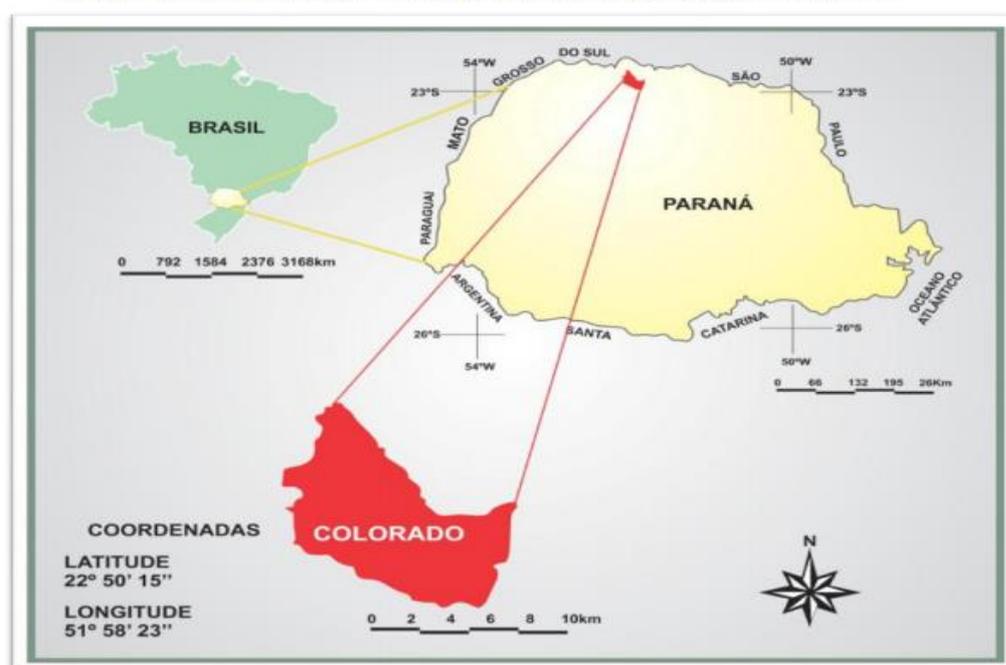
Além disso, é preciso perceber que limitar uma abordagem histórica exclusivamente às suas questões geográficas é uma tarefa que não somente restringe a análise, empobrecendo-a, mas que igualmente deixa de notar aspectos menos diretos, como as memórias sociais construídas em outras regiões (zonas estas que

podem mesmo pertencer atualmente a outros países), ou, em nosso caso, forjadas para justificar o controle sobre as terras antes habitadas por diferentes povos indígenas. De outra parte, perceber a História recente do local onde atualmente fica Colorado/PR de forma desconectada de sua região mais ampla seria uma tarefa impossível, posto que toda a sua formação política, econômica e social esteve umbilicalmente atrelada a um processo histórico contextualmente semelhante a outras localidades da região.

## Capítulo II - Colorado: O interior do Paraná e a construção de uma memória coletiva hegemônica

Neste capítulo abordaremos as especificidades do município de Colorado/PR, sua formação, ocupação e como nesta região houve um processo de “apagamento” da História dos povos indígena que outrora ali habitaram. Para respaldar essa leitura histórica será preciso conhecer um pouco da formação geopolítica desse pequeno município do interior do Paraná, que consta na figura 1.

Figura 1, Localização de Colorado no Estado do Paraná e no Brasil



Fonte: ROSSETO 2012.

Faz-se, também aqui, necessária a comprovação de que outros povos habitaram estas terras, utilizando o resultado de trabalhos arqueológicos já realizados na região. E, assim como já foi discutido no capítulo I deste trabalho, apontamos as falhas da tese do “vazio demográfico” quando do empreendimento de “colonização” da região norte e noroeste do Paraná.

Este capítulo tem fundamental importância, pois aqui se mostra a prova do que vem sendo discutido. Tratamos aqui de demonstrar o método de análise, trazendo dados e indicando as fontes utilizadas. De forma direta, apresentamos a toponímia da cidade em questão e discorremos sobre como este processo de nomeação se alinhou à ideia de “vazio demográfico”, notadamente, buscando construir uma

memória coletiva hegemônica e reforçar um ideal de cidadão que se alinhasse ao idealizado paranaense.

## **2.1 - Colorado/PR: Colonização e História**

Para começarmos a especificar o contexto da História política de Colorado/PR, é preciso, antes, estarmos atentos que a definição das fronteiras geográficas desse município não corrobora com as sociedades que habitaram a região antes do processo conhecido como colonização. Antes sim, como anteriormente discutido no capítulo I (p. 22), a definição de fronteiras é também um processo histórico, que atende a historicidades e vontades sociais, econômicas, políticas e culturais de um determinado momento do passado. Entendemos que o mais adequado para afirmar que não havia um vazio demográfico no município em questão é termos claramente estabelecido que os povos indígenas que ali viveram não estavam restritos às fronteiras geopolíticas definidas pela ocupação de uma civilização que atende a outros princípios. De forma sintética, os limites dos territórios municipais estabelecidos em meados do século XX, nessa região do Paraná, são uma demanda do processo de expansão das empresas colonizadoras e não podem ser adotados aos povos que nesta localidade outrora viveram.

O município de Colorado foi fundado oficialmente pela promulgação da lei de Nº 253 de 1954, publicada no Diário Oficial Nº 217 de 02 de dezembro de 1954, de autoria do deputado da UDN Laertes Munhoz. Esta mesma lei também foi responsável pela emancipação de outros vários municípios da região<sup>10</sup>. Portanto, O distrito de Colorado foi desmembrado do município de Jaguapitã e elevado à condição de Município. Sendo sua instalação feita no dia 10 de dezembro de 1955.

Segundo dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), atualizados em abril de 2019 e que também agregam dados do IBGE, a cidade possui uma área territorial de 403,741 Km<sup>2</sup> e uma população estimada para agosto de 2018 de 23.879 mil habitantes. O IBGE classificou o município, a partir

---

<sup>10</sup> Emancipou os municípios de Querência do Norte, Loanda, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Nova Londrina, coronel Vivida, Chopizinho, São Pedro do Ivaí, Bom sucesso, Araruna, Cruzeiro do Oeste, Engenheiro Beltrão, Paraíso do Norte, Rondon, São João do Caiuá, Tamboara, Paranacity, Terra Rica, Candido Abreu, Guaraci, Cafeara, Califórnia, Sabaudia, Jaboti, Itaguajé, Bituruna e Arapoti.

do Censo de 2010, com o índice GINI (que calcula a desigualdade) de 0,4372 e uma renda per capita de R\$ 24.505,00.

Para compreender a atual situação urbana desse município, é importante retomar a questão da terra no Brasil e, especificamente, no Paraná.

A questão da capitalização das terras no Brasil tem como importante marco a lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras. Esta lei dispunha sobre as terras devolutas do Estado brasileiro, à época uma monarquia. Ficava, portanto, estabelecido que:

Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. Bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara.

D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Súditos, que a Assembleia Geral Decretou, e Nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra<sup>11</sup>. (BRASIL, 1850)

O ordenamento jurídico em questão transformou a terra em mercadoria e é nesse mesmo quadro capitalista da terra que se insere, décadas depois, a colonização do norte do Paraná. Segundo Serra (1992), citado por Alessandro Fila Rosaneli, em sua tese de doutorado, a preservação e a futura comercialização das terras devolutas no Norte do Paraná são fruto da Lei Terras:

[...] nesse momento, em razão do incipiente processo de ocupação do território pela consolidação da agricultura comercial no norte do Paraná, os dispositivos da Lei de Terras propiciaram a preservação da grande propriedade pela regularização da estrutura fundiária existente (SERRA,1992. Apud ROSANELI, 2009.p. 57).

Ao mesmo tempo, para o Estado do Paraná, havia a preocupação de se ocupar as terras devolutas em seu norte, apesar da falta de recursos para tal empreitada no final do século XIX e início do XX.

O problema fundamental para o Paraná era fomentar a colonização de suas terras e incentivar a cafeicultura, especialmente para aproveitar as possibilidades abertas pelo Convênio de Taubaté (1906). Contudo, a falta de

---

<sup>11</sup> Letra da lei disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm). Acesso em 12/02/2020

recursos era impeditiva. A solução era investir no imigrante estrangeiro e no desejo de se tornarem proprietários, método largamente usado pelos fazendeiros paulistas (ROSANELI, 2009, p. 57).

Na primeira década do século XX, o Estado do Paraná incentivou a colonização de suas terras por núcleos coloniais de imigrantes estrangeiros ou nacionais. O historiador Angelo Priori, em seu trabalho sobre História do Paraná, de 2012, demonstra que o decreto estadual n.º 218 de junho de 1907, regulamentava e concedia terras a núcleos de imigrantes:

O Decreto No. 218 proporcionava a possibilidade para as iniciativas de instalar núcleos coloniais de brasileiros. A exigência estabelecida pelo governo, tanto para estrangeiros como para nacionais, era que os colonos tivessem “boa conduta e dedicação ao trabalho e à família” (PRIORI, 2012, p. 136).

Priori aponta, ainda, que “A partir de 1916, várias glebas de terras devolutas foram concedidas para particulares, notadamente na região norte do Estado” (PRIORI, 2012, p. 137). O mesmo autor explica que “várias dessas concessões foram incorporadas em uma só, transformando-se em grandes empresas de colonização” (PRIORI, 2012, p. 137).

Rosaneli afirma que a partir de 1916, em forma de lei, o Paraná incentivou uma nova etapa na ocupação de suas terras por colonos.

A lei 1.642/1916 estipulava duas formas de relação com o capital privado: uma primeira, através da concessão de áreas de até 50 mil hectares para a sua divisão em lotes de 5 a 50 hectares, visando a livre comercialização entre colonos estrangeiros e nacionais, com um prazo máximo de 8 anos para a execução dos planos, e uma segunda, retomando uma prática do período imperial, em que o Estado pagava em terras a edificação de obras públicas (ROSANELI, 2012, p. 58).

Ainda, para o mesmo autor, a ideia do decreto se mostrava vantajosa para o Estado e empresas de empreendimentos imobiliários:

Para ambas as partes, os contratos constituíam-se em grande oportunidade. Para o Estado, sem experiência consolidada e sem recursos, tornava-se uma forma de povoar “sem gastos e com lucros”. Para os empreendedores, uma forma oficializada de obter terras, para especular e extrair recursos naturais (ROSANELI, 2012, p. 58).

Inicia-se assim um período de grandes empreendimentos imobiliários na região norte paranaense, associado a expansão cafeeira na região. Essa prática de concessão de terras fez surgir ou mesmo incentivou a chegada de grandes

companhias imobiliárias para o Paraná, notadamente no Norte. Uma das maiores foi a Companhia de Terras Norte Do Paraná:

[...] a mais importante das concessões foi aquela realizada com a holding inglesa Paraná Plantation Limited, com sede em Londres, e que passava a operar no Brasil, sobretudo com negócios de terras. A holding criou a empresa Companhia de Terras Norte do Paraná, que, a partir de 1929, iniciou um processo planejado de colonização de terras na região (PRIORI, 2012, p. 138)

Essas companhias revendiam lotes de terras e incentivavam a vinda de imigrantes, brasileiros e também estrangeiros:

[...] possibilitou a migração de milhares de famílias de pequenos proprietários e de trabalhadores para a região, originários, sobretudo, de São Paulo, de Minas Gerais e dos estados do Nordeste. No entanto, as iniciativas de colonização do norte do Paraná não se concentraram unicamente no objetivo de atrair colonos nacionais. A própria Companhia de Terras Norte do Paraná fazia propaganda na Europa e no Japão. Com isso, colonos de procedências estrangeiras também se estabeleceram na região, muitos de forma espontânea, outros dirigidos por companhias. Casos que exemplificam essa última iniciativa são os das empresas Brazil Tokushoku Kaisha-Bratac e Nambei Tochikubusshiri, que formaram as cidades norte-paranaenses de Assaí e Uraí, respectivamente, com imigrantes japoneses e seus descendentes (PRIORI, 2012, p. 138).

O Paraná passou a ser “alvo” de uma grande migração em busca de terras e, quase como consequência, “palco” para uma disputa fundiária com base em grilagens e especulação. Priori demonstra que a situação é tal que o interventor nomeado por Getúlio Vargas, após a Revolução de 30, abriu sindicância para apurar irregularidades nas concessões:

Em relatório sobre o período de 1932 a 1939, encaminhado a Getúlio Vargas, então Presidente da República, o Interventor Federal do Estado do Paraná, Manoel Ribas, apontou uma série de irregularidades e demonstrou, com certa argúcia, a extensão do processo fraudulento de concessões de terras a empresas particulares (PRIORI, 2012, p. 139).

O resultado foi a disciplinação e anulação de várias concessões. O Estado do Paraná, sobre a direção do interventor Manoel Ribas, que governou o estado de 1932 a 1945, fortaleceu o Departamento de Terras, e, a partir dos anos 1930, tentou diversificar a produção. Ribas estava orientado pela política federal do governo Getúlio Vargas e coordenou um processo histórico que, como notou Ângelo Priori, estava imbricadamente, atrelado à “Marcha para o Oeste”. O Paraná sob o comando de Ribas se atrelou aos preceitos federais planejados pelo governo Vargas, de modo que procurou reduzir os latifúndios, além de intensificar e diversificar a produção:

[...] promover “sem violência”, na expressão do Interventor, a extinção do latifúndio e de incrementar o povoamento de zonas rurais de fronteira e terras devolutas, mediante a pequena propriedade e o assentamento do trabalhador nacional, então transformado em proprietário de terras (PRIORI, 2012, p. 146).

Mesmo na conjuntura recessiva causada pela Crise da bolsa de Nova York em 1929, o próprio Estado, sob a tutela de interventores da Revolução de 30, passou a desempenhar o papel de companhia de colonização. Conforme Rosaneli, a partir de 1939, o governo passou a criar colônias nas terras de sua propriedade. A autora chegou a listar os casos mais destacados na região Norte do Estado, a saber: Içara (1941), Paranavaí (1942), Jaguapitã (1943), Centenário (1944), Interventor (1950) e Pagu (1950) (ROSANELI, 2009, p. 60).

Vale lembrar, neste contexto, que algumas poucas companhias de terras puderam manter suas atividades e atração de imigrantes, como a Companhia de Terras Norte do Paraná. Apesar da atuação do Governo de Manoel Ribas estar alinhada com a política da Era Vargas (1930 – 1945) em defesa da pequena e média propriedades com produções diversificadas, frente à ordem latifundiária e de monocultura, e, ainda, de tentar reordenar as concessões de terras para empresas privadas, as novas condições de meados da década de 1940, qual seja perspectiva de altos lucros com a produção cafeeira, impulsionaram a formação de mais Companhias Colonizadoras e a subsequente ocupação de terras da região norte paranaense junto da ampliação das lavouras de café (ROSANELI, 2009, p. 61).

Essas novas condições vinham desde o contexto macropolítico e econômico às condições internas de financiamento:

Finda a Segunda Guerra Mundial e o mundo voltando ao seu curso normal, a economia foi se estabilizando, e, com ela, a demanda por café. O início da segunda metade do século XX presenciou a estabilidade do mercado cafeeiro, com isso, novos plantios foram incentivados e a retomada da produção foi alavancada. Uma medida importante para a retomada da produção foi a definição de preços mínimos para a venda do café. Com isso, o produtor tinha a garantia da venda do seu produto por um preço mínimo estabelecido pelo Estado (PRIORI, 2012, p. 101).

Esse foi um período de grande impulso da produção cafeeira no norte do Paraná: “Analisando a distribuição dos cafeeiros, podemos notar que o impulso nas plantações do Paraná ocorreu entre 1949 e 1953” (PRIORI, 2012, p. 101). Para se ter uma ideia da produtividade e lucratividade na década de 1950, “a expansão do café

já atingia o Noroeste paranaense. E é possível afirmar que talvez tenha sido a melhor década para os lucros dos produtores” (Idem, Ibidem).

Ao mesmo tempo em que se aumentava o interesse pela produção cafeeira, aumentava-se, também, o interesse de Companhias privadas de colonização pelas ricas terras do norte paranaense. Estas empresas tiveram, a partir da década de 1940, um fundamental papel na formatação da região e de seus municípios.

Portanto, para compreender a formação do núcleo urbano que viria constituir a cidade de Colorado, e também de toda a região Norte do Paraná, é preciso analisar o papel dessas companhias imobiliárias. Essas empresas, que desde o século XIX já atuavam no Oeste paulista, acompanhando a produção cafeeira e desenvolvendo cidades, também vieram para o Norte paranaense junto com a expansão do café. Para Rosaneli, “a atuação de empresas imobiliárias na fronteira do café já era realidade corriqueira no Estado de São Paulo quando seus primórdios no Paraná” (ROSANELI, 2009, p. 87). O mesmo autor demonstra a importância dessas empresas na formatação dos municípios do Norte paranaense:

A partir de então, empresas de todo porte e de várias nacionalidades atuaram no processo de expansão da fronteira do café no Paraná. Diversas foram constituídas para operar restritas ao parcelamento rural, mas muitas, ao mesmo tempo, também trabalharam na fundação de núcleos urbanos. Vários foram concebidos como pequenos e modestos “patrimônios, mas, em geral, eram apresentados com entusiasmo propagandístico, destinados a obterem “sucesso” certo e proeminente posição na rede de cidades em formação, tornando-se sedes de municípios (ROSANELI, 2009, p. 87).

Estas empresas poderiam ter capital nacional ou capital estrangeiro. Na verdade, como assinalou mais uma vez Rosaneli, “grande parte era formada desde o início por patrimônio brasileiro, fruto de experiências anteriores de colonização ou loteamento” (2009, p. 88). Algumas poderiam ser japonesas, como a “Brazil Tokushoru” (Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda - BRATAC) ou a “S/A Nambei Tochi Kabushiki Kaisha”; outras eram inglesas, como “Paraná Plantation Company” (Companhia de Terras Norte do Paraná), conhecida justamente por ser a maior delas. Mas estas propriedades não ficaram estáticas, tanto que a Companhia de Terras Norte do Paraná foi posteriormente adquirida por empresários e banqueiros nacionais.

A Companhia imobiliária que atuou na região de Jaguapitã, cidade a qual pertencia a região de Colorado, antes da emancipação, foi a Colonizadora, Imobiliária e Agrícola Catanduva Ltda (CIAC), que veio do Estado de São Paulo. Segundo a

pesquisa de João Carlos Vicente Ferreira, Colorado recebeu essa nomenclatura em alusão ao Estado de Colorado dos Estados Unidos, que possui o rio Colorado. Este ganhou esse nome dos espanhóis devido a sua coloração avermelhada (FERREIRA, 2006, p. 88). Este mesmo autor destaca o papel da CIAC na formação do município, quando se iniciou o empreendimento imobiliário chamado de Patrimônio de Colorado. Diz ele:

A Companhia Colonizadora Imobiliária Agrícola de Catanduva foi a responsável pelo sucesso empresarial do que foi denominado Patrimônio de Colorado. Para a execução do projeto e levantamento topográfico a empresa contratou os engenheiros dr. Cayamori e dr. Rabelo, que durante seis meses se dedicaram à tarefa de medição. No final de 1948 aparecem os primeiros colonos, tratava-se das famílias de Antônio Roberto, que era empreiteiro da colonizadora e mais José e Rodolfo Consalter, que construíram uma serraria e uma olaria. O primeiro comerciante foi Ideou Tonussi, que fundou a Casa Bandeirantes (FERREIRA, 2006, p.88).

As plantas com o loteamento, onde hoje é o município de Colorado, começaram a ser negociadas junto à CIAC em 1948, mas até o ano de 1954 a região pertencia ao município de Jaguapitã, o que forçava os moradores daquela ocupação a se locomoverem cerca de 70 km de distância para terem acesso a órgãos governamentais. Apesar da distância que incentivou a elevação de Colorado à condição de Município, o principal fator do aumento da presença administrativa e populacional na região foi a produção do café, que se deu como continuação do processo de expansão cafeeira do oeste paulista:

No início do século XX, as terras roxas do Paraná já eram conhecidas por sua alta rentabilidade na produção cafeeira. A disponibilidade dessas terras, os incentivos públicos e a possibilidade de pagamento em condições facilitadas proporcionaram que muitos colonos e lavradores comessem a comprar terras no Norte do Paraná, instalando nessa área a produção cafeeira segundo o modelo paulista. Nesse sentido, a cafeicultura paranaense esteve muito ligada ao Estado de São Paulo e podemos dizer que ela era uma continuidade da economia paulista (PRIORI, 2012, p. 41).

As terras baratas e férteis da região norte do Paraná para a plantação do café, “ouro negro” como então se chamava na região, atraíram colonos e investidores desde o século XIX, de forma que poderíamos dividir o processo em três fases distintas, como afirma a historiadora Nadir Cancian (1981):

A historiadora Nadir Cancian (1981) afirmava que a cafeicultura paranaense ocorreu em três fases: a primeira no Norte Velho, a partir do século XIX e início do século XX, terminando com a crise de 1929; a segunda no Norte Novo a partir de 1930 até o final da Segunda Guerra Mundial; e, por fim, a terceira teria ocorrido entre as décadas de 1940 a 1960, quando se encerrou

a expansão da cafeicultura paranaense (CANCIAN Apud PRIORI, 2012, p. 44).

Apesar de Colorado estar situada na mesorregião do Norte Novo ou Norte Central, a cidade está na fronteira com o Noroeste Paranaense<sup>12</sup>, ou seja, o processo acelerado de povoamento do município em questão se deu junto com o que Cancian chamou de terceira etapa de expansão do café, a partir da década de 1940, especialmente com a chegada da Colonizadora, Imobiliária e Agrícola Catanduva Ltda, em 1948.

O auge do café na região se deu até a década de 1960, trazendo um outro dinamismo a uma região que há pouco ainda era repleta de matas. Vale dizer que o café mudou a paisagem do norte paranaense, tanto do ponto de vista ambiental, quanto do social e econômico:

Em seu auge a cafeicultura paranaense atraiu pessoas de dentro e de fora do país, fosse para investir em terras no Estado ou à procura de trabalho e melhores condições de vida. O café trouxe povoamento, modernização e dinamizou os transportes e as comunicações. (PRIORI, 2012, p. 45).

No censo demográfico do IBGE, de 1960, Colorado já contava com uma população muito próxima da atual, ou seja, tinha 21.702 habitantes (IBGE,1960)<sup>13</sup> frente aos 23.879 habitantes do ano de 2018. O fim desse ciclo de prosperidade econômica, baseada na monocultura do café, se deu justamente a partir da década de 1960:

Nesse momento, a economia cafeeira estava em crise em função do excesso de oferta desse produto no mercado internacional, além da concorrência sofrida com as produções cafeeiras da África e da Colômbia. Contribuíram ainda para a queda da produção as pragas e alterações climáticas, como a ferrugem e as geadas, que marcaram a crise do café nesse momento (PRIORI, 2012, p. 120).

Houve ainda, segundo o mesmo autor, a interferência do Estado e o que teria sido um dos mais duros “golpes” na agricultura cafeeira na região Norte do Paraná, a geada de 1975:

A partir dos anos 1960, iniciaram-se as políticas governamentais para a racionalização do plantio da cafeicultura e pelo estímulo à diversificação do uso da terra, incentivando o plantio de novas culturas, como a soja, o milho e o trigo. Com a grande ‘geada negra’ de 1975, que abalou parte do Estado, houve um declínio de grandes proporções na produção cafeeira. Com os

---

<sup>12</sup> Dados obtidos junto ao site do IPARDES em 20/06/2019. [www.ipardes.gov.br](http://www.ipardes.gov.br).

<sup>13</sup> Dados da biblioteca do IBGE, segundo Censo de 1960, consultada em 20/06/2019.

cafezais condenados pela geada, a maioria dos cafeicultores paranaenses optaram por utilizar os incentivos governamentais para diversificação da produção e substituíram o plantio de café por novas culturas agrícolas, como a soja e o milho. O cenário do campo paranaense começou a mudar (PRIORI, 2012, p. 45).

Seguindo essa tendência econômica, a população do município, segundo o censo demográfico do IBGE de 1970, teve um decréscimo de 25% comparada à demografia da década anterior. Ou seja, a cidade saiu de 21,702 mil para 16,126 mil habitantes, voltando a crescer apenas na década de 1980<sup>14</sup>, somente retomando este patamar populacional dos anos 1960, nos anos 2010. Soma-se às políticas públicas de diversificação de produção, o aumento da concorrência internacional com o café brasileiro e aos problemas climáticos um importante fator econômico e social: a mecanização da agricultura. O país já vivia um processo de industrialização que, mesmo que tardiamente, viu-se o reflexo no campo, onde novas tecnologias aplicadas causaram grandes impactos sociais:

Em termos sociais, o aumento do número e utilização de tratores, além de outros implementos e insumos agrícolas, eliminou muitos empregos no campo e engrossou as migrações para as cidades. Houve nesse momento uma intensificação do êxodo rural, com uma população excluída se direcionando para cidades de maior porte na região, para São Paulo, para a região metropolitana de Curitiba, além das regiões de fronteira (PRIORI, 2012, p. 123).

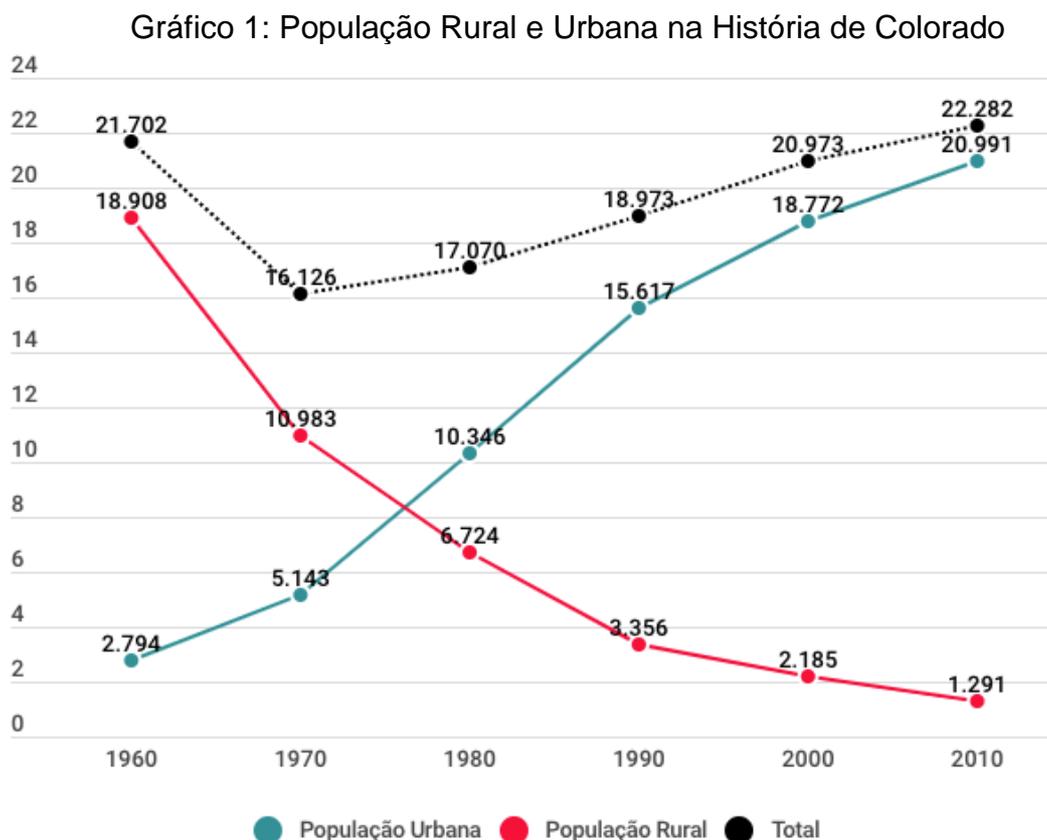
Houve em Colorado, um fluxo migratório para a região urbana, fazendo com que o município, que antes era majoritariamente rural, passasse a ter, a partir da década de 1980, a maioria da população vivendo na cidade, como nos mostra a tabela e o gráfico abaixo:

Tabela 1: Percentual da população rural e urbana de Colorado, 1960-2010

Década	População Urbana	%	População Rural	%	Total
1960	2.794	13%	18.908	87%	21.702
1970	5.143	32%	10.983	68%	16.126
1980	10.346	61%	6.724	39%	17.070
1990	15.617	82%	3.356	18%	18.973
2000	18.772	90%	2.185	10%	20.973
2010	20.991	94%	1.291	6%	22.282

Fonte: ROSSETO, 2012 (adaptado).

<sup>14</sup> Para se obter o resultado deste cálculo, basta aplicar a regra do Excel para “Encontrar a porcentagem de alteração entre dois números”, ou seja, = (16.088-21.546) /16.088.



Como é possível notar, tanto pela tabela, quanto pelo gráfico, o município de Colorado sofreu acentuada queda populacional em decorrência das políticas governamentais implementadas ao longo dos anos 1960, fenômeno este generalizado no Paraná e em vários estados brasileiros. Além disso, de uma parte, podemos notar igualmente que esse quadro geral de deflação foi tão acentuado que a cidade apenas recuperou o mesmo contingente quatro décadas depois. Importa notar ainda que a referida queda populacional foi tão grande que, se observarmos o contingente populacional em 1960 e nos anos 2010, podemos ver um crescimento de apenas 3%, sendo que este baixo resultado em 50 anos se deveu em grande parte à saída de pessoas do município nos anos 1960 e à sua parca capacidade de atrair novos habitantes ou mesmo aqueles que um dia moraram na cidade.

De outra parte, importa notar também que conjuntamente com a grande redução do número de habitantes, houve um processo igualmente forte de inversão da concentração populacional, passando da zona rural para a urbana. O gráfico 1 permite perceber que foi justamente ao longo dos anos 1960, com a crise da produção

cafeeira e a diversificação da produção apoiada pelo governo federal, que a população passou a deixar o campo para viver na cidade.

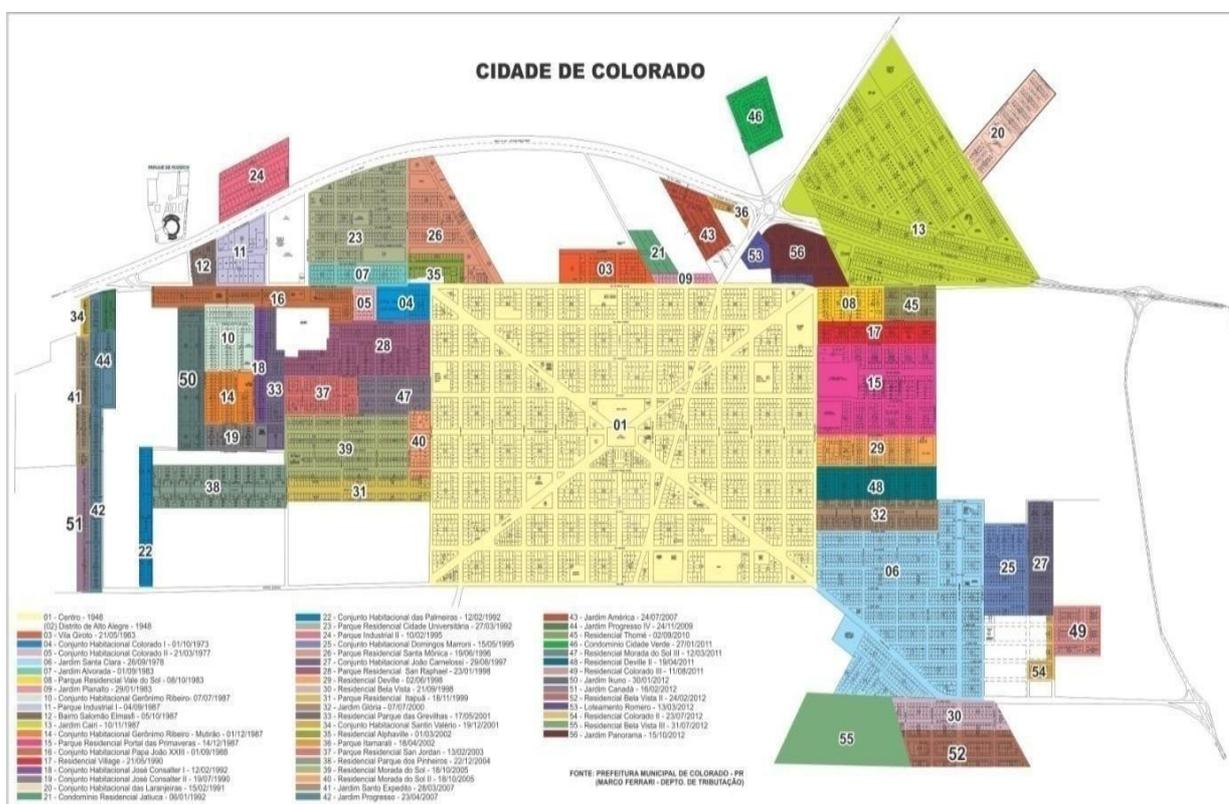
Este processo de urbanização do município, fortemente elevado a partir da década de 1970, impulsionou o loteamento de novas regiões da cidade, fazendo surgir novos bairros, praças e ruas. A escolha da nomenclatura destes novos espaços públicos, destes monumentos, é fundamental a este trabalho, pois será a fonte para se analisar a seguir quais foram as escolhas para a construção de uma memória coletiva ao longo da história do município, que negligenciou a história dos povos indígenas que habitavam a região ao tempo da chegada de grupos que se autodenominavam pioneiros.

## **2.2 - A Toponímia de Colorado: elementos do esquecimento indígena na região**

Até 2013, segundo dados da Secretaria de obras do município de Colorado, a área urbana detinha 57 bairros, fundados em épocas diferentes e com traçados e tamanhos diversos. Contando com dados do Google Maps e da Secretaria de obras, foram contabilizadas 204 ruas na área urbana do município. Acerca deste número, é importante ressaltar que este trabalho se dedica a analisar apenas a situação desta área, não discutindo os distritos e vilas que pertencem ao município, como Alto Alegre, por exemplo.

Antes de iniciar um levantamento estatístico da toponímia do município, demonstrando métodos, comparando e discutindo dados, é importante notar o objeto a ser analisado, ou seja, o mapa dos bairros de Colorado e suas respectivas ruas e nomenclaturas. O mapa a seguir está ampliado no Anexos A (Mapas 1.1, 1.2 e 1.3), de modo a facilitar a visualização e a investigação. Sua legenda consta na tabela 3, Anexo D.

Figura 2: Bairros de Colorado



Fonte: Secretaria de obras da Prefeitura de Colorado/PR.

A tabela 3 no anexo D apresenta o nome dos bairros de Colorado e seus respectivos anos de fundação. Foi com base nesses bairros que se mapeou as ruas do município, apresentadas na tabela 4, no anexo E. Das 204 ruas da cidade, muitas receberam nomes de estados da federação, nomes religiosos e de santos e santas, bem como de pessoas comuns, consideradas como dignas de memorialização.

Algumas ausências se mostram marcantes neste contexto de construção da memória coletiva colorada, especialmente em relação às mulheres, negros e indígenas, grupos minoritários relegados ao esquecimento, excluídos do “panteão municipal”.

Para compreendermos a profundidade da ausência de menções ao universo indígena na região, tomaremos alguns exemplos da toponímia municipal, primeiramente aqueles relacionados às mulheres. Dos 204 nomes de ruas, 38 eram de mulheres (18,6%). Destas, apenas 8 não foram referidas por serem santas, ou seja, 3,9%. Assim, podemos notar que houve uma preocupação consideravelmente

maior com o feminino do que com o indígena, até mesmo com aquelas não relacionadas a questões religiosas.

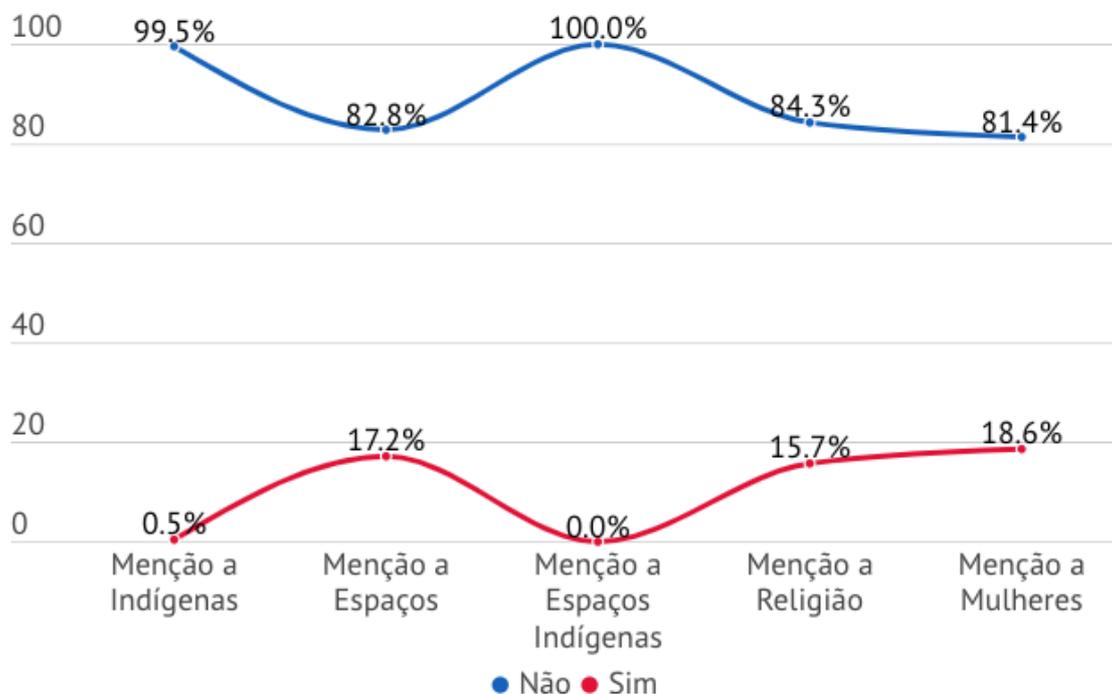
As menções ao universo religioso somaram 32 ruas, totalizando 15,7% das 204 nomeações locais. Esta constatação atesta a importância da religião, cristã, importa frisar, para a população urbana de Colorado e, mais precisamente, para a construção de um ideal social onde os santos católicos exercem função especialmente relevante quando da nomeação das ruas e construção dos primeiros bairros urbanos da cidade.

Quanto aos nomes de lugares referentes a espaços oficiais, podemos perceber que dentre os nomes das ruas da cidade, 35 perfilam a descrição alencada, uma soma que corresponde a 17,2% do total. Entre estes nomes estão rios, cidades, estados da federação e regiões, como “parque industrial”. No entanto, nenhuma menção a indígenas, fossem territórios/terras indígenas ou locais historicamente conhecidos, foi feita.

Por fim, resta analisar a existência ou ausência de referência a indígenas, em qualquer acepção. Dos 204 nomes, desde a criação da cidade até a presente data, apenas *Tapajós* foi considerada como meritória de memorialização. Importa observar, porém, que a referência ao termo pode também ter sido ao rio Tapajós. Sendo este o caso, não haveria nenhuma menção a povos indígenas na cidade. No entanto, para fins de análise, tomaremos a referência ao povo, uma vez que a rua não menciona o epíteto “rio”.

Convém ressaltar, mais uma vez, que a prática de nomear uma rua reflete o interesse de memorialização, de não deixar esquecer aquele ou aquilo que se considera importante. Neste sentido, se compararmos o mito do vazio demográfico, já discutido anteriormente, com a ausência de referências indígenas na toponímia local, fica claro que houve em Colorado um processo consistente de apagamento, que procurou aniquilar qualquer traço possível da história e existência dos povos indígenas que habitaram a região, e pior, de quaisquer outros grupos étnicos que não se enquadravam no padrão eurocêntrico.

Gráfico 2: Menções da toponímia de Colorado/PR.



Fonte: dados retirados da Tabela 4, no anexo E

A carência quase absoluta de referências aos povos indígenas que habitaram a região que hoje é Colorado permite ressaltar, mais uma vez, a existência de um conjunto diversificado de elementos que contribuíram fortemente para reforçar a ideia de inexistência da presença indígena na região.

No primeiro capítulo analisamos a ocupação de povos indígenas no Norte do Paraná, problematizando a ideia, comumente aceita, de vazio demográfico. Por consequência deste mito, a presença de povos indígenas na região de Colorado foi apagada, como foi possível perceber por meio da análise da toponímia local demonstrada acima. Todavia, grupos étnicos, como os *Guarani* e *Kaingang*, que ocuparam a região, ainda hoje se deparam com dificuldades quase intransponíveis quando a questão é a percepção da população, em geral, acerca do processo de ocupação da região.

### 2.3 - Povos Indígenas na região de Colorado

Para compreender a ausência de menções aos povos e culturas indígenas na toponímia de Colorado/PR é importante que se veja como se deu a ocupação dessas

terras paranaenses anteriormente ao processo de ocupação pelos não-índios, partindo da ideia já trabalhada no primeiro capítulo dessa dissertação, de que a delimitação territorial utilizada por sociedades contemporâneas capitalistas não se aplica, necessariamente, a outras sociedades. Para falar sobre uma história do município de Colorado anterior à chegada dos “pioneiros”, é preciso levar em consideração o contexto de toda a região, a cultura dos povos que aqui habitaram e os dados arqueológicos posteriormente obtidos.

O tema segue ainda sendo relativamente relegado, apesar do intenso debate acerca do início da ocupação do Homem no continente americano. Lúcio Tadeu Mota aponta que a ocupação humana na região do Paraná teria se dado por volta de nove mil (9000) anos antes do presente (AP), apesar do mesmo autor atentar para o fato de que novas pesquisas podem trazer datas mais recuadas (MOTA, 2012, p. 17). Reproduzindo-o:

As populações que viveram no Paraná entre 9.000 mil a 3.000 anos AP são chamadas pela arqueologia de caçadores e coletores pré-cerâmicos. Elas foram substituídas pelas populações indígenas agricultoras e ceramistas – Kaingang, Xokleng, Guarani e Xetá – que chegaram na região por volta de 2.500 anos AP, e continuam a viver aqui até hoje (MOTA, 2012, p.17).

Um dos grupos indígenas pré-ceramistas foi o de Tradição Humaitá, que teria habitado todo o sul do Brasil, além de regiões em países vizinhos, como Paraguai e Argentina, entre 9000 e 2000 anos AP. Vestígios dessa ocupação podem ser vistos na Coleção Arqueológica do Museu Histórico de Santo Inácio/PR<sup>15</sup> (MOTA, 2012, p. 21). Esses grupos indígenas viviam em pequenos grupos (40 - 60 pessoas) e eram caçadores-coletores, usando materiais líticos que facilitavam sua subsistência na caça e na pesca. Outros materiais que usavam, de origem mais perecível, devem ter sido destruídos com o tempo. Sobre sua cultura, Mota ainda aponta:

[...] deveria ter uma série de acampamentos sazonais espalhados dentro de um território definido. Tais acampamentos estariam relacionados a uma série de atividades de subsistência, obtenção e preparação de matérias-primas, rituais e lazer. Suas habitações poderiam ser desde uma simples meia-água até casas mais elaboradas de madeira, cobertas por palha ou folhas de palmáceas. Eventualmente, poderiam ocupar abrigos sob-rocha (reentrâncias em paredes rochosas) (MOTA, 2012, p. 20).

---

<sup>15</sup> Museu do município de Santo Inácio/PR, que se localiza à 29 Km de Colorado.

Datados entre 12000 e 1000 anos AP, também foram encontrados desde regiões de São Paulo ao Uruguai, vestígios de outro grupo pré-ceramista, os Umbu. Vários destes objetos estavam nas proximidades do Rio Ivaí, localizado na região Norte do Paraná (MOTA, 2012, p.22).

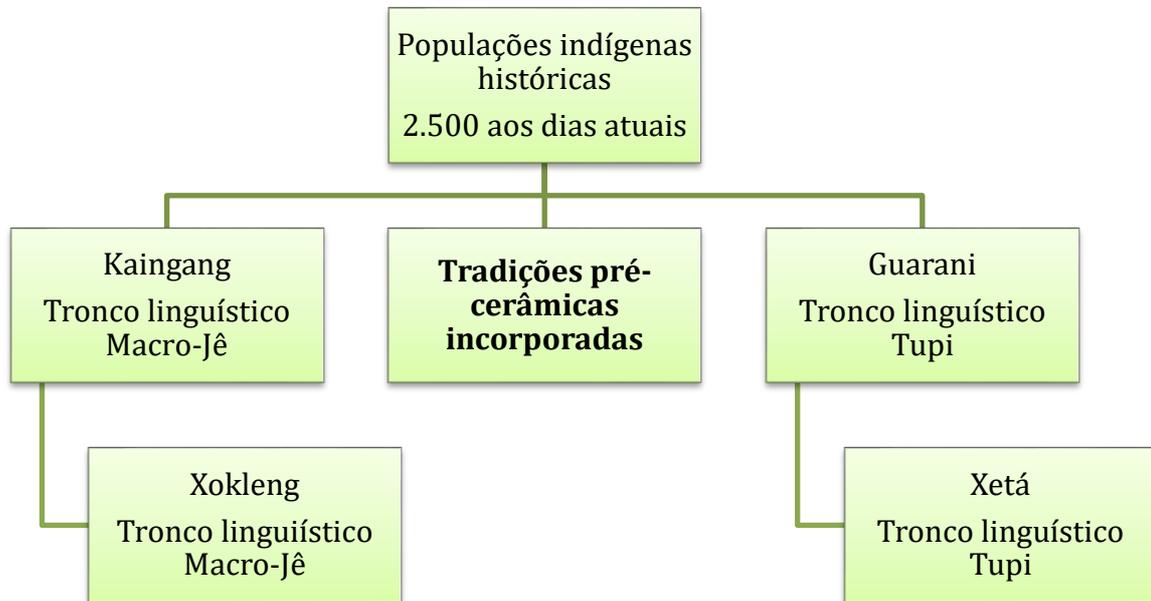
Como argumenta Francisco Silva Noelli (2000, p. 228), os grupos de Tradição Humaitá e Umbu foram subjulgados pela chegada de povos indígenas que dominavam técnicas agrícolas e que adentraram terras do atual Paraná por volta de 2500 anos AP. Este autor também lembrou do caráter “ceramista” e “agricultor” destes povos, ressaltando que possuíam matriz cultural distinta, Tupi e Macro-Jê, respectivamente originárias da Amazônia e do Centro-Oeste do Brasil.

De acordo com Lúcio Mota, “Por volta de 2.500 anos antes do presente (AP), agrupamentos maiores de populações passaram a ocupar a região onde hoje é o Paraná” (MOTA, 2012). Assim, além dos grupos humanos pré-ceramistas, começamos a ter na região, grupos que detinham técnicas agrícolas e que não praticavam apenas a caça e coleta de alimentos. Estes grupos tinham como uma de suas portas de entrada o rio Paranapanema, que se localiza a pouco mais de vinte e cinco quilômetros de Colorado. Este rio foi caminho para a ocupação dos povos do tronco linguístico Tupi (Guarani e Xetá) e do tronco linguístico Macro-Jê (Kaingang e Xocleng):

O rio Paranapanema, em sua junção com o médio Paraná, é considerado, como já foi sugerido por José P. Brochado e Francisco S. Noelli (BROCHADO, 1984; NOELLI, 1998; 1999-2000), para o caso dos falantes do Guarani, como a “porta de entrada” para o Paraná e o sul do Brasil. O conjunto das pesquisas indica que essas populações, em contínuo processo de crescimento demográfico e de expansão territorial, teriam sucessivamente ocupado a área do atual Mato Grosso do Sul, e através da bacia do Paraná ingressado no sul do Brasil pelo noroeste paranaense. No caso dos Jê do Sul (os Kaingang e os Xocleng), como apontam os indícios da cerâmica de Tradição Itararé, a porta de entrada dessas populações para o sul do Brasil teria sido os campos e cerrados do interflúvio dos rios Paranapanema/Itararé e Ribeira (MOTA, 2012, p. 22-23).

É o que resume a figura a seguir:

Figura 3: As populações indígenas no Paraná



Fonte: Lucio Tadeu Mota (2012).

Dentre os principais povos que habitaram a região em destaque neste trabalho, podemos destacar a ocupação dos indígenas de tradição Tupiguarani, que ocuparam desde rios maiores e, com uma demografia em expansão, passaram a ocupar rios e ribeirões menores, como destaca Mota quando diz que a etnia Tupiguarani, “após dominar as terras próximas dos rios Ivaí, Pirapó e Tibagi, ocuparam trechos ao longo de alguns dos ribeirões que banham o divisor de águas desses rios” (MOTA, 2012, p. 27). Estes povos foram encontrados na região ainda na época da chegada dos europeus em terras brasileiras (MOTA, 2021, p. 26).

Outro dos povos indígenas, também do tronco linguístico Tupi, que habitou as proximidades da atual cidade Colorado foi o povo Xetá, especialmente nas margens do rio Ivaí, que fica a aproximadamente cem (100) quilômetros do município em questão. A presença dos Xetá pode ser comprovada desde a década de 1840, registrada por viajantes e exploradores desses territórios (MOTA, 2012, p. 29). Este povo quase sucumbiu no Paraná com a chegada das Companhias Colonizadoras na região, que buscavam terras para ampliar a produção cafeeira e a chegada de imigrantes (MOTA, 2012, p. 29). É importante atentar para o fato de haver hoje:

[...] aproximadamente 100 (cem) pessoas, totalizando 25 (vinte e cinco) famílias. Estão em processo de luta para o reconhecimento de seu território tradicional junto à Finai, para o reconhecimento de seus direitos e para reconstituírem-se enquanto povo e revitalizarem a sua cultura. Além da

demanda para reaverem parte de seus territórios, os Xetá solicitaram ao Estado do Paraná um atendimento específico e diferenciado de educação escolar indígena bilíngue Português/Xetá; ensino da história de sua cultura na escola; produção de literatura e materiais didáticos que retratem a realidade do povo, trazendo inclusive a memória coletiva da antiga sociedade narrada por seus pais, hoje considerados “guardiões da memória Xetá” (SILVA, 2003, apud MOTA, 2012, p. 30).

Os Kaingang e os Xokleng também colonizaram as terras paranaenses, sendo empurrados com a chegada dos Guarani, os Kaingangs para a região centro-sul do estado e os Xoklengs para próximo do litoral. No entanto, os Kaingang, ao final do século XVII, voltaram a ocupar a região central do Estado (MOTA, 2012, p.32).

Durante os primeiros séculos do Brasil Colônia, grande parte do atual território paranaense, inclusive a região onde hoje fica Colorado, esteve dentro dos limites espanhóis estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas (1494), e que em 1608 passou a ser a província de Guairá. Desde o século XVI, com as expedições europeias rumo às riquezas do império Inca e/ou à colonização da região do Guairá, iniciou-se o contato dos exploradores europeus com os povos indígenas habitantes do atual Paraná. Os relatos destas expedições exploradoras são, também, importantes documentos na comprovação da existência e resistência destes povos indígenas. É o que salienta Mota:

Enquanto isso, a conquista continuou por seus meios tradicionais. Muitas vezes os conquistadores foram derrotados, como em 1601, quando Hernán Arias de Saavedra combateu os índios de uma parte do Guairá e foi derrotado pelos guerreiros de Guairacá. A exploração das populações indígenas pelos conquistadores não ocorreu sem obstáculos, como afirmam muitos autores, e a conquista dos seus territórios também não aconteceu de forma pacífica. Em todos os momentos, e por várias etnias, a resistência foi renhida e sangrenta. O território do Guairá, que compreendia quase todo o Estado do Paraná, foi local de trânsito de portugueses e espanhóis que iam e vinham de Assunção em direção às vilas do litoral brasileiro, sendo palco de guerras variadas e constantes. A conquista desses territórios foi feita palmo a palmo com o uso da espada, do arcabuz, da besta, da cruz, de doenças e de acordos. (MOTA, 2012, p. 41).

O território e os indígenas da região do Guairá, que compreendia quase todo o atual estado do Paraná, passaram a ser palco de disputas entre três grupos: Encomendeiros – proprietários de grandes porções de terras autorizados pela coroa espanhola e que buscavam nos indígenas a mão-de-obra para coleta da erva-mate; Jesuítas – Padres católicos ordenados e autorizados por Roma (pela Igreja Católica) e que buscavam catequizar os indígenas na religião Cristã, fundando Reduções indígenas onde esses indígenas trabalhavam, rezavam e deveriam ser protegidos;

Bandeirantes – exploradores que vinham do litoral brasileiro da região de São Paulo, buscavam, sem autorização das coroas ibéricas, aprisionar e escravizar indígenas, especialmente os que viviam em reduções jesuíticas.

Diante deste quadro que marcou, especialmente, o século XVII, os indígenas atuaram eventualmente com “alianças, acordos e guerras” (MOTA, 2012, p. 42). Na região de Colorado, ganhou destaque a atuação dos padres católicos:

[...] a partir de 1610, iniciou-se um novo ciclo de fundações no território jurisdicionado pelos espanhóis, com a redução de índios Tupi-guarani pelos padres da Companhia de Jesus. Nesse mesmo ano, os padres italianos Simão Masseta e José Cataldino, depois de passarem por Ciudad Real e Villa Rica Del Spiritu Sancto, subiram o Rio Paraná e entraram pelo rio Paranapanema, navegando-o por algum tempo sem encontrar habitantes. Os primeiros indígenas foram constatados pouco adiante da foz do Rio Pirapó, onde os jesuitas erigiram uma capela, denominando-a de Nossa Senhora de Loreto. (CHMYZ; SGANZERLA; VOLCOV, 1990, p. 8).

Vale ressaltar que a cidade de Colorado fica a menos de 10 (dez) quilômetros do Rio Pirapó, como as imagens a seguir demonstram:

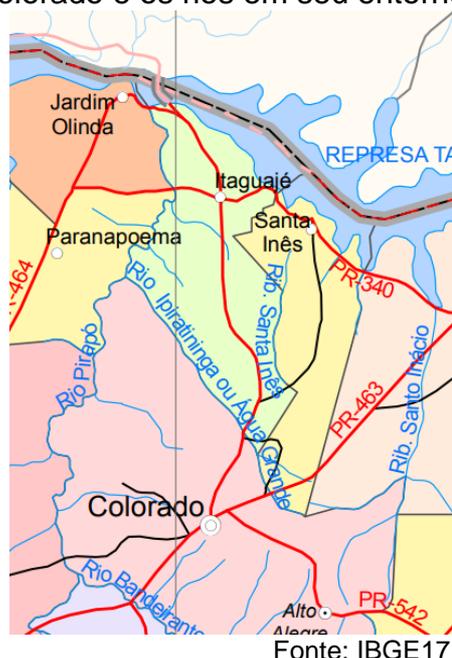
Figura 4: Distância entre Colorado e o rio Pirapó.



Fonte: Google Maps<sup>16</sup>

<sup>16</sup> Disponível em <https://www.google.com.br/maps/dir/Colorado,+PR/Rio+Pirap%C3%B3>

Figura 5: Colorado e os rios em seu entorno hidrogáfico



No mesmo ano, 1610, os mesmos padres jesuítas fundaram a Redução de Santo Inácio Menor, na confluência do Ribeirão Santo Inácio com o Rio Parapanema (CHMYZ; SGANZERLA; VOLCOV, 1990, P. 8), a 20 quilômetros da Redução Nossa Senhora de Loreto e a aproximadamente 25 quilômetros do que hoje é Colorado. Em 1620 a população das duas reduções era de aproximadamente 8 mil habitantes (CARDIFF, 1962, p. 107 apud CHMYZ; SGANZERLA; VOLCOV, 1990, P. 8). Até 1628, os padres já tinham fundado outras doze reduções nos vales dos rios Tibagi, Piquiri, Ivaí e Iguaçu (CHMYZ; SGANZERLA; VOLCOV, 1990, P. 9).

Entretanto, entre 1631 e 1632, houve a retirada das Reduções no Guairá em direção ao Rio Grande do Sul, onde fundaram os Sete povos das Missões. motivados pelos ataques dos bandeirantes paulistas às reduções, em busca de pilhagens e escravos, como se demonstra: “Ante a impossibilidade de mantê-las, o Superior das Reduções, padre Antonio Ruiz de Montoya e o então provincial padre Francisco Vasquez Trujillo concordaram em abandoná-las. (CHMYZ; SGANZERLA; VOLCOV, 1990, p. 9)”.

A saída das Reduções do guairá permitiu a chegada de outros povos à região, como povos do tronco linguístico Jê, vindos do Sul, e povos Tupiguarani vindos do Oeste (CHMYZ; SGANZERLA; VOLCOV, 1990, P. 9).

<sup>17</sup> (IBGE, [s.d.]). Disponível em <https://mapas.ibge.gov.br/escolares/publico-infantil/mapas-estaduais.html>

Após a emancipação política do Parana, em 1853, que saía da condição de Comarca de São Paulo, foram feitas iniciativas para viabilizar a comunicação e exploração do território. Foram fundadas Colônias Militares e Aldeamentos indígenas. Estas Colônias indígenas tinham o objetivo de “civilizar e catequizar” os indígenas, além do fato de que ao aldear os indígenas, liberaria espaço para a ocupação agrícola. A antiga Redução de Nossa Senhora de Loreto, em 1855, foi transformada em Colônia indígena de Nossa Senhora do Loreto Do Pirapó, que, no entanto, acabou sendo transferida para localidade da antiga Redução de Santo Inácio Menor, recebendo o título de Colônia indígena de Santo Inácio do Paranapanema (CHMYZ; SGANZERLA; VOLCOV, 1990, p. 10).

A Colônia Indígena de Nossa Senhora do Loreto o Pirapó, região do atual município de Itaguajé/PR, a 26 quilômetros de Colorado, foi fundada em 1855 e extinta em 1862, tendo abrigado os índios Guarani-Kayoá. Já a Colônia indígena de Santo Inácio do Paranapanema:

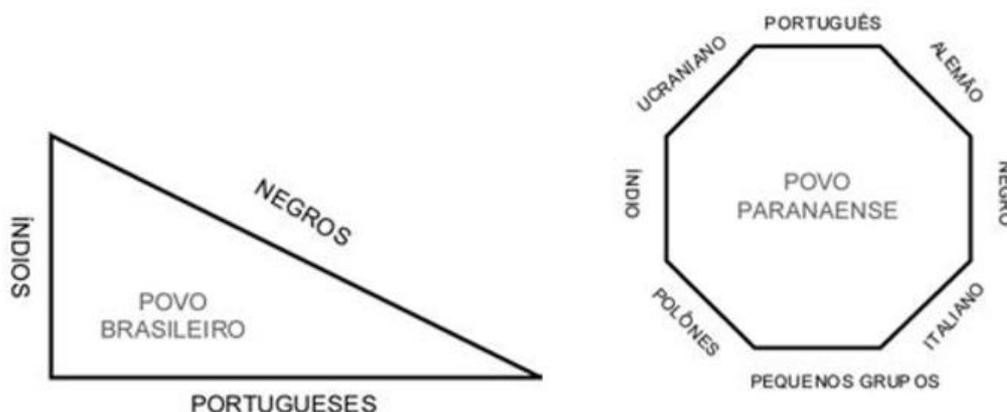
localizava-se na embocadura do rio Santo Inácio, no Paranapanema, no mesmo local da antiga Redução Jesuítica do mesmo nome, hoje no município de Santo Inácio. O aldeamento de Santo Inácio do Paranapanema foi extinto em 1878 e também abrigou os índios Guarani das parciaisidades Kayoá e Nhandéva (MOTA, 2012, p. 82).

A partir do insucesso das Colônias Indígenas no Paraná, o povoamento foi sendo substituídos pela ocupação de migrantes não-indígenas, vindos de outras regiões do Brasil, especialmente São Paulo e Minas Gerais, e também de outros países, com a criação de colônias de países diversos, como Itália, Alemanha, Ucrânia, Polônia e Portugal. O projeto de colonização financiado pelo autônomo Paraná, incluía um forte incentivo à imigração como método de ocupação das terras, além de incentivos às empresas colonizadoras. De acordo com MOTA (2012), “entre 1829, quando da entrada dos primeiros migrantes alemães em Rio Negro, até 1911, quando chegaram os holandeses em Carambeí, foram criados mais de 100 núcleos coloniais e entraram mais de 100 mil migrantes no Paraná” (2012, p. 74).

E foi, com base nessa imigração branca, intensificada após meados do século XIX em sincronia com a expansão cafeeira no Paraná, que se desenvolveu a teoria de que havia um “vazio demográfico” no Norte/Noroeste Paranaense. Em grande parte, deve-se a teóricos como Wilson Martins (1955) a idealização do que seria o *Homem Paranaense*. Este autor, formulou a teoria da explicação que diferenciava o

Paraná do restante do Brasil. Segundo ele, enquanto o Brasil era composto da mistura de três raças (Branco, índio e negro), o Paraná se formou a partir de muitas raças europeias, negando a grande participação dos indígenas em terras paranaenses, desde sua origem. Segundo o mesmo:

Figura 6: Raças que compuseram o Brasil e o Paraná, segundo Martins.



Fonte: MOTA (2012).

Percebe-se que, apesar da vasta documentação da existência de povos indígenas na região e toda a sua história de lutas, alianças, ensinamentos, violências e conquistas. A menção a estes povos foi negada na toponímia do município do Colorado, quando se optou por desenvolver, com base na teoria do “vazio demográfico”, uma memória coletiva que exaltava os não-índios que colonizaram a região especialmente durante o século XX com a expansão cafeeira.

Cabe salientar que a presença destes povos não se deu por mero acaso. Eles habitaram a região, seguindo seus modos de vida, suas percepções social e de agrupamento familiar; visões estas que foram sendo alteradas à medida que o contato com grupos não-indígenas foi se ampliando.

Estes grupos étnicos não tinham a mesma lógica de hierarquia dos não-indígenas, mas foram obrigados a aceitar, devido a ações de violência física e psicológica. Da mesma forma, incorporaram novos hábitos de vestimenta que, hoje, são justamente utilizados para descreditar a existência própria destes grupos; mais uma vez aniquilados sob a justificativa estereotipada de que indígenas são selvagens que habitam as florestas e que não podem viver em comunidade e utilizar “vestimentas ocidentais”.

Claro que não houve um processo de aniquilação puro e simples. Como diversas pesquisas já o demonstraram, a história do contanto entre indígenas e não-indígenas é plena de resistências e lutas (MACHADO, 2002). Além disso, também houve apropriação europeia de elementos culturais americanos (FREIRE, 1983, p. 101). Como demonstra Rodrigues (2012, p. 94), ancorada nos estudos de Balandier (1997) e de Hobsbawn (2008), argumentando que, no processo de contato dos povos indígenas com os povos não-indígenas, houve, de ambos os lados, uma apropriação e ressignificação das práticas e dos costumes que passaram a ser adotados pelos dois lados, demonstrando como os Kaingang de Faxinal atualizam, ressignificam e (re)inventam os seus princípios tradicionais, diz ele que “É inegável que o violento processo de contato provocou mudanças e rupturas, mas também permanências, que resultaram na ressignificação, (re)invenção e atualização de princípios ligados à sua tradicionalidade. (2012, p. 94)”.

Isso demonstra que negar a memória indígena na formatação de um ideal de civilização é negar, em verdade, a si próprio. Além de revelar a incapacidade de compreender as dinâmicas culturais.

## **Capítulo III - Intervenção pedagógica com a temática indígena**

A partir do que já foi exposto nos capítulos anteriores, onde constatamos a concretização no senso comum de que as terras na região de Colorado estavam vazias antes do processo conhecido como Colonização, percebe-se então a necessidade de romper com essa linha hegemônica de raciocínio.

Para isso, este trabalho também contemplou, como uma de suas etapas, a formatação e aplicação de uma atividade pedagógica junto a alunos do ensino fundamental da rede pública do município de Colorado, especificamente, alunos dos 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental. Esta atividade, em formato de oficina pedagógica e através de metodologias ativas de educação, buscou apresentar de forma didática e lúdica as discussões levantadas nos dois primeiros capítulos desta dissertação.

Antes, de detalhar aqui o planejamento, a forma, os conteúdos e os resultados da intervenção, cabe ressaltar, o papel do professor de História na formação do discente, especificamente diante da temática indígena e do entendimento sobre como uma narrativa se forma historicamente e se cristaliza na memória coletiva de um povo.

### **3.1 - Atuação do professor de História em sala de aula: muito mais que datas**

"Papai, então me explica para que serve a história." Assim o famoso historiador do século XX, Marc Bloch (2002, p. 36), inicia sua introdução em seu clássico *Apologia Da História Ou o Ofício do Historiador*. Grandes nomes da historiografia se debateram sobre a importância do papel do historiador. Este assunto, por mais que soe cansativo, ainda se faz relevante. E não poderia ser diferente em uma sala de aula, mesmo que com alunos tão pequenos, pois é fundamental que esteja muito claro os motivos do aprendizado histórico para os discentes. E Marc Bloch (2002, p. 36) completa: "não imagino, para um escritor, elogio mais belo do que saber falar, no mesmo tom, aos doutos e aos escolares". Portanto, é preciso que desde o mais novo dos alunos saiba os motivos que o leva a estudar História. No caso concreto, aqui apresentado, o porquê de se estudar sobre a temática indígena e como o entendimento sobre a formação da memória coletiva são centrais neste processo de aprendizagem.

Seguindo assim, faz-se necessário explicitar o papel de um professor de História na sala de aula do século XXI, momento em que as TICs (tecnologias de informação e comunicação) adentram o cotidiano e também o espaço escolar. Tecnologias que trazem consigo mudanças em velocidade inimaginável há alguns séculos atrás. A historiadora Janice Theodoro, em livro organizado pelo professor Leandro Karnal, esclarece que “Um indício desse processo em que a mudança troca tudo, a todo momento, do lugar que estava para um outro, é a própria crise das utopias, crise das ciências humanas, crise do homem” (THEODORO, 2016, p. 51).

Ainda nesse caminho, não é difícil constatar que diante de tantas mudanças que o mundo contemporâneo nos impõe, é preciso repensar a prática pedagógica em sala de aula, no nosso caso específico, do professor de História. Pois, se há algum tempo, a transmissão de informações era categoricamente uma função da Escola, nos dias de hoje, onde a informação está a “um click”, parece que ao professor não cabe apenas o papel de informar, mas sim de problematizar a informação. Da mesma forma, também Theodoro (2016, p. 51) afirma que “para que possamos vencer o desafio da vida contemporânea, temos que problematizar a realidade que nos cerca. Trazendo essa discussão ao tema desta dissertação, ao professor de História, respaldado em novas práticas pedagógicas, deve não só levar uma informação à sala de aula, mas problematizá-la, ou, como dizem os historiadores Jaime Pinsky e Carla Pinsky (2016, p.22) , “é bom não confundir informação com educação”. E aqui, especificamente, estamos tratando de memória coletiva, ou seja, o professor no lugar de apenas reproduzir uma narrativa em sala de aula, deve, problematizar a construção dessa narrativa, com perguntas como: Quem disse isso? Quando isso começou a ser dito? Por quais interesses disseram isso?

Perguntas como essas podem transformar a prática pedagógica de um professor de História, fazendo com que ela se volte não apenas para o objeto do passado estudado, mas sobretudo para a historicidade e seus conceitos. A título de exemplo, a compreensão da origem da narrativa de que “o índio” é inferior ao colonizador europeu, pode ser uma ótima ferramenta para compreender, nos dias de hoje, o senso comum sobre a questão indígena e todos os seus impactos sobre estes povos, inclusive as políticas públicas (ou a falta delas). Carla Pinsky e Jaime Pinsky (2016, p. 23) afirmam que “o passado deve ser interrogado a partir de questões que nos inquietam no presente”. Assim, para o aluno, compreender a formação de

narrativas, de memória coletiva, pode ser um importante instrumental para visitar e interrogar o passado.

Essa prática de problematizar os conteúdos, respaldando-se em bases científicas e discutindo a formação da memória, pode fazer com que o aluno interaja de forma ativa com o objeto estudado, compreendendo não só este, como, também, fazer com que tenha um melhor discernimento em um mundo (contemporâneo) onde informações circulam em uma velocidade sem precedentes. Em outras palavras, dará ao discente a capacidade de ter um olhar crítico às informações, verdadeiras ou não, que lhe chegam o tempo todo.

Outro importante aspecto é o fato de que trabalhar em sala de aula com problematização de informações, da à prática pedagógica do professor de História a oportunidade de se alinhar com metodologias mais contemporâneas de ensino, onde o aluno contribui ativamente com a construção do seu próprio conhecimento. Paulo Freire, traz como fundamental a participação do aluno no processo educativo:

Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos. (FREIRE, 1987, p. 39)

Evidencia-se, assim, que o estudo da formação da memória de uma sociedade e seus impactos no tempo presente, problematizando conteúdos, conceitos, informações e, sobretudo, senso comum, pode ser um caminho para que o professor de História consiga fazer interagir o passado com a realidade atual do discente, dando a este as ferramentas para interpretá-la e transformá-la.

### **3.2 - Metodologia ativa no ensino de História: uma alternativa para o debate sobre memória**

Celso da Cunha Bastos (Apud BERBEL, 2011, p. 29) define Metodologias Ativas como “processos interativos de conhecimento, análise, estudos, pesquisas e decisões individuais ou coletivas, com a finalidade de encontrar soluções para um problema.” A ideia de uma metodologia onde o aluno participa ativamente do processo de ensino e deixa de ser mero receptor de informações, abandonando a tradicional “memorização”, foi dada também por Paulo Freire (Apud BERBERL, 2011, p. 29), quando afirma que “na educação de adultos, o que impulsiona a aprendizagem é a

superação de desafios, a resolução de problemas e a construção do conhecimento novo a partir de conhecimentos e experiências prévias dos indivíduos”.

As Metodologias Ativas de ensino surgiram como uma alternativa aos modelos tradicionais de ensino, colocando o aluno para participar, se engajar com aquilo que estuda, a partir de seu contexto. Muitos autores, como Freire (1996), Piaget (2006) e Vygotsky (1998) já questionavam o método tradicional de ensino, muito ligado ao positivismo e ao militarismo, onde o aluno de forma passiva recebe o conhecimento. Estes autores também apontaram que o aprendizado significativo se dá dentro do contexto do discente e com a participação deste.

Partindo deste princípio, o aluno abandona o papel de apenas receber uma informação dada, e, ao contrário, é estimulado a problematizá-la, reconstruí-la. Ao problematizar uma informação, o discente pode produzir, a partir de sua própria realidade, uma nova interpretação para o conhecimento adquirido. Isso nos leva a refletir sobre como essa metodologia ativa de ensino pode contribuir para o entendimento ou desconstrução do que aqui chamamos de Memória Coletiva. Especificamente, no caso dos povos indígenas, o aluno passa a ter a possibilidade de dominar uma nova interpretação/entendimento da realidade dos povos indígenas. Em resumo, problematizando em sala de aula como se contrói e as disputas de poder em torno da memória coletiva tornada institucionalizada em uma sociedade, poderemos compreender porque houve a tentativa de apagamento da memória indígena na nossa região e entender, a compreensão atual, no senso comum, do que é ser indígena. Essa participação ativa do aluno, a partir da problematização da informação, torna-se instrumental para que o mesmo se perceba enquanto sujeito histórico e compreenda a vida social do tempo presente e várias de suas demandas.

Uma das maneiras de se adotar as metodologias ativas no processo de ensino-aprendizagem é o uso de oficinas pedagógicas, onde o aluno, como o próprio nome sugere, pode construir algo. As oficinas constiêm-se em uma metodologia ativa de ensino, uma vez que:

Uma oficina é, pois, uma oportunidade de vivenciar situações concretas e significativas, baseada no tripé: sentir-pensar-agir, com objetivos pedagógicos. Nesse sentido, a metodologia da oficina muda o foco tradicional da aprendizagem (cognição), passando a incorporar a ação e a reflexão. Em outras palavras, numa oficina ocorrem apropriação, construção e produção de conhecimentos teóricos e práticos, de forma ativa e reflexiva. (PAVIANI; FONTANA; 2002, p. 77)

Nas oficinas, o professor migra do papel de protagonista e adota uma nova postura, colocando o aluno no centro do processo educativo. Ou seja, antes de apenas ensinar o que sabe, o docente prioriza oferecer ferramentas para que os alunos alcancem o conhecimento esperado.

As professoras Paviani e Fontana (2002, p. 79) afirmam que “uma oficina ajusta-se às situações-problema apresentadas, a partir de seus contextos reais de trabalho”.

Assim, ao planejar levar uma oficina com a temática indígena aos alunos do ensino fundamental, foi importante considerar a realidade desses alunos. A mesma oficina, como se verá a seguir, mostrou-se bastante funcional para atingir os objetivos pedagógicos pretendidos, pois foi possível levar o debate sobre apagamento da memória indígena de forma lúdica, e compreensível para as crianças.

### **3.3 - Oficina pedagógica em Colorado: Relato de uma experiência.**

O local escolhido para a intervenção pedagógica foi a Escola Municipal Professor Lazaro Sagrado, localizada à rua Paulo Piovesani, 450, Jardim Progresso, em Colorado/PR. Esta instituição, localizada em um bairro da periferia do município, atende crianças do 1º ao 5º ano do Ensino fundamental. A intervenção aconteceu no dia 14 de novembro de 2019, no período vespertino e atendeu turmas do 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental.

A Escola Professor Lazaro Sagrado se localiza em uma área periférica da cidade de Colorado, e várias das crianças da escola vivem em situação de vulnerabilidade econômica. A estrutura física da escola apresenta uma série de dificuldades, que vão desde um laboratório de informática desabilitado por falta de manutenção, até uma parte do teto do refeitório com sérias avarias. Vale destacar o empenho dos profissionais ali alocados, desde o pessoal dos serviços gerais e merenda até a diretora da escola.

Para aplicar a oficina junto aos alunos foi preciso, antes, um planejamento que pudesse identificar quais e quantos alunos seriam atendidos, qual o tempo de duração da oficina bem como o conteúdo e resultados esperados após a realização da mesma; além de conseguir uma autorização para montagem e aplicação da oficina. A apresentação e autorização da oficina foram respaldadas pela direção da escola, conforme atesta o anexo F.

É importante ressaltar que legalmente, a intervenção da oficina se justifica pela Lei Federal n.º 11,645, de 2008, a qual estabelece em seu artigo Artigo 26-A que “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” (Brasil, 2008). Nesse sentido, levar a temática indígena para alunos, mais do que uma questão moral ou ideológica, é também uma exigência legal.

A partir daqui estarão os detalhes do planejamento e do desenvolvimento da oficina.

Tabela 2: Planejamento da Oficina Pedagógica.

Planejamento	
Tema:	Culturas e identidades Indígenas: uma revitalização da Memória.
Data	14/11/2019
Local	Escola Municipal Professor Lazaro Sagrado
Horário	13:30h às 17:15h
Cidade	Colorado/PR
Público Alvo	Alunos do 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental
Materiais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Artesanatos indígenas: Guarani e Kaingang</li> <li>• Tv e Computador</li> <li>• Lápis e folhas sulfite</li> </ul>
Conteúdos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• História e legado dos povos indígenas, abordando seus atuais problemas, tais como a luta por terra e contra o preconceito.</li> <li>• História da formação da memória coletiva da cidade de Colorado/PR, que excluiu a importância dos povos indígenas.</li> <li>•</li> </ul>
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trabalhar com os alunos a importância do respeito à diversidade cultural.</li> <li>• Aprimorar a compreensão sobre o que é ser indígena e qual o seu papel na sociedade.</li> <li>• Discutir o conceito de memória coletiva e o apagamento da existência dos povos indígenas desta memória.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Questionar o porquê de não termos nomes indígenas em monumentos da cidade de Colorado, especificamente, em nomes de rua.</li> </ul>
Metodologia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Questionário para levantar o conhecimento da toponímia da Cidade.</li> <li>• Desenvolvimento de atividades lúdicas com o objetivo de problematizar o senso comum sobre o que é ser indígena na atualidade.</li> </ul>
Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os alunos responderam a um questionário, previamente elaborado, sobre o conhecimento da toponímia da Cidade.</li> <li>• Os alunos fizeram dois desenhos sobre a temática indígena em uma folha entregue pelo professor, uma antes da oficina e outro depois, respondendo à pergunta: Como você imagina um indígena?</li> </ul>

A oficina contou com um espaço cedido pela Escola, especificamente, a sala de informática, que não mais funcionava, mas que tinha ar condicionado, som e televisão disponíveis para uso. Para ambientar melhor o espaço, foram levados utensílios e objetos indígenas pertencentes ao Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história (PIESP/LAEE), do Departamento de História da UEM. Esses objetos são pertencentes aos Kaingang e Guarani, como mostra a fotografia a seguir.

Figura 7: Objetos das culturas indígena guarani e Kaingang.



Fonte: Acervo do autor (2019)

A oficina teve início às 13:30h. A primeira turma atendida foi a do 3º ano, na sequência o 4º e por último o 5º ano, crianças e pré-adolescentes da faixa etária de 8 a 11 anos. Cada turma teve em torno de 1h:15min de participação na oficina. No total, participaram 60 alunos, sendo 19 do 3º ano, 20 do 4º ano e 21 do 5º ano.

As turmas foram à oficina acompanhados de suas respectivas professoras. É importante ressaltar que não houve nenhum problema de comprometimento por parte dos alunos. Todos foram muito receptivos e participativos. Mérito, também, das professoras e da escola como um todo. Ao chegarem, os alunos sentaram-se em círculo, em volta dos objetos indígenas levados. Todos ficaram muito curiosos e faziam muitas perguntas sobre a origem e uso dos objetos e utensílios indígenas.

Após a apresentação do professor e da temática, cada aluno recebeu um questionário com 7 perguntas e uma folha para desenho. A imagem da foto 2 retrata esse momento:

Figura 8: Alunos respondendo o questionário e desenhando.



Fonte: Acervo do autor (2019)

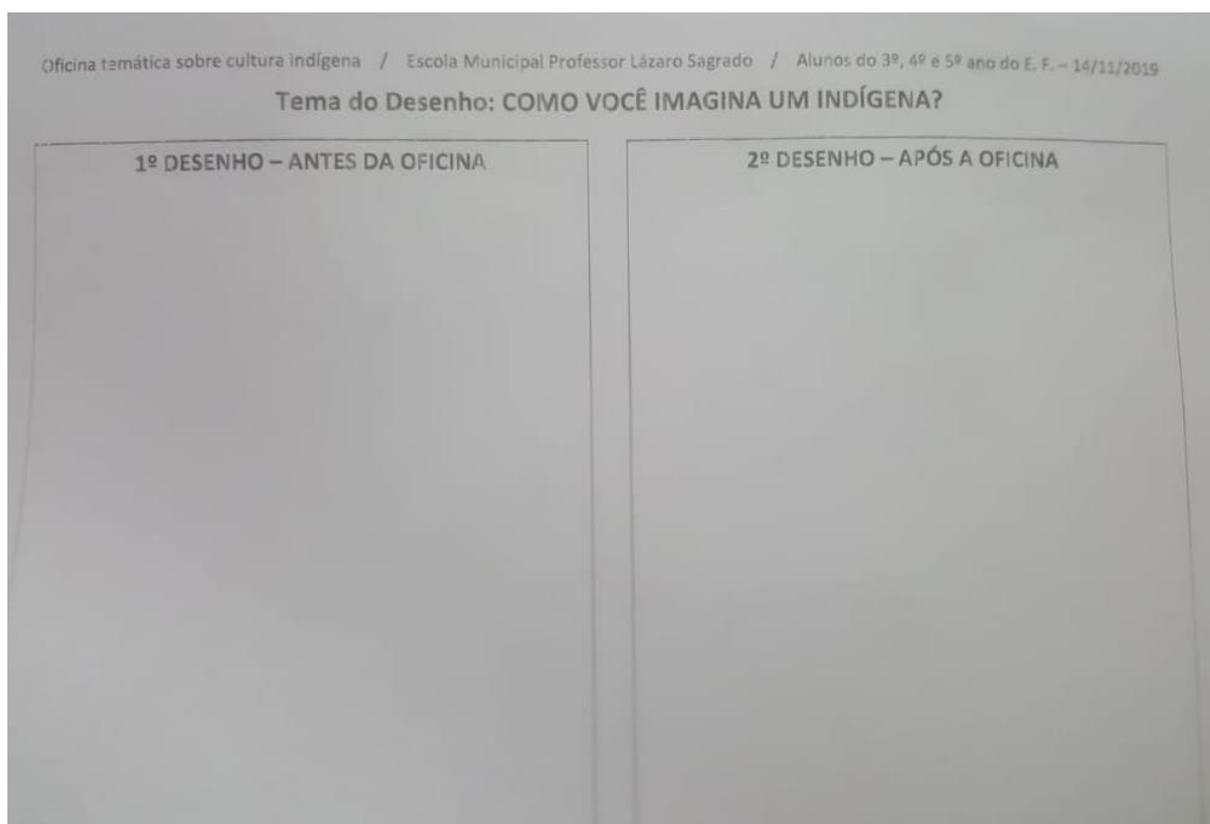
O questionário trazia as perguntas para serem respondidas com um “X” em SIM ou NÃO. O objetivo principal não foi fazer um levantamento de dados e opiniões dos alunos, mas apenas utilizar as questões como ferramentas para levar os alunos a uma reflexão sobre porque não homenageamos os povos indígenas e porque na nossa memória coletiva, contada através da nomenclatura em monumentos, elege-se determinadas pessoas e outras são esquecidas. O modelo do questionário está no anexo G, e suas as perguntas estão descritas a seguir:

- 1 – Qual o nome da Rua em que você mora?
- 2 – Você sabe porque ela se chama assim?
- 3 – Você conhece algum espaço que tenha o nome dos primeiros habitantes da região de Colorado?
- 3.1 – Se sua resposta anterior foi SIM, esse espaço tem nome associado a algum povo indígena?
- 4 – Você conhece algum espaço público que tenha o nome em homenagem a povos indígenas?
- 5 – Você conhece o nome de algum povo indígena que habitou/habita a região que você mora?

6 – Você acha que seria importante homenagear todas as culturas que já habitaram essa região onde você mora?

Já na folha para desenhar, eles teriam que fazer dois desenhos, um antes do começo da oficina e outro ao final, que partiam de uma indagação: “Como você imagina um indígena?”. O objetivo era confrontar o conhecimento prévio do aluno, que, em maioria, se respaldava em senso comum e em uma memória coletiva cristalizada sobre o que é ser indígena, com aquilo que ele entendeu com a oficina apresentada. Não é demais lembrar aqui que a ideia de que “índio” é apenas aquele que vive na mata caçando, pescando e seminu, também serve à Memória dominante, que tenta colocar o indígena em um mundo a parte do nosso. Foi, uma ferramenta para construir uma alternativa de pensamento sobre os povos indígenas. Na figura 9, a seguir, temos a imagem da folha para desenho ainda em branco:

Figura 9: Folha em branco entregue para os alunos desenharem



Fonte: Acervo autor (2019)

Usando lápis, todos responderam ao questionário e fizeram seu primeiro desenho. Após isso, foram apresentados aos alunos os objetos indígenas e suas respectivas funções. Os discentes puderam interagir com estes objetos. Colocavam

cocares na cabeça, simulavam guerras com arco e flechas, usaram os instrumentos musicais percussivos e tentaram entender os grafismos na produção de cestos. A ideia até aqui era deixar eles imaginarem o modo de vida indígena. Como se pode observar nas figuras 10 e 11 a seguir:

Figura 10: Alunos observando os objetos indígenas



Fonte: Acervo do autor, 2019.

Figura 11: Alunos observando a utilização de um arco e flecha



Fonte: Acervo do autor, 2019

A partir deste momento foram feitas perguntas-problemas para eles. Como as que seguem:

- Por que não tem nenhuma caneta ou celular dentre os objetos indígenas?
- Se o indígena usar qualquer objeto tecnológico ele deixa de ser “índio”?
- Quando você come comida japonesa, você vira japonês?
- Quem de vocês desenhou o indígena como alguém “importante”?
- Por que não há ruas com nome para homenagear indígenas e há ruas que homenageiam quem chegou por aqui bem depois dos indígenas?

Feitas essas perguntas, os desenhos dos alunos foram devolvidos para eles e houve um rodízio, onde todos compartilharam o que foi desenhado. Em seguida foram apresentados na televisão; fotos sobre a diversidade indígena e o que eles mais têm reivindicado. Também foi conversado sobre o termo “índio”, suas origens e os motivos do seu emprego.

Para desmistificar o que é ser “índio” e desconstruir o estereótipo mais convencional sobre as identidades indígenas, foi apresentado aos alunos o vídeo do grupo indígena que canta Rap e se apresenta, também, no Youtube, o Oz Guarani, com o título “O Índio é Forte”. Neste vídeo, disponível no endereço <https://www.youtube.com/watch?v=iXlpDa28HQU>, o grupo se veste com roupas típicas do movimento Hip Hop e reivindica demarcação de suas terras, mais respeito e direitos (OZ Guarani, 2018).

Após a exposição dos preconceitos sofridos por indígenas no Brasil, após apresentar suas lutas e demonstrar que nossa impressão sobre quem eles são é, em grande medida, resultado de um muito tempo de desconhecimento sobre suas culturas. E isso tudo favorece, também, o processo de apagamento da memória indígena junto à cidade de Colorado.

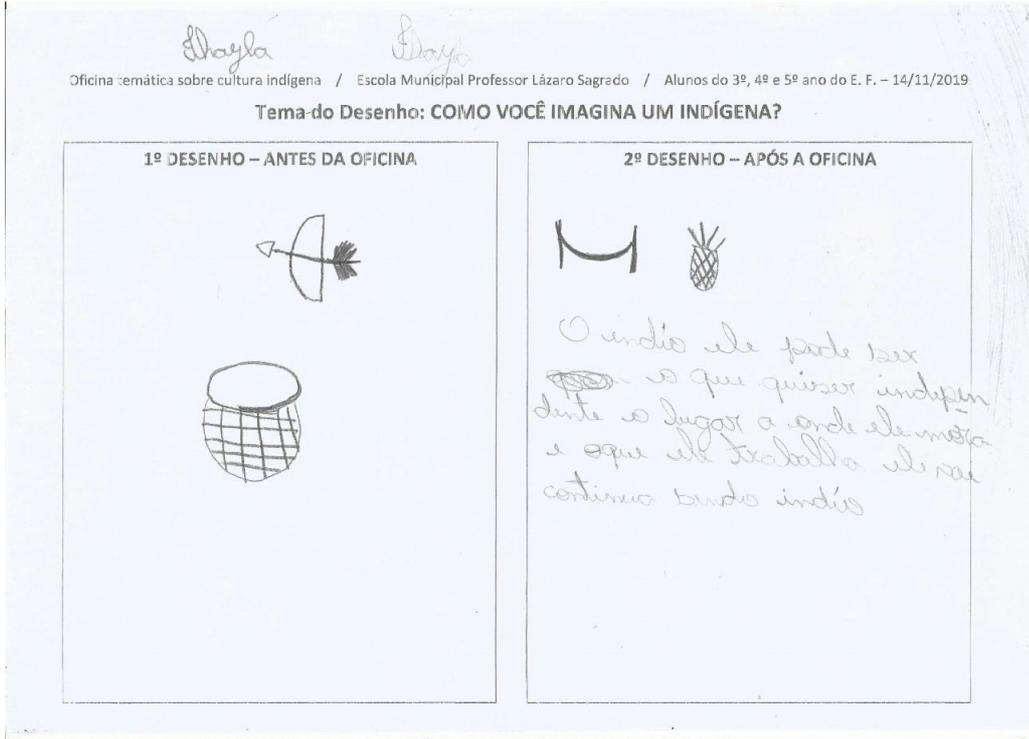
Depois da aula expositiva sobre o tema, os alunos voltaram a participar efetivamente da oficina, através de música. Cada um deles pegou um instrumento indígena e passou a executar, junto com o professor tocando violão, uma canção que aborda a diversidade indígena. A música escolhida para apresentar a diversidade cultural dos indígenas foi Chegança, do compositor Antônio Nobrega:

Sou Pataxó, sou Xavante e Cariri,  
Ianomani, sou Tupi,  
Guarani, sou Carajá.  
Sou Pancaruru, Carijó, Tupinajé,  
Potiguar, sou Caeté,  
Ful-ni-o, Tupinambá.  
Depois que os mares dividiram os continentes  
Quis ver terras diferentes  
Eu pensei: Vou procurar  
um mundo novo lá depois do horizonte,  
Levo a rede balançante  
pra no sol me espreguiçar  
Eu atraquei num porto muito seguro,  
Céu azul, paz e ar puro,  
botei as pernas pro ar.  
Logo sonhei que estava no paraíso  
Onde nem era preciso dormir para se sonhar (NOBREGA, 1998)

Caminhando para o fechamento da Oficina, os alunos foram convidados a desenhar no segundo quadro da folha entregue (figura 9). Esse segundo desenho tinha como objetivo fazer o mesmo confrontar a própria imagem que tinha sobre os indígenas, fruto de uma memória coletiva que buscou apagar a cultura, os legados, as identidades, os conflitos, as transformações, as apropriações e ressignificações dos povos indígenas. O resultado dos desenhos de vários dos 60 participantes surpreendeu pela capacidade que muitos discentes tiveram, mesmo com a pouca idade, de refazer suas concepções sobre o que é ser indígena e de entenderem que independente de onde se está, como se está e o que se faz, os povos indígenas não deixam de sê-los e merecem nosso respeito, e reconhecimento quanto aos seus conhecimentos, saberes, culturas e lógicas próprias

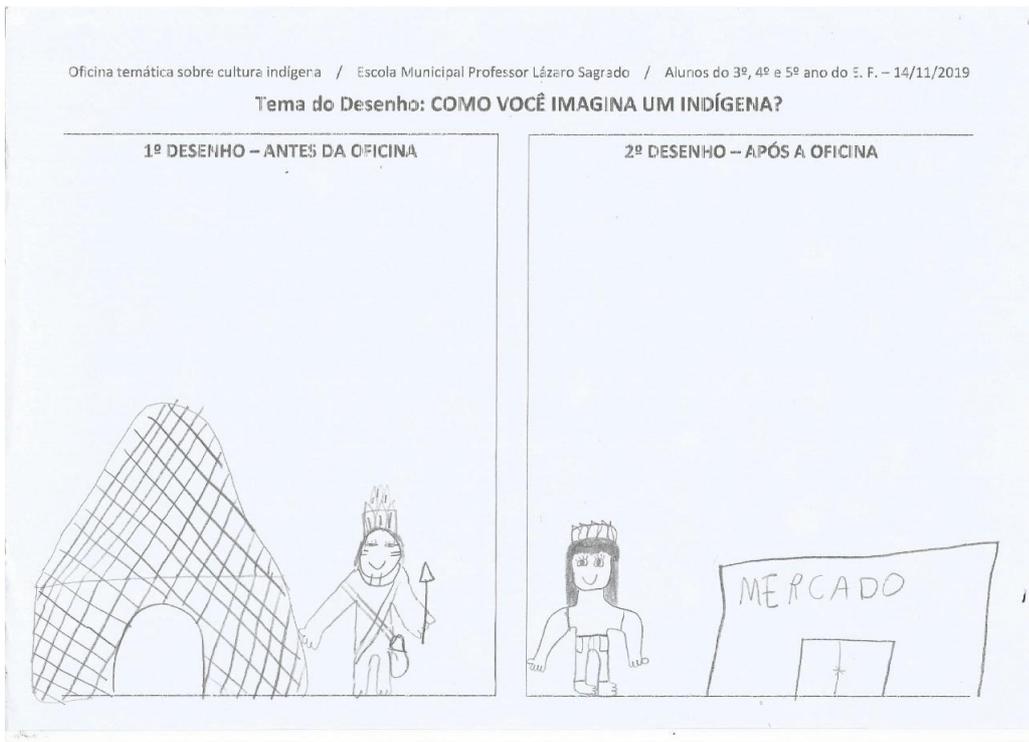
Também as imagens a seguir objetivam demonstrar a mudança de uma percepção inicial, para uma outra após o trabalho realizado.

Figura 12 – Mostra 1 do resultado do desenho de um aluno da oficina.



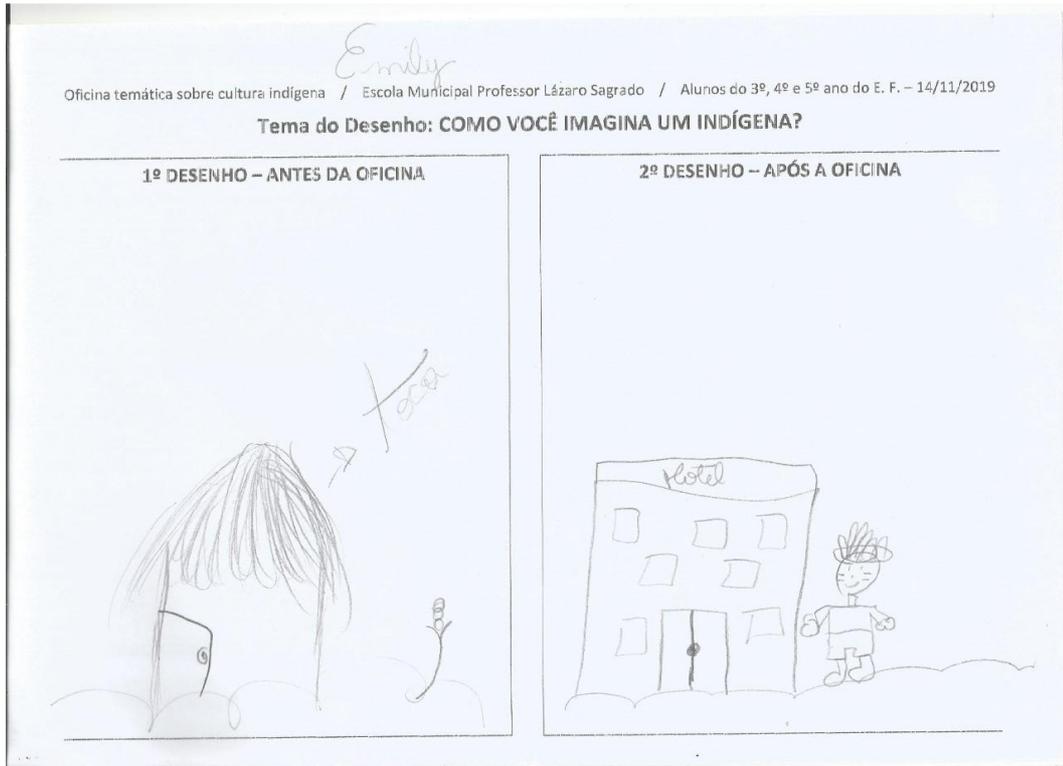
Fonte: Acervo do autor, 219.

Figura 13 – Mostra 2 do resultado do desenho de um aluno da oficina.



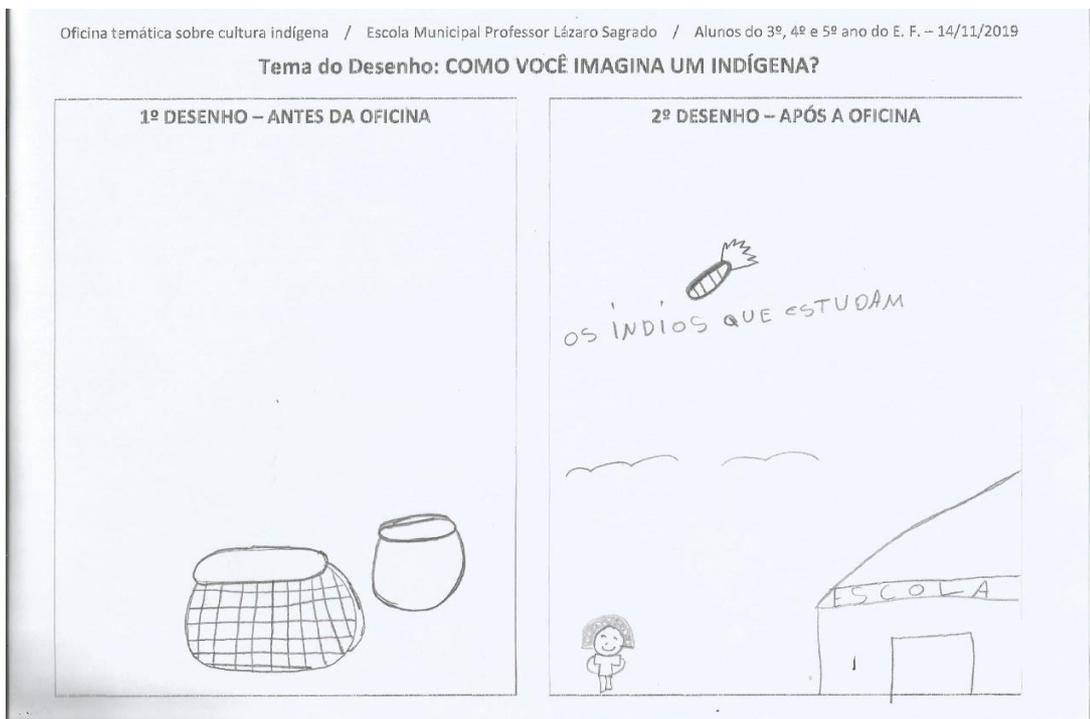
Fonte: Acervo do autor, 219.

Figura 14 – Mostra 3 do resultado do desenho de um aluno da oficina.



Fonte: Acervo do autor, 219.

Figura 15 – Mostra 4 do resultado do desenho de um aluno da oficina.



Fonte: Acervo do autor, 219.

Figura 16 – Mostra 5 do resultado do desenho de um aluno da oficina.



Fonte: Acervo do autor, 219.

Figura 17 – Mostra 6 do resultado do desenho de um aluno da oficina.



Fonte: Acervo do autor, 219.

O encerramento da aula-oficina se deu com uma última pergunta problematizante: “Se fossemos respeitar a todos que formam ou formaram nossa sociedade, vocês acham que os monumentos e ruas deveriam ter nomes mais diversificados?”. A resposta quase unânime foi um sim.

## Considerações finais

Considerando as questões aqui discutidas, podemos salientar que Colorado passou por um processo semelhante ao de outras “histórias” de esvaziamento indígena, o que integra a cidade à narrativa *Paranista* acerca da ocupação da região.

A importância da discussão sobre a construção da memória coletiva de uma sociedade, seus impactos na vida cotidiana e os usos como ferramenta política, ficou evidenciada com a constatação da inexistência de homenagens às culturas indígenas que comprovadamente habitaram a região. Dito de outra forma, o município de Colorado é um dos vários da região norte paranaense que não possuem em sua memória coletiva a valorização das culturas indígenas que habitaram a região antes da ocupação cafeeira. E isso se buscou demonstrar através da análise da toponímia da cidade, que em muito valorizava os chamados “pioneiros”, mas que negligenciou outras sociedades que viveram na mesma localidade.

Ao registrar neste trabalho a História do município de Colorado, seus dados populacionais e sua relação com a produção cafeeira, foi possível fazer uma História Regional que buscou dar voz às regiões e grupos sociais do Paraná que historiograficamente são negligenciadas por um pensamento historicamente construído para buscar um ideal de Paraná. Para descredenciar esse pensamento *Paranista*, foi preciso desconstruir, com ajuda de bibliografia densamente comprovada, a tese do “vazio demográfico”, ou seja, a ideia de que o “pioneiro” teria vindo desbravar terras vazias e selvagens.

Essa narrativa, que procurou eliminar os povos indígenas da História de Colorado e de seu estado, importa não deixarmos de referir, contraria recomendação do Plano Nacional do Livro Didático, que estabelece que a discussão de temas silenciados seja feita em sala, de forma a justamente trabalhar questões ainda pouco debatidas no contexto escolar:

Poucos autores se propõem a oferecer elementos que permitam a professores/alunos refletir sobre as diversidades regionais locais ou sobre as muitas vozes expropriadas e silenciadas -mulheres, afrodescendentes, indígenas -, numa narrativa oficial da história regional, orientações expressas nos editais do Plano Nacional de Livro Didático, em suas versões mais recentes. (PNLD, 2013, p. 25) É grande, portanto, o risco de que a história ensinada sirva ao reforço de especificidades geográficoterritoriais, ou de características culturais, étnicas e sociais hegemônicas, e supostamente harmônicas, reforçando ideologias identitárias que servem de base aos preconceitos e xenofobia (MACIEL, 2013, p.85).

Buscando contemplar a promoção das culturas indígenas em sala de aula, a oficina pedagógica, formatada e realizada por esta dissertação, foi um reforço na tentativa de contribuir para a conscientização de educadores e alunos, crianças e pré-adolescentes, da necessidade de se ampliar a busca por uma sociedade que valorize todo seu processo de construção, ou seja, que não tente “apagar” culturas e sociedades que contribuíram na nossa formação. A oficina procurou criar um método de abordagem em sala de aula que permita aos profissionais de História um enfoque que respeite as diretrizes educacionais vigentes e, principalmente, a memória de povos que habitaram as regiões onde estes professores lecionam, sejam estas no interior do Paraná, de Minas Gerais, Mato Grosso, ou quaisquer outras; uma vez que as aulas se pautarão em investigar sobre a história da presença indígena no lugar e subsequentemente produzir aulas temáticas evidenciando, da forma mais prática, respeitosa e visual possível, quem eram estes povos.

Os alunos que foram recebidos pela oficina demonstraram muito interesse no tema, bem como apresentaram um excelente nível de entendimento dos objetivos pretendidos. Ficou evidente o quanto é inverídica a ideia de que alunos do Ensino Fundamental não teriam capacidade de abstração e compreensão de temas tão complexos, como a formação de memória coletiva de uma sociedade. Para ser bastante justo com os fatos, por algumas vezes, foram as perguntas dos alunos que pareciam estar em um nível acima do tutor da oficina.

A Educação ainda vale a dedicação de todos e é através dela que podemos almejar uma sociedade mais inclusiva, justa e sustentável.

## Referências bibliográficas

ABATI, L. Justiça anula lei que mudou nome da Avenida Castelo Branco para Legalidade. **GaúchaZH**, 26 abr. 2018.

ALBUQUERQUE, J. A. **O racismo silencioso em escolas públicas de Curitiba: imaginário, poder e exclusão social**. Dissertação de Mestrado—Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2003.

ALMEIDA, R. F. T. DE; MURA, F. **Guarani Kaiowá Povos Indígenas no Brasil**. São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA), out. 2003a. Disponível em: <[https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guarani\\_Kaiowá](https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guarani_Kaiowá)>

ALMEIDA, R. F. T. DE; MURA, F. **Guarani Nandeva Povos Indígenas no Brasil**. São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA), out. 2003b. Disponível em: <[https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guarani\\_Nandeva](https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guarani_Nandeva)>

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

FOLHA DE LONDRINA. Manifestantes ‘trocam’ nome de avenida. **Folha de Londrina**, Londrina, 30 de abril de 2014. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/politica/manifestantes-trocam-nome-de-avenida-879852.html>>. Acesso em: 30 de outubro de 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. “Suicídio acontece, pessoal pratica”, diz Bolsonaro ao se referir a Herzog. **Folha de São Paulo**, 7 jul. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/suicidio-acontece-pessoal-pratica-diz-bolsonaro-ao-se-referir-a-herzog.shtml>>. Acesso em 30 de outubro de 2019.

BANESTADO. A conquista do Norte do Paraná. In: **Gente Nossa, Coisas Nossas – Banestado (61 anos)**. Curitiba: [s.d.]. Disponível em: <<http://www.museuparanaense.pr.gov.br/arquivos/File/Banestado61anos/AConquistadoNortedoParana.pdf>>. Acesso em 30 de outubro de 2019.

ANTONELLI, D. Como era o Paraná em 1919, ano de fundação da Gazeta do Povo. **Gazeta do Povo**, 2 fev. 2019.

ARRIÓLA, A. T. Región e Historia. **Desacatos. Revista de Ciencias Sociales**, n. 1, p. 1–8, 1999.

ARQUIVO PÚBLICO, 2019. Disponível em <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/historiapr.pdf>. Acesso em 20/06/2019.

BARROS, J. D. Sobre a feitura da micro-história. **Opsis**, v. 7, n. 9, p. 167–185, dez. 2007.

- BARROS, J. D. **O Lugar da História Local**. I encontro de História Local/regional. **Anais...** In: I ENCONTRO DE HISTÓRIA LOCAL/REGIONAL. Santo Antônio de Jesus/BA: nov. 2009Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Jose\\_Barros33/publication/321111136\\_O\\_Lugar\\_da\\_Historia\\_Local/links/5a0e18d5aca27244d28588da/O-Lugar-da-Historia-Local.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Jose_Barros33/publication/321111136_O_Lugar_da_Historia_Local/links/5a0e18d5aca27244d28588da/O-Lugar-da-Historia-Local.pdf)>
- BATISTELLA, A. O paranismo e a invenção da identidade paranaense. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 6, n. 11, p. 1–13, jun. 2012.
- BRASIL. LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850. **Dispõe sobre as terras devolutas no Império**. RIO DE JANEIRO, RJ, set. 1850. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm)>. Acesso em: 20 de outubro de 2019.
- BRASIL. LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. **Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena**. Brasília, DF, mar. 2008. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm)>. Acesso em: 10 set 2019.
- BERBEL, N. A. N. **As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes**. Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan/jun 2011.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. P. 36.
- CARNEIRO, C. B. **O Museu Paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná**. Curitiba: Sociedade de Amigos do Museu Paranaense, 2013.
- CARRETO, M.; ROSA, A.; GONZÁLEZ, M. F. Introdução: Ensinar história em tempos de memória. In: CARRETO, M.; ROSA, A.; GONZÁLEZ, M. F. (Eds.). **Ensino da História e memória coletiva**. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 13–30.
- CESÁRIO, A. C. C.; OLIVEIRA, A. M.; YOSHIMOTO, G. M. F. Discurso e Reminiscências da Saul Elkind. In: SILVA, B. S. M. DA; MORAES, D. R. DE; MEDEIROS, T. S. (Eds.). **Essa rua tem história: Memórias e sociabilidades da Saul Elkind**. Londrina: Inventário e Proteção Cultura de Londrina, 2014. p. 83–99.
- CHAGAS, M. DE S. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 19, p. 35–67, 2002.
- CHMYZ, I; SGANZERLA, E. M.; VOLCOV, J. E. **O projeto Arqueológico Rosana-Taquaruçu e a Evidenciação das Estruturas Arquitetônicas na Redução Jesuítica de Santo Inácio Menor**. Arqueologia, Revista do CEPA, Curitiba, Vol.6, p. 1-54, 1990.

CORRÊA, A. M. M. SILVA, Marcos A. da, Org. República em migalhas - História Regional e Local. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990. **Revista de História**, n. 127–128, p. 187–188, dez. 1992.

CRESTANI, L. Ensino de História regional e local. In: **Fronteiras do ensino da História regional e local**. Toledo: Fasul, 2016. p. 12-.

DOSSE, F. **A História**. Bauru: Edusc, 2003.

ENDERS, A. Les Lieux de mémoire, dez anos depois. **Revista Estudos Históricos**, v. 6, n. 11, p. 132–137, 1993.

FERNANDES, L. **De Norte a Sul e do Sul a outros destinos: a presença e mobilidade nordestina no município de maringá**. Dissertação de Mestrado—Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2014.

FERREIRA, João Carlos Vicente. Municípios paranaenses: Origens e significados de seus nomes. Cadernos Paraná da Gente nº 5. Curitiba, 2006, p.88.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1987. P. 39

GALINDO, R. UFPR recoloca busto de Suplicy da Lacerda e cria “museu” da ditadura militar. **[Caixa Zero] Gazeta do Povo**, 25 maio 2017.

GARCIA, J. A. F. **Ensino da Ditadura Militar nas Escolas... Gramscismo PuroEscola sem partido**, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/corpo-de-delito-categoria/434-ensino-da-ditadura-militar-nas-escolas-gramscismo-puro>>. Acesso em: 6 mar. 2019.

GONÇALVES, J. H. R. Alguns problemas do ensino escolar de História Regional. **História & Ensino**, v. 4, p. 53–75, out. 1998.

GOOGLE MAPS. [www.google.com](http://www.google.com). Disponível em <https://www.google.com/maps/@-22.8432456,-51.9786756,14.35z>. Acesso em 20/06/2019.

GOULD, S. J. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GRIJALVA, M. M. ¿Existe la historia regional? **Historia Mexicana**, v. 51, n. 4, p. 867–897, 2002.

GUARANI OZ, **O índio é Forte**. Youtube. 18 de setembro. 2018. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=iXlpDa28HQU> acessado em 05 de fevereiro de 2020.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

HOBBSAWM, E. Não basta a história de identidade. In: **Sobre História**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2016.

HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (EDS.). **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

IBGE; ITCG. **Estado do Paraná, Mesorregiões Geográficas**, 2010.

IBGE. Biblioteca.ibge.gov.br. 2019. Disponível em [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd\\_1960\\_v1\\_t14\\_pr.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t14_pr.pdf). Acesso em 20/06/2019.

IBGE. Biblioteca.ibge.gov.br. 2019. Disponível em [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd\\_1970\\_v1\\_t19\\_pr.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_t19_pr.pdf). Acesso em 20/06/2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapas estaduais**: Paraná. Brasília: IBGE, [s.d.]. Disponível em: <<https://mapas.ibge.gov.br/escolares/publico-infantil/mapas-estaduais.html>>. Acesso em: 10/01/2020.

IPARDES. [www.ipardes.gov.br](http://www.ipardes.gov.br). 2019. Disponível em [http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base\\_fisica/mesorregioes\\_geograficas\\_base\\_2010.jpg](http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/mesorregioes_geograficas_base_2010.jpg). Acesso em 20/06/2019.

IURKIV, J. E. Romário Martins e a Historiografia Paranaense. **Educere - Revista da Educação**, v. 2, n. 2, p. 123–132, dez. 2002.

LANGER, P. P. Conhecimento e encobrimento: o discurso historiográfico sobre a colonização eurobrasileira e as alteridades étnicas no Sudoeste paranaense. **Diálogos**, v. 11, n. 3, p. 71–93, 2007.

LAROCCA, L. M.; MARQUES, V. R. B. Higienizar, cuidar e civilizar: o discurso médico para a escola paranaense (1920-1937). **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 14, n. 35, p. 753–766, dez. 2010.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 1990.

LINHARES, M. Y. História Agrária. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Eds.). . **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LORENZ, F. G. O passado recente na Argentina: as difíceis relações entre transmissão, educação e memória. In: CARRETO, M.; ROSA, A.; GONZÁLEZ, M. F. (Eds.). . **Ensino da História e memória coletiva**. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 229–242.

MACHADO, Maria Fátima Roberto (org.). Mato Grosso Português: **Ensaio de antropologia histórica**. Cuiabá: EDUFMT, 2002.

MACHADO, A. R. DE A. Entre o nacional e o regional: Uma reflexão sobre a importância dos recortes espaciais na pesquisa e no ensino da História. **Anos 90**, v. 24, n. 45, p. 293–319, 2017.

MACIEL, Laura. História regional e ensino: **Diálogos com professores e alunos**.. Revista Eletrônica Documento/Monumento, v.9, n.1, p.85, out. 2013. Disponível em: [www.ufmt.br/ndihr/revista](http://www.ufmt.br/ndihr/revista); Acesso em: 20 nov. 2019.

MAGNOLI, D. A verdade em fluxo. **Folha de São Paulo**, 12 jan. 2019.

MARTINS, M. L. História Regional. In: PINSKY, C. B. (Ed.). . **Novos temas nas aulas de História**. São Paulo: Contexto, 2009.

MEDEIROS, A. DE C. **Histórias de trabalhadores nortistas no Norte/ Noroeste do Paraná (1940/1970)**. Tese de Doutorado—Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2017.

MORAES, D. R. DE. Saul Elkind: de “ilustre desconhecido” à artéria da Zona Norte. In: SILVA, B. S. M. DA; MORAES, D. R. DE; MEDEIROS, T. S. (Eds.). . **Essa rua tem história: Memórias e sociabilidades da Saul Elkind**. Londrina: Inventário e Proteção Cultura de Londrina, 2014. p. 21–29.

MOTA, L. T. A construção do “vazio demográfico” e a retirada da presença indígena da história social do Paraná. **Pós-História**, v. 1, p. 123–137, 1994.

MOTA, L. T. **As Guerras dos índios Kaingang: A história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. 2. ed. Maringá: Eduem, 2009.

MOTA, L. T. **História do Paraná: ocupação humana e relações interculturais**. Maringá: Eduem, 2005.

MOTA, L. T. (ED.). **História do Paraná: Pré-História, Colônia e Império**. Maringá: Eduem, 2011.

MOTA, L. T. **História do Paraná: relações socioculturais da pré-história à economia cafeeira**. Maringá: Eduem, 2012.

NEVES, E. F. História e região: tópicos de história regional e local. **Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura**, v. 2, n. 2, p. 25–36, 2008.

NOBREGA, Antônio. *Chegança*. Pernambucano falando pro Mundo. 1989.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, p. 7–28, dez. 1993.

OLIVEIRA, M. DE. A inesperada descoberta de Otávio Ianni sobre preconceito contra descendentes de imigrantes poloneses em Curitiba. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 3, p. 799–817, dez. 2015.

PARANÁ. Lei nº 254, de 02 de dezembro de 1954. Diário Oficial do Estado Do Paraná, Curitiba, PR, n. 217, p. 1,2 e 3.

PAVIANI, Neires Maria Soldatelli; FONTANA, Niura Maria. **Oficinas pedagógicas: relato de uma experiência**. Conjectura. v. 14, n. 2, maio/ago. 2009, p. 77-88.

PEREIRA, M. A. M. Editorial. **Revista de História Regional**, v. 1, n. 1, p. 7–8, 1996.

PIAGET, J. **Psicologia e pedagogia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

PINSKY, J.; PINSKY, C.B.; O que e como ensinar: Por uma história prazerosa e conseqüente. In: KARNAL, L. (org). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2016. Cap. 1, p. 22-23.

PINTO, A. A. A imprensa em Mato Grosso: subsídios para o ensino da História Regional no século XIX (1880-1890). **Revista História Hoje**, v. 3, n. 6, p. 343–369, 2014.

PIRES, B. Educação, o primeiro ‘front’ da guerra cultural do Governo Bolsonaro. **El País**, 5 nov. 2018.

PLANALTO. Planalto.gov.br. 2019. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm). Acesso em 20/06/2019.

PRIBERAM. Pioneiro. In: **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**. Lisboa: Dicionários Priberam, 2013.

PRIORI, A., et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012.

PRIORI, A. História regional e local: métodos e fontes. **Pós-História**, n. 181, p. 181–187, 1994.

PRIORI, Angelo. **Legislação e Política Fundiária no Estado do Paraná**. Saeculum. João Pessoa, 2012, p. 133 – 147.

QUADROS, V. Mobilização tenta apagar símbolos da ditadura que dão nome a ruas no País. **Último Segundo**, 9 abr. 2014.

RICOEUR, P. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Isabel Cristina et al. **Vênh Jykre si: memória, tradição e costume entre os Kaingang da TI-Faxinal-Cândido de Abreu-Pr. 2012**. São: PUCSP, 2012 (Tese de doutorado).

ROSANELI, Alessandro F. Cidades Novas da Fronteira do Café: História e Morfologia Urbana das Cidades Fundadas por Companhias Imobiliárias No Norte do Paraná. São Paulo:Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2009.

ROSSETO, Elisabete Aparecida. **Impactos da Modernização da Agricultura na Paisagem Rural de Colorado**. Maringá: Trabalho final de conclusão da disciplina de Geografia para certificação do Programa de Desenvolvimento Educacional, 2012.

RUBIO, A. M. Teoría, fuentes y método en historia regional. **Relaciones**, v. 4, n. 15, p. 88–108, 1983.

SALDAÑA, P. Filho de Bolsonaro propõe revisão histórica sobre ditadura em livro didático. **Folha de São Paulo**, 10 jan. 2019.

SAMUEL, R. História local e história oral. **Revista Brasileira de História**, v. 9, n. 19, p. 219–243, set. 1989.

SANTIAGO, T. SP quer mudar nomes da ditadura militar em ruas da cidade. **G1**, 13 ago. 2015.

SCARPIM, F. A. A imigração italiana no Paraná no olhar de viajantes italianos. **Áskesis**, v. 6, n. 2, p. 8–23, 2018.

SCHWARTZ, W. Ou-sa-dia pau-lis-ta no “sertão” pa-ra-naen-se. **Folha de Londrina**, 13 jul. 2011.

SCHWARZSTEIN, D. Memoria e Historia. **Desarrollo Económico**, v. 42, n. 167, p. 469–482, dez. 2002.

SILVA, B. S. M. DA; MORAES, D. R. DE; MEDEIROS, T. S. Avenida Saul Elkind: de periferia a centro. Do centro a periferia. (re)pensando o espaço urbano londrinense. In: SILVA, B. S. M. DA; MORAES, D. R. DE; MEDEIROS, T. S. (Eds.). **Essa rua tem história: Memórias e sociabilidades da Saul Elkind**. Londrina: Inventário e Proteção Cultura de Londrina, 2014. p. 13–20.

SILVA, C. L. DA. **XetáPovos Indígenas no Brasil**. São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA), ago. 1999. Disponível em:  
<<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xetá>>

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SIMSON, O. R. DE M. VON. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**, n. 6, p. 14–18, 2003.

STECA, L. C. Apontamentos sobre ensino de História do Paraná. **História & Ensino**, v. 10, p. 21–40, out. 2004.

STEPAN, N. L. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G.; ARMUS, D. (Eds.). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. p. 331–391.

TANNO, J. L. **Patrimônio documental do “Norte Pioneiro” do Paraná: história e memória das cidades da região (1890-1975)**. XXVIII Simpósio Nacional de História. **Anais**. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Florianópolis: 27 jul. 2015 Disponível em:  
<[http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434320504\\_ARQUIVO\\_JaneteTannoANPUH2015.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434320504_ARQUIVO_JaneteTannoANPUH2015.pdf)>

THEODORO, J.; Educação para um mundo em transformação. In: KARNAL, L. (org). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2016. Cap. 3, p. 51.

TOMMASINO, K.; FERNANDES, R. C. **Kaingang Povos Indígenas no Brasil**. São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA), jan. 2001. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kaingang>>

VENERA, R. A. S. Evocação de memórias: o que está implícito na produção de sentidos do Projeto de Lei Escola Sem Partido. **Educação, Ciência e Cultura**, v. 22, n. 3, p. 39–51, 9 jan. 2018.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1998,

WEBER, M. **Economía y Sociedad: Esbozo de sociología comprensiva**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WILLE, J. **Londrina foi a porta de entrada dos colonizadores do Norte Paranaense** Portal **Memória Brasileira**, maio 2018. Disponível em: <<http://www.jws.com.br/2018/05/londrina-foi-a-porta-de-entrada-dos-colonizadores-do-norte-paranaense/>>. Acesso em: 7 mar. 2019

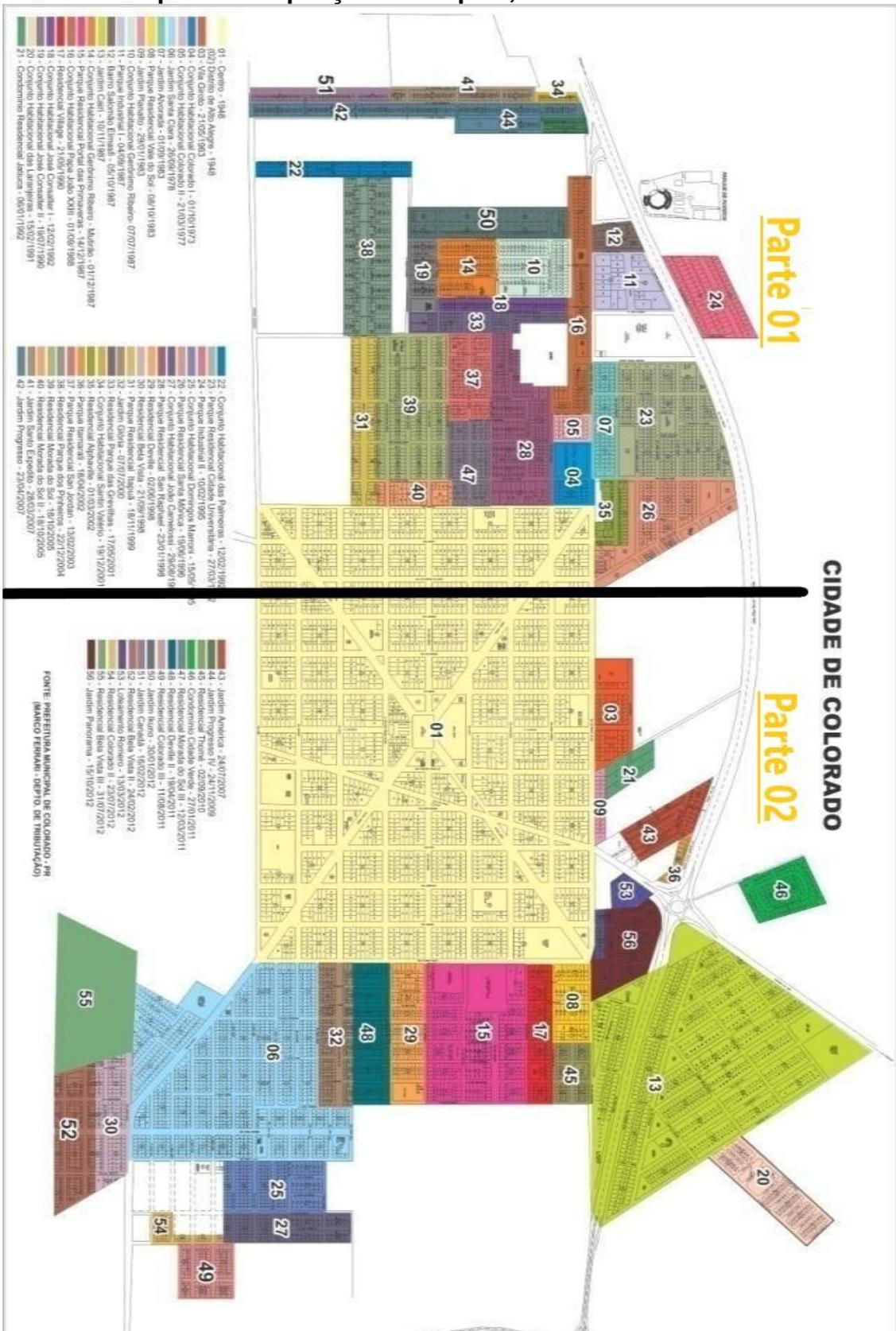
WOLF, E. R. Introducción. In: **Europa y la gente sin historia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1993. p. 15–40.

ZANCHETTA, D. SP tenta tirar nome de militar de viaduto. **O Estado de São Paulo**, 15 jun. 2011.

---

# Anexos

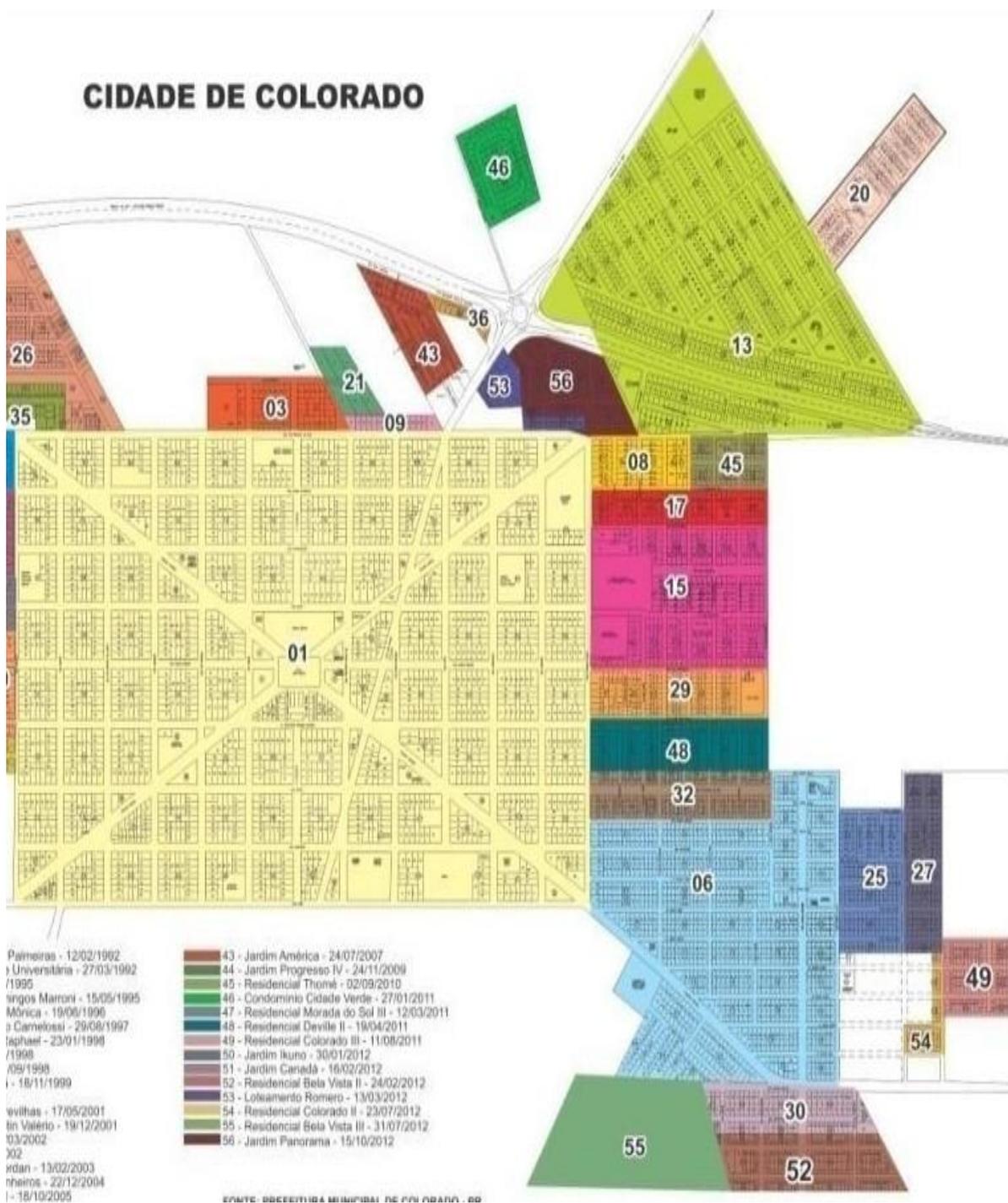
## Anexo A - Mapa 1.1: Ampliação do mapa 1, com divisões



Anexo B - Mapa 1.2: Parte 01 do mapa 1.1



Anexo C - Mapa 1.3: parte 02 do mapa 1.1



Anexo D - Tabela 3: legenda do anexo c, com a data de fundação dos bairros

	<b>LOCALIDADES DE ÁREAS URBANAS DE COLORADO</b>	<b>FUNDAÇÃO</b>
1	CENTRO	1948
2	VILA GIROTO	21/05/63
3	CONJUNTO HABITACIONAL COLORADO	01/10/73
4	CONJUNTO HABITACIONAL COLORADO II	21/03/77
5	JARDIM SANTA CLARA	26/09/78
6	CONJUNTO HABITACIONAL JOÃO XXII	03/11/80
7	JARDIM ALVORADA	01/09/83
8	PARQUE RESIDENCIAL VALE DO SOL	08/10/83
9	JARDIM PLANALTO	29/01/85
10	CONJUNTO HABITACIONAL GERÔNIMO RIBEIRO	07/07/87
11	PARQUE INDUSTRIAL I	04/09/87
12	BAIRRO SALOMÃO ELMASFI	05/10/87
13	JARDIM CAIRI	10/11/87
14	CONJUNTO HABITACIONAL GERÔNIMO RIBEIRO - MUTIRÃO	01/12/87
15	PARQUE RESIDENCIAL PORTAL DAS PRIMAVERAS	14/12/87
16	CONJUNTO HABITACIONAL PAPA JOÃO XXIII	01/09/88
17	RESIDENCIAL VILLAGE	21/05/90
18	CONJUNTO HABITACIONAL JOSÉ CONSALTER	06/06/90
19	CONJUNTO HABITACIONAL JOSÉ CONSALTER II	19/07/90
20	CONJUNTO HABITACIONAL DAS LARANJEIRAS	15/02/91
21	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL JATIUCA	06/01/92
22	CONJUNTO HABITACIONAL DAS PALMEIRAS	12/02/92
23	PARQUE RESIDENCIAL CIDADE UNIVERSITÁRIA	27/03/92
24	PARQUE INDUSTRIAL II	10/02/95
25	CONJUNTO HABITACIONAL DOMINGOS MARRONI	15/05/95
26	PARQUE RESIDENCIAL SANTA MÔNICA	19/06/96
27	CONJUNTO HABITACIONAL JOÃO CARNELOSSI	29/08/97
28	PARQUE RESIDENCIAL SAN RAPHAEL	23/01/98
29	RESIDENCIAL DEVILLE	02/06/98
30	RESIDENCIAL BELA VISTA	21/09/98
31	PARQUE RESIDENCIAL ITAPUÃ	18/11/99
32	JARDIM GLÓRIA	07/07/00
33	RESIDENCIAL PARQUE DAS GREVILHAS	17/05/01
34	CONJUNTO HABITACIONAL SANTIN VALÉRIO	19/12/01
35	RESIDENCIAL ALPHAVILLE	01/03/02

36	PARQUE ITAMARATI	18/04/02
37	PARQUE RESIDENCIAL SAN JORDAN	13/02/03
38	RESIDENCIAL PARQUE DOS PINHEIROS	22/12/04
39	RESIDENCIAL MORADA DO SOL	18/10/05
40	RESIDENCIAL MORADA DO SOL II	18/10/05
41	JARDIM SANTO EXPEDITO	28/03/07
42	JARDIM PROGRESSO	23/04/07
43	JARDIM AMÉRICA	24/07/07
44	RESIDENCIAL THOMÉ	02/09/10
45	CONDOMINIO CIDADE VERDE	27/01/11
46	RESIDENCIAL MORADA DO SOL III	12/03/11
47	RESIDENCIAL DEVILLE II	19/04/11
48	RESIDENCIAL JOSÉ FAQUINETE DISTRITO DE ALTO ALEGRE -	14/07/11
49	RESIDENCIAL COLORADO III -	11/08/11
50	JARDIM IKUNO	30/01/12
51	JARDIM CANADÁ	16/02/12
52	RESIDENCIAL BELA VISTA II	24/02/12
53	LOTEAMENTO ROMERO	13/03/12
54	RESIDENCIAL COLORADO II	23/07/12
55	RESIDENCIAL BELA VISTA III	31/07/12
56	JARDIM PANORAMA	15/10/12
57	JARDIM DAS TORRES	05/03/13

Fonte: Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Colorado, Estado do Paraná, 2019.

**Anexo E - Tabela 4: nome das ruas de colorado, em ordem alfabética**

<b>Nome das ruas</b>
ACACIAS, DAS
ACRE
ADELIA, STA
ADINAEI MOREIRA
ADOLFO PIFFER
AIRTON SENNA
ALAGOAS
ALBINO GONCALVES, VER
ALDO CEGATI
ALVARO GIL MARTINS
AMADEO FERRO
AMAPA
AMAZONAS
ANGELO CANONICE
ANGELO MENEGASSI
ANGELO PIFFER
ANGELO ROSSETO
ANGELO ZANARDI
ANNA, STA
ANTONIO DE MARCHI
ANTONIO FERRO
ANTONIO PAMIO
ANTONIO RODERO NOVAIS
ANTONIO TAFARELLO
ANTONIO TAMIOZO
ANTONIO VIOTTO
ANTONIO ZOLLI
ANTURIOS
APARECIDO DELSIO LAZARINI
ARACAJU
ARISTIDES RODRIGUES
ATILIO ZANARDI
ATLANTICA
AUGUSTO GIACOMINI
AZALEIAS, DAS
BADEN POWELL
BAHIA - 01 A 1259

BANDEIRANTES
BARBARA, STA
BELEM
BENEDITO FRANCELINO DA SILVA
BENIGNO DIAS
BOA VISTA
BRANCO MENDES, DEP
BRANCO MENDES, DEP
BRASIL
BRASILIA
CANDIDA, STA
CARMEM, STA
CATARINA, STA
CEARA
CECILIA, STA
CERRO AZUL
CESAR ZAMPERLINI
CHICO FUGANTI
CONSTANTINO TORRES
CRUZEIRO DO SUL
CURITIBA
DEODORO DA FONSECA, MAL
DEZ DE DEZEMBRO
DOMINGOS PADULLA
DUVILIO MARIUSSO
EDWIRGES, STA
EFIGENIA, STA
EMILIO MORELATO
ENCARNACAO GIL
ERMELINDO ASSONI
ERNESTO MARRONI
ESCOTEIROS, DOS
ESDERINO BERGAMASCHI
ESPIRITO SANTO
EZIO LONGHINI
FAUSTO JOSEPIN
FELICIDADE, STA
FELISBERTO DELAZARI
FLAVIA, STA
FLORIANOPOLIS

FORTALEZA
FRANCISCO ELEOTERIO SANTOS, VE
FRANCISCO, S
GERANIOS, DOS
GERMANO VALERIO
GIRASSOIS, DOS
GOIÁS
GRACIANO APARICIO
GUAPORE
GUERINO VALERIO
GUIDO VALERIO
HELENA, STA
HERMINIO DELAZANI
HORTENCIAS, DAS
ILDEFONZO OLIVEIRA CAMPOS
INES, STA
ITALO VALERIO
IVO COLAVITE
IZABEL, STA
JAIME RUELA
JANDIRA CAVALIERI
JANDIRA ELIZA C. OLIVEIRA
JOAO DIAS
JOAO FACCIOLI
JOAO GIROTO
JOAO MANZANO MARTINS
JOAO MAZETO
JOAO TREVISAN
JOAQUIM BORGES
JOAQUIM BORGES DE SOUZA
JORDÃO GEA
JORGE AKYAMA
JORGE NAKAMURA
JOSE BUGHI
JOSE DIAS
JOSE ESCLAVACINI
JOSE GERMINIANO
JOSE MARINI
JOSE PAMIO
JOSE ROCCO

JOSE VIERIA DO ANGELO
JULIO LARIO LARIO
LAURINDO ASSONI
LAURO MARQUEZINI
LIDIA, STA
LIRIOS, DOS
LOURENCO GERMANO
LUCIA, STA
LUCILIA, STA
LUIZ ASSONI
LUIZA S GIACOMINI
LUZIA, STA
MADALENA, STA
MARANHAO
MARGARIDA, STA
MARIA ANGELA DONATI
MARIA BAQUIM ROSSETO
MARIA, STA
MARIO DIVINO PAIAO
MARTA, STA
MATILDE, STA
MATO GROSSO
MINAS GERAIS
MOACIR FERRARI
MONICA, STA
NATALINO THOME
NELSON B. SILVA
NUNES, SOLDADO
ORLANDO DIMARTINI
ORQUIDEAS, DAS
OSACARLINO MENDES CAMPOS
OTACILIO CARDOSO DE OLIVEIRA
OURO PRETO
PARA
PARANA
PARIGOT DE SOUZA
PARQUE INDUSTRIAL
PAULA, STA
PAULO BATAGLIN
PAULO PIOVESANI

PAULO S,
PEDRO ALVARES CABRAL
PEDRO MORELLI
PERNAMBUCO
PIONEIROS, DOS
PIRAPO
PORTO VELHO
PRAÇA DOM BOSCO
PRINCESA IZABEL
PROFECIAS, DAS
QUERINO VALERIO
RAFAEL GIL, PREF
RAFAINI PEDRO
RAUL SORNAS
RIO BRANCO
RIO GRANDE DO NORTE
RIO GRANDE DO SUL
RIO TOCANTINS
RITA, STA
ROMAO GIMENES
RONDON, MAL
ROSA, STA
SALVADOR
SAMAMBAIAS, DAS
SEBASTIÃO C. DA SILVA
SEBASTIAO RODERO
SERGIPE - 100 A 460
SEVERINO ZAMPIROLI
SIMAO GALDINO DE OLIVEIRA
SIMPLICIANO T. DA SILVA
SOFIA, STA
SOL NASCENTE
TAHO TUTOMI, VER
TANCREDO NEVES
TAPAJOS
TEREZA, STA
TIRADENTES
TOCANTINS
TULIPAS, DAS
UNIVERSITÁRIA I

UNIVERSITÁRIA II
VALDEVINO BENATI
VIOLETAS, DAS
VIRGINIA GOMES
VITORIO THOME
VITORIO THOME
WALDEMAR P.GUIMARAES
WALDEMAR PAES DE
ZELIA, STA
ZILDA CONSALTER

Fonte: Elaborada pelo autor com base em Mapa da Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Colorado e no Google Maps. 2019.

**Anexo F – Certificado de apresentação da oficina pedagógica****Certificado de apresentação**

Eu, Aparecida Jesus de Almeida diretora da Escola Municipal Professor Lázaro Sagrado, que se localiza na Rua Paulo Piovesani, 450, Colorado/PR, certifico que o mestrando em História Sued Salata Sérvulo esteve nas dependências da instituição que dirijo e apresentou uma oficina temática sobre os povos indígenas, no dia 14 de novembro de 2019, no período vespertino, das 13:30h às 17:00h, atendendo alunos dos anos iniciais do Ensino fundamental.

Certifico, ainda, que o mesmo seguiu as orientações do planejamento anexo a este certificado e entregue a mim.

Data: 14/11/19



Diretora

**Anexo G – Questionário apresentado aos alunos no começo da oficina pedagógica****QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS**

Escola Municipal Professor Lázaro Sagrado

Colorado/PR

Data: 14/11/2019

Série: \_\_\_\_\_

1 – Qual o nome da Rua em que você mora?

\_\_\_\_\_

2 – Você sabe porque ela se chama assim?

sim

não

3 – Você conhece algum espaço que tenha o nome dos primeiros habitantes da região de Colorado?

sim

não

3.1 – Se sua resposta anterior foi sim, esse espaço tem nome associado a algum povo indígena?

sim

não

4 – Você conhece algum espaço público que tenha o nome em homenagem a povos indígenas?

sim

não

5 - Você conhece o nome de algum povo indígena que habitou/habita a região que você mora?

sim

não

6 - Você acha que seria importante homenagear todas as culturas que já habitaram essa região onde você mora?

sim

não